



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

NELI HENRIQUES CACZZA DE SOUZA

**PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROTEÇÃO
BÁSICA SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Presidente Prudente – SP
2018

NELI HENRIQUES CACZZA DE SOUZA

**PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROTEÇÃO
BÁSICA SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

370
S729p

Souza, Neli Henriques Cacoza de
Perspectiva dos profissionais que atuam na
proteção básica sobre a política de Assistência
Social. / Neli Henriques Cacoza de Souza. –
Presidente Prudente, 2018.
135 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,
Presidente Prudente, SP, 2018.
Bibliografia.
Orientador: Alex Sandro Gomes Pessoa.

1. Política de Assistência social. 2. Proteção
Básica. 3. SUAS. 4. Profissionais. I Título

NELI HENRIQUES CACZZA DE SOUZA

**PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROTEÇÃO
BÁSICA SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Pró Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação

Presidente Prudente, 21 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Jorge Luis Mazzeo Mariano
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
Presidente Prudente - SP

Profa. Dra. Jolinda de Moraes Alves
Universidade Estadual de Londrina – UEL
Londrina - PR

DEDICATÓRIA

A todos os profissionais que participaram dessa pesquisa
compartilhando seus saberes e suas vivências

AGRADECIMENTOS

Ao agradecer, faço uma retrospectiva ao início do processo de ingresso no Programa de Pós-Graduação – Mestrado, quando iniciei a busca no site da UNOESTE o currículo dos professores, a fim de escolher a linha de pesquisa para a qual apresentaria o meu projeto de pesquisa, bem como o possível orientador. Naquele momento, deparei-me com a professora Dra. Maria de Fátima Sallun Moreira, indicada então para o processo seletivo do qual participaria. A ela, meu primeiro agradecimento, pois, além de acolher a minha ideia, sensibilizou-se para indicar o meu orientador, visto que ela estava se afastando do programa de mestrado.

A partir deste processo, iniciei os estudos, sendo orientada pelo professor Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa. Os caminhos trilhados a partir desta escolha modificaram significativamente toda minha formação. Com uma vivência profissional de muitos anos, tive o privilégio de ter um orientador sensível, generoso e extremamente exigente que soube articular meu processo formativo, valorizando os caminhos já percorridos, mas exigindo um esforço de pesquisadora iniciante. Difícil expressar o tamanho de minha gratidão, admiração e respeito por ele.

Não posso deixar de agradecer aos gestores dos municípios participantes desta pesquisa, que deram total liberdade para que contactássemos os profissionais. Agradeço também aos profissionais participantes, que se propuseram, sem receio, a compartilhar seus saberes e caminhadas, possibilitando a construção deste trabalho.

Nesses dois anos, cada detalhe foi fundamental, começando com o grupo de parceiros mestrados, cada aula, cada encontro, cada bate-papo nos finais de tarde nas açaiterias, com muitas conversas. Construí vínculos valiosos que ficarão para sempre.

Ao trio das “Meninas do Alex”, que deram um colorido especial, principalmente quando surgiam as dificuldades.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa GPPVS, espaço de convívio de amadurecimento para a pesquisa, pelo compartilhamento de saberes e principalmente pelo brilho nos olhos dos graduandos, futuros profissionais que tenho a plena certeza de que farão diferença no contexto no qual atuarão

A todo corpo docente do programa, que deixou marcas nesse processo, bem como saudades.

Aos meus pais, que vivem um momento delicado de suas vidas e tiveram que lidar com minhas ausências, mas generosamente vibraram com as conquistas advindas dessa caminhada.

Algumas outras pessoas estão imprimidas nessas páginas e sem elas tudo teria sido diferente, a saber:

Minha madrinha e parceira de vida, que mais uma vez acompanhou essa conquista.

Meus filhos, que mesmo distante, demonstraram orgulho por minhas buscas.

Mari, que organizou minha vida profissional para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, cuidando de detalhes que só ela percebia, sendo um estímulo constante para que eu chegasse até o fim.

E, por fim, agradeço ao meu marido, Marcio Cacoza, que foi um companheiro diferenciado, compartilhou dos bons momentos com o nosso grupo, proporcionando acolhimento e cuidado que só ele soube ter, com sopinhas no inverno, churrasquinhos no verão e envolvimento com tudo que eu estava vivenciando. Além do cuidado, não faltou o estímulo para as noites longas e finais de semana em que eu me isolava no computador

RESUMO

Perspectiva dos profissionais que atuam na proteção Básica sobre a política de assistência social

A presente dissertação foi desenvolvida a partir da vinculação da pesquisadora à linha de pesquisa intitulada “Políticas públicas em educação, práticas educativas e diversidade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). O objetivo da pesquisa foi analisar, a partir a perspectiva dos profissionais que atuam na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mais especificamente da Proteção Básica (Centros de Referência em Assistência Social – CRAS), as concepções sobre as diretrizes nacionais, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção que esses profissionais têm sobre a sua prática e as repercussões na vida dos usuários. O referencial epistemológico adotado inspira-se no materialismo histórico-dialético. Do ponto de vista metodológico, optamos pela junção das abordagens quanti e qualitativa. A pesquisa ocorreu junto a 7 (sete) CRAS situados em municípios de pequeno e médio porte do interior do estado de São Paulo. Na primeira etapa do trabalho de campo, foi aplicado um questionário com os profissionais que versava sobre o nível de conhecimento sobre a política investigada, bem como sobre as crenças da afetividade das suas ações junto à população atendida. Os dados obtidos passaram por um processo de tabulação e as análises estatísticas foram conduzidas pelo *software* SPSS, versão 21.0. Os resultados do Estudo 1 mostraram que não houve diferenças significativas em relação aos participantes a partir de variáveis como tempo de atuação na PNAS, tempo de formação acadêmica ou tipo de contrato de trabalho (contratos temporários e concursados). Após a realização de análises estatísticas no primeiro estudo, foram constituídos dois grupos com posições diferentes em relação à PNAS. O primeiro grupo (G1) demonstrou mais conhecimento sobre as diretrizes, bem como maiores níveis de satisfação em relação ao trabalho que desenvolviam. Já o segundo grupo (G2), demonstrou resultados apostos ao primeiro. Com esses dois grupos foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que versavam sobre as percepções sobre a política e as ações que desenvolviam junto à população atendida, o que resultou na elaboração do Estudo 2. O material coletado foi analisado pela técnica de análise de conteúdo. A partir das análises, foram identificadas quatro categorias analíticas: 1) Trajetória de formação profissional e repercussões do trabalho na vida dos profissionais; 2) Percepção sobre o usuário e as ações no SUAS; 3) Saber científico e vivência empírica na construção das ações; 4) e, por fim, Relacionamento com a população atendida. Sumariamente, os resultados do Estudo 2 apontam que a trajetória de formação dos profissionais influencia de forma significativa o desempenho das ações no SUAS, a relação que se constrói com o usuário do serviço, o vínculo com o território onde acontecem essas ações e com a comunidade local. Este estudo também revelou que existe uma postura ingênua por parte dos entrevistados no desenvolvimento das ações, resultante de um processo formativo pouco crítico, de uma visão alienada da realidade social e de culpabilização da própria família por demandas sociais. Entende-se que conhecimento produzido nessa investigação pode contribuir para o melhor entendimento das ações desenvolvidas dentro da política supracitada, bem como os impasses que se colocam como obstáculos na implantação de ações bem-sucedidas

Palavras-chave: Política de Assistência social; Proteção Básica; SUAS; Profissionais.

ABSTRACT

Perspective of the professionals attaching the protection basic on Social Assistance Policy

The present dissertation was developed from the relation the research to the research line entitled Public Policies In Education, Educational Practices And Diversity, in the Graduate Program in Education from of the University of Western São Paulo (UNOESTE). The objective of the research was to analyze, from the perspective of the professionals who act in the National Policy of Social Service (PNAS), more specifically in Basic Protection (Social Assistance Reference Centers – CRAS), the conceptions on the national policies, stated on official documents, as well as the perception these professionals have on their practices and the repercussions on the life of people assisted by these programs. The adopted epidemiological background is inspired by the Dialectical and Historical Materialism. From the methodological perspective, it was decided to make use of a merger of the quantitative and qualitative approaches. The research was held together with 7 (seven) CRAS located in small and medium-sized cities in the countryside of São Paulo state. During the first stage of the field research, it was applied to the professionals a questionnaire on the level of knowledge on the researched policies and also about their beliefs on the effectiveness of their actions for the population assisted by the program. The obtained data went through a process of tabulation and the statistical analysis were conducted by the software SPSS, version 21.0. The results of Study 1 depicted that there weren't meaningful differences concerning the participants when it comes to the length of professional experience at the PNAS, length of academic graduation or kind of employment contract (temporary or permanent employment contracts). After the statistical analysis of the first study, two groups with different position towards the PNAS were established. The first group (G1) depicted more knowledge on the policies, as well as higher level of satisfaction in relation to the job they performed. The second group (G2) showed results contrary to those of the first group. With both groups, structured interviews with focus on the perception of policies and the actions developed close to the assisted population were used, resulting in the elaboration of Study 2. The collected material was analyzed under the content analysis technique. From the analysis, four analytical categories emerged: 1) Professional training history and work repercussions on the professionals' lives; 2) Perceptions on the assisted population and the actions at SUAS; 3) Scientific knowledge and empirical experience in building actions; 4) and, to conclude, Relationship with the assisted population. Summarily, the Study 2 results indicate that the professional training history influences meaningfully the actions performance at SUAS, the relationship that is built with the assisted population, the link with the area where these actions take place and with the local community. This study has also revealed a naïve attitude from the interviewed participants in actions development, as a result of a training process lacking criticism, an alienated view on the social reality and an attitude of culpability of the from social demands. It is understood that the knowledge achieved in this research may contribute for a better understanding of the action developed in the policies mentioned above, as well as the obstacles imposed in the implementation of successful actions.

Keywords: Policy of Social Service; Basic Protection; SUAS; Professional

LISTA DE SIGLAS

DRADS	- Divisão Regional de Assistência Social
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especial de Assistência Social
LBA	- Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	- Normas Operacionais Básicas
PAIF	- Proteção e atendimento Integral à Família
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
SCFV	- Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
RH	- Recursos Humanos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos do pensamento liberal que influenciaram na forma das Políticas Públicas nesse período.....	24
Quadro 2 - Marcos teóricos da implantação do SUAS	35
Quadro 3 - Referências conceituais do SUAS.....	39
Quadro 4 - Ações do CRAS	44
Quadro 5 - Equipes de referência do CRAS	45
Quadro 6 - Avaliações das questões.....	65
Quadro 7 - Referente as notas de cada questão.....	65
Quadro 8 - Referente à classificação dos participantes.....	68
Quadro 9 - Profissionais Participantes das entrevistas	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - 28 de julho de 1990.....	34
Figura 2 - maio/julho1989.....	34
Figura 3 - Seguranças Socioassistenciais.....	41
Figura 4 – Níveis de proteção e graus de vulnerabilidade	43
Figura 5- Ações do PAIF	46
Figura 6 - Impactos esperados do PAIF.....	47
Figura 7 - Mesorregiões de São Paulo.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferenças a partir do tempo de atuação na política de assistência	81
Tabela 2 - Diferenças a partir do regime de trabalho	82
Tabela 3 - Diferenças a partir do tempo de atuação na política de assistência	83
Tabela 4 - Diferenças a partir do regime de trabalho.	87
Tabela 5 - Categorias Analíticas	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Etnia.....	72
Gráfico 2 - Estado Civil.....	73
Gráfico 3 - Renda Mensal	73
Gráfico 4 - Graduação.....	76
Gráfico 5 - Tempo de término dos estudos	77
Gráfico 6 - Tempo que atua no SUAS.....	78
Gráfico 7 - Tipo de Regime de Trabalho	79
Gráfico 8 - Carga horária Semanal.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 HISTÓRIA, CONQUISTAS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.....	21
1.1 Aspectos Históricos Assistência Social: da benevolência ao direito conquistado	21
1.2 A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como uma conquista histórica.....	31
1.3 Desafios para efetivação da PNAS.....	48
1.4 Aproximações entre as políticas: Educação e a Assistência Social	54
2 METODOLOGIA.....	61
2.1 Delineamento Metodológico.....	61
2.2 Instituições participantes	62
2.3 Instrumentos.....	64
2.4 Procedimentos.....	67
2.5 Análise de dados	69
2.6 Questões éticas	70
3 ESTUDO QUANTITATIVO.....	71
3.1 Dados sociodemográficos.....	71
3.2 Concepções sobre a política.....	79
3.3 Percepções sobre o trabalho	82
4 ESTUDO QUALITATIVO	87
4.1 Categoria 1- Trajetória de formação profissional e repercussões do trabalho na vida dos profissionais	88
4.1.1 Temática: Aspectos da formação profissional	89
4.1.2 Temática: Sentidos de vida	90
4.2 Categoria 2- Percepção sobre o usuário e as ações no SUAS.....	92
4.2.1 Temática: Percepção sobre o usuário do CRAS.	95
4.2.2 Temática: Diferenças constatadas na compreensão das estratégias de trabalho com famílias	96

4.2.3 Temática: A efetividade da rede de proteção: disparidades	97
4.3 Categoria 3 - Saber científico e vivência empírica na construção das ações.....	101
4.3.1 Temática: Conhecimento sobre a política	103
4.3.2 Temática: Visão ingênua e romantizada do trabalho	104
4.3.3 Temática: Percepção quanto aos desafios do trabalho no SUAS	105
4.4 Categoria 4 - Relacionamento com a população atendida.....	108
4.4.1 Temática: Sentimento de pertencimento e coesão social	110
4.4.2 Temática: Reconhecimento de preconceitos.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa originou-se do interesse pessoal da pesquisadora pelo tema, despertado no trajeto profissional. As minhas primeiras experiências na Assistência Social aconteceram no final da década de 1980, na efervescência dos movimentos pré-constituintes. Naquele momento, as ações na Assistência Social não se embasavam nas orientações e documentos advindos da Política Pública. Na sequência, atuei na área da saúde mental, a qual despertou-me o interesse para o trabalho com famílias, exigindo-me a busca de uma formação subsidiadora do trabalho a ser desempenhado com este público.

Nos últimos anos, tenho atuado como docente no curso superior de bacharelado em Serviço Social na disciplina Metodologia de Trabalho com Famílias na perspectiva do SUAS, na Fundação Dracense de Educação e Cultura (FUNDEC). O trabalho didático-pedagógico com esta disciplina não é fácil, visto que, muitas vezes, há questionamentos por parte dos discentes em relação à ação direta com as famílias e à forma de se trabalhar autonomia e empoderamento, palavras-chave na proposta da PNAS.

Concomitantemente a esta atividade docente, desenvolvo capacitações com equipes da Proteção Básica e Especial, bem como realizo atendimentos nos CRAS com grupos de famílias e casais que vivenciam ou vivenciavam situações de vulnerabilidades múltiplas.

Nesse percurso, reuni experiência com diferentes trabalhos e com uma grande diversidade de olhares dos profissionais da área. Nos anos de 2015 e 2016, tive a oportunidade de participar como docente do CAPACITA/SUAS, programa de capacitação do Ministério do Desenvolvimento Social, nos estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Esta experiência com o grande número de profissionais integrantes das turmas ampliou significativamente o meu universo de experiências por meio das vivências, discussões e debates promovidos nos diferentes estados que desenvolviam um trabalho com a implantação do SUAS.

Nesse sentido, ao refletir sobre o objeto desta pesquisa, imaginei ser imprescindível dar vozes a estes profissionais, procurando entender de que forma as ações propostas nos documentos oficiais são colocadas na prática profissional e percebidas por estes profissionais, ou seja, analisar a PNAS a partir da prática e do conhecimento dos profissionais que atuam no SUAS, especificamente na Proteção

Básica. Assim, para enriquecer a reflexão sobre o objeto de estudo, selecionei o programa carro-chefe da Proteção Social Básica, o PAIF, evidenciando algumas aproximações das ações desenvolvidas nos CRAS com a proposta de educação não formal. Esta proposição mostrou-se como uma importante ferramenta para as ações desenvolvidas nos espaços da PSB, voltadas ao apoio sociofamiliar e à organização da comunidade, a fim de se encontrar respostas à proposta do SUAS de promoção do protagonismo e da autonomia da população usuária dos serviços.

O SUAS, como um sistema em constante movimento e transformação e em processo de implantação no Brasil desde 2005, tem como marco inicial a Constituição Federal de 1988, que concebeu à assistência social o status de Política Pública, inserida no tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde.

Em seus anos de implantação, segundo os cadernos do MDS (BRASIL, 2013), a última estatística oficial dos serviços evidenciou que o SUAS, desde sua origem, já alcançou resultados significativos. São 10.000 (dez mil) equipamentos públicos disponibilizados e disponíveis para usos aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e aos Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centros POP). Neste processo, quase a totalidade dos municípios brasileiros já contam com um CRAS, equipamentos públicos estatais integrantes da PNAS, com a finalidade de prevenir ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2013).

A sua capacidade de atendimento aos usuários, de acordo com a NOB/SUAS (2012), varia em consonância com o porte do município em que está implantado. As publicações da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) (BRASIL, 2014) destacam que esses avanços foram possíveis com o compartilhamento dos entes, com a ampliação do financiamento da União e com as normativas reguladoras e orientadoras da Política de Assistência Social, destacando-se neste cenário a PNAS, a NOB/SUAS, de 2005 e 2012, a NOB/RH, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Política de Educação Permanente do SUAS.

A escolha pela Proteção Social Básica, e especificamente os CRAS e suas ações, como espaço para o desenvolvimento desta pesquisa, baseou-se no reconhecimento da importância deste equipamento e seus serviços na implantação

da PNAS. Considerando-se a sua capilaridade nos territórios mais vulneráveis, este serviço se torna porta de entrada das famílias no SUAS, norteando os usuários no uso de toda rede de proteção (BRASIL, 2013).

Diante disso, foram elencadas as seguintes hipóteses:

- A formação do profissional acadêmica e empírica está embasada em representações cujo usuário da Assistência Social continua sendo o sujeito incapacitados e incompetente para vida;
- A apropriação de uma ação que responda às propostas da PNAS, pelos profissionais atuantes ainda está distante de ser atendida;

Após este processo reflexivo, partiu-se para o levantamento preliminar da literatura específica sobre o tema, considerando fundamentais os documentos oficiais e autores que contribuíram, de forma significativa, para/na construção e implantação da PNAS, definindo-se os objetivos para a presente pesquisa.

Como objetivo geral, procurou-se analisar, a partir dos profissionais que atuam na política de assistência social, mais especificamente da proteção básica, as concepções sobre as diretrizes nacionais, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção destes profissionais sobre a sua prática e as repercussões na vida dos usuários.

Os objetivos específicos elencados foram:

- verificar as concepções e os sentidos dos profissionais que atuam na assistência social sobre a política de assistência social;
- avaliar a percepção dos profissionais sobre a efetividade de seu trabalho;
- analisar a relação existente entre a formação acadêmica e empírica do profissional e seus desdobramentos nas intervenções realizadas junto aos usuários da Proteção Básica;
- realizar aproximações entre as ações desenvolvidas no CRAS e a educação não formal.

É importante enfatizar que a pesquisa foi inspirada no materialismo histórico dialético. Em termos de ferramenta metodológica, utilizou-se estratégias quantitativas e qualitativas. Na etapa quantitativa da investigação, foi utilizado um questionário no modelo de escala *Likert*. Após análise estatística com a utilização do software SPSS, versão 2.0, classificou-se os participantes pela média de acertos nas respostas para a constituição de dois grupos distintos, aqueles que tiveram pontuação mais alta no questionário e os que tiveram pontuação mais baixa. Estes

grupos, posteriormente, participaram das entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados nas entrevistas foram interpretados através da análise de conteúdo, referenciando-se em Bardin (1977).

A dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo subdivide-se em 4 (quatro) sessões. A primeira sessão apresenta os aspectos históricos da Assistência Social, destacando-se o embricamento da assistência social à filantropia, o reflexo do pensamento liberal na construção das ações voltadas à assistência social, realizando uma breve retrospectiva ao nascimento das ações da assistência social no mundo e finalizando no Brasil até o nascimento da Política de Assistência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A segunda sessão abordou o advento da construção da Política Nacional de Assistência Social, ressaltando os marcos teóricos que viabilizaram a implantação da política. Destacou-se as ações propostas pela PNAS, enfatizando os espaços da proteção básica e mais especificamente o Programa de Apoio Integral a Família (PAIF).

A terceira sessão faz alguns apontamentos sobre os desafios da implantação da PNAS a partir da experiência de pesquisadoras que trabalharam com profissionais junto aos CRAS. O primeiro capítulo é finalizado com a quarta sessão, refletindo sobre as ações desenvolvidas na Proteção Básica, nos espaços do CRAS e os processos educativos.

O segundo capítulo evidenciou o desenho metodológico da pesquisa, descrevendo os instrumentos, procedimentos, análise de dados e questões éticas. Neste capítulo também foram apresentados os desafios do trabalho de campo, bem como a maneira com que os contatos foram estabelecidos e os principais passos norteadores da pesquisa.

O capítulo três ressaltou os resultados obtidos no estudo quantitativo. Assim, apresenta os dados sociodemográficos, além das análises dos questionários com aspectos das concepções dos profissionais sobre a Política Nacional de Assistência Social e da percepção destes sobre o próprio trabalho no SUAS.

E, por fim, o quarto capítulo traz dados do estudo qualitativo, realizado com os profissionais que apresentaram maior e menor número de acertos nos questionários. A análise dos dados permitiu a formação de quatro categorias de análise, cada qual com temáticas alusivas aos aspectos da formação profissional, ao

conhecimento dos profissionais sobre os documentos, à percepção sobre usuário do SUAS, à percepção sobre as ações com as famílias e o trabalho em rede, à visão ingênua e romantizada do trabalho, ao reconhecimento de preconceitos e sentimento de coesão social.

Finalizando, as considerações finais sintetizam toda a caminhada do trabalho, retomando alguns resultados, explicitando as limitações e dando indicativos para futuras pesquisas.

1 HISTÓRIA, CONQUISTAS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

1.1 Aspectos Históricos Assistência Social: da benevolência ao direito conquistado

A Política de Assistência Social deve ser abordada no seu processo histórico, tendo como referência a filantropia imbricada à sua trajetória. Neste sentido, faz-se necessário retomar os aspectos da tradição liberal e das diversas concepções de pobreza que nortearam o estabelecimento desta política no contexto internacional e nacional.

Após a decadência ideológica da burguesia (1830-1948), na Europa, houve o surgimento de um tipo de racionalidade que desarticulou as questões econômicas das “questões sociais” (MONTAÑO, 2012). Entende-se por “questão social”, o conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2009).

Essa desarticulação do “social” originou-se, segundo Montaña (2012), com os acontecimentos de 1830-1848 e com a separação positivista, no pensamento conservador, que dissociou as questões econômicas das questões sociais, fazendo com que o “fato social” fosse apartado do processo histórico, bem como a busca de soluções para os problemas sociais não passasse pelo questionamento do sistema capitalista.

A miséria e a pobreza, com todas as suas manifestações, não foram vistas no decorrer da história como resultado da exploração humana, mas como fenômenos de responsabilidade individual, sendo uma questão isolada ou até mesmo naturalizada (NETTO, 1992). Desse modo, reafirmou Montaña (2012), o enfrentamento das situações de pobreza foi organizado a partir de ações filantrópicas, moralizadoras e comportamentais.

Pereira (2011) corrobora essa compreensão, afirmando que os mecanismos responsáveis pela organização das práticas filantrópicas não estavam inspirados no ideário de cidadania do assistido. Contrariamente, as ações promovidas, os socorros emergenciais à fome, agasalhos e outras ações moralizadoras se inspiravam na manutenção da exploração da força de trabalho e das relações de dominação. Esse período foi chamado por Lukàs (1983 apud

NETTO, 1992), como período de decadência ideológica da burguesia, ocorrido no período de 1830 a 1848.

O medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo ascendente do projeto burguês, pois sua perspectiva teórica choca-se com os limites do projeto de sociedade. Ou seja, entre a herança teórica cultural emancipadora e a manutenção da ordem, a burguesia opta pelo segundo, dando origem ao “pensamento da ordem”, berço perfeito para o nascimento das ciências sociais especializadas(LARA, 2013, p.93).

Nessa época, a classe burguesa deixou de ter um caráter revolucionário perante as lutas proletárias. Behring e Boschetti (2009) afirmam que houve o esgotamento do componente utópico na visão social do mundo do liberalismo. O capital assume o controle, e, nesse momento, os trabalhadores retomam as lutas por jornada de trabalho. As autoras ainda reafirmam que o surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis como política social foi gestado no período de ascensão do capitalismo, com a Revolução Industrial na Europa, ocorrida entre 1840 e 1870. Segundo Montaña (2012), estas ações tornaram-se o embrião da política social na Europa, ainda nos anos de 1830, sendo desenvolvidas no momento em que as lutas de classe expressavam suas reivindicações. O Parlamento Inglês interpretou-as como ações beneficentes estimuladoras e reprodutoras da acomodação e do pauperismo.

Essa concepção de pobreza, que dissocia o “social” dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, começou ser alterada com a expansão do capitalismo monopolista, período compreendido entre 1840 e 1870, internalizando-se na ordem social vigente. Assim, a pobreza passou a ser vista como um problema de distribuição do mercado, um descompasso entre oferta/demanda e não mais como consequência dos hábitos e comportamentos individuais. Isso posto, as causas da pobreza poderiam estar vinculadas a alguns fatores, como consequência de um desenvolvimento social e econômico ainda imaturo, porém sempre vinculados ao indivíduo que padecesse de tal situação (MONTAÑO, 2012).

Diante desse quadro, elencou-se alguns exemplos, tais como: déficit educativo do sujeito, falta de planejamento do orçamento familiar e/ou problema de ordem moral. Essas concepções de pobreza foram as bases em que se

fundamentaram as organizações filantrópicas e inauguraram, posteriormente, as ações governamentais de caráter assistencialista.

Desse modo, Netto (1992) destaca a fragmentação das ações sociais. Essas ações foram separadas considerando o tipo de problemas, o grupo populacional e o território. O autor enfatiza que essas intervenções foram orientadas por valores morais da classe burguesa, que tinham como referência de higiene, cuidado com a prole, organização das moradias, o seu contexto de vida que diferia muito da classe trabalhadora.

É importante destacar que o século XIX, no contexto europeu foi o primeiro momento de reconhecimento dos direitos civis. Ao Estado, cabia proteger a vida, a liberdade individual, e os direitos à propriedade. Nesse momento, o Estado tinha uma função policialesca, identificada como de fiscalização e punição, com foco na proteção da liberdade individual e da propriedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Esse período compreendido entre meados do século XIX até a terceira década do século XX, é marcado pelo predomínio do liberalismo que se sustenta no princípio do trabalho como mercadoria, colocando o funcionamento livre do mercado para assegurar o bem-estar social coletivo.

Os movimentos e organizações de classe foram os responsáveis pela mudança de rumo do Estado liberal no final do século XIX (BEHRING, 2009). Configurou em um momento em que a classe trabalhadora conseguiu a garantia de permanência de algumas conquistas, tais como: direito ao voto, organização dos sindicatos e livre expressão.

Behring e Boschetti (2009) esclarecem que os avanços na conquista dos direitos e das políticas sociais foram diferenciados nos diversos países, considerando a força dos movimentos sociais e organização da classe trabalhadora e as correlações de força na esfera do Estado, sempre respondendo às pressões sociais das organizações dos trabalhadores. Esse processo de conquista dos direitos civis, políticos e sociais, segundo Souza (2006), destacando o pensamento de Marshall, constitui-se o tripé para construção da cidadania.

Montaño (2012) e Mestriner (2012) ressaltam que o final do século XIX e início do século XX foram os momentos históricos nos quais o Estado capitalista passou a assumir e a realizar ações sociais de forma mais sistematizada. Como exemplo típico dessas ações, pode-se destacar o seguro social na Alemanha, a partir de 1883.

Corroborando os demais autores, Pereira (2011) ressalta que somente no início do século XX, com o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores na Inglaterra, é que a classe trabalhadora tornou-se força atuante no âmbito do poder legislativo. Esse espaço conquistado pela classe trabalhadora conduz a um novo debate político sobre a pobreza, promovendo uma mudança em relação às leituras anteriores, cujo indivíduo era culpabilizado pelas penúrias impostas pela miséria.

Evidencia-se que as causas sociais não mais podiam ser ignoradas, ampliando-se a percepção sobre o alargamento da desigualdade, paradoxalmente em meio a uma riqueza sem precedentes concentrada nas mãos de poucos. Assim, a proteção social, concebida na Inglaterra no início do século XX, não teve mais como pano de fundo a noção da naturalização das desigualdades socioeconômicas, a inferioridade biológica ou a predestinação divina, mas foi iluminada pelos princípios da liberdade, da equidade e da justiça social (PEREIRA, 2011).

Sobre a análise da intervenção estatal nas políticas sociais, Pierson (1991 apud BEHRIG; BOSCHETTI, 2009) reconhece que há uma variação do desenvolvimento entre os países, porém reafirma que as iniciativas de algumas ações de proteção social predominaram nos períodos do liberalismo. O Quadro 1 abaixo sintetizou alguns elementos essenciais do liberalismo que possibilitaram um melhor entendimento sobre a reduzida intervenção estatal na forma de política social no decorrido período.

Quadro 1 - Aspectos do pensamento liberal que influenciaram na forma das Políticas Públicas nesse período. Período que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX.

Síntese do pensamento liberal	Ênfase dada pelos liberais à reduzida intervenção Estatal
Predomínio do individualismo	Os liberais dão ênfase aos direitos civis; adquirir e comercializar propriedades e instituir a sociedade de classes.
O bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo	Cada indivíduo deve buscar o bem-estar para si e sua família, eximindo o Estado de dar essa garantia.

Predomínio da liberdade e competitividade	Não reconhecem que a liberdade e a competitividade não asseguram igualdade de condições e oportunidade para todos.
Naturalização da miséria.	Miséria vista como resultado da moral humana e não como resultado da desigualdade de acesso à riqueza produzida socialmente.
Predomínio da lei da necessidade	Os liberais entendem que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, pois é um ótimo instrumento de controle populacional.
Manutenção de um Estado mínimo	O Estado deve manter um papel neutro, apenas legislador e mantenedor, com ações complementares ao mercado.
As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício	O Estado não deve garantir políticas sócias, pois estas contribuem para reproduzir a miséria, gerar acomodação e pôr em risco a sociedade de mercado.
A política social deve ser um paliativo	O Estado deve apenas garantir assistência mínima aos segmentos que não têm condições de competir no mercado (crianças, idosos, deficientes).

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados de Behring (2009).

Segundo Pereira (2011), alguns grupos reformadores, destacando-se entre eles, os Fabianos ingleses¹, de centro-esquerda, propunham, na época, reformas econômicas e sociais mais radicais. Assim, o velho liberalismo foi cedendo espaço ao liberalismo mais social que, entre suas propostas, recomendava que a “ajuda voluntária” deveria se transformar em uma moderna assistência pública.

As desconfianças em relação aos pressupostos do liberalismo e a grande crise do capitalismo se instauram nos anos de 1929 e 1930. Behring e Boschetti (2009) reportam que, neste período, aconteceram mudanças substanciais no desenvolvimento das políticas sociais nos Estados Unidos e na Europa, marcadas pelo “*crash*” da Bolsa de Nova York, momento também denominado de Depressão de 1929.

¹Fabianos Ingleses: foi um movimento político-social britânico nascido no final do século XIX, cujo objetivo era buscar ideais socialistas por meios graduais e reformistas em contraste com os movimentos revolucionários do marxismo (www.fabians.org.uk/).

De acordo com Behring e Boschetti(2009), no Brasil, que não era o berço da Revolução Industrial, o desenvolvimento das ações sociais desenvolveu-se de forma diferente, por ser um país periférico no mundo. Uma das marcas importantes, segundo as autoras, é o fato de se ter como característica uma economia com uma organização voltada para fora, sempre sujeita às flutuações dos interesses externos. Não podemos esquecer o peso do escravismo em nossa sociedade, que influenciou grandemente nossa cultura, valores, ideias e ética.

Carvalho (2008) ressalta que, a partir da crise do capital, o estado brasileiro que até então apreendia a pobreza como uma disfunção pessoal dos indivíduos, se reposicionará e a reconhecerá como questão social, bem como uma questão política a ser resolvida. Nesse momento, as ações de assistência social no Brasil tiveram seus primeiros esforços iniciados na década de 30, período denominado, por Pereira (2011), de Período Populista.

Nesse período, o Estado nasce sobre forte ambigüidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Tem-se o liberalismo formal como fundamento, mas uma prática patrimonialista que garantia os direitos das classes privilegiadas. Assim, o desenvolvimento das ações sociais acompanhou essa dinâmica já imprimida na sua conformação.

A relação da assistência social com a filantropia manteve-se com vários mecanismos reguladores introduzidos na Era Vargas (1930 - 1934), época em que Vargas subia ao poder como chefe do governo provisório (MESTRINER, 2012). Na sequência, foi eleito constitucionalmente pelo Congresso e, em 1937, por meio de um golpe de Estado, manteve-se no poder até 1945. A educação, a saúde e a assistência social foram políticas formatadas por meio de alianças do Estado com a Igreja e a burguesia, com objetivos claros de controle dos conflitos sociais que vieram juntos com o processo de industrialização.

Mestriner (2012) reitera a existência de uma relação perversa entre as políticas sociais e a filantropia, destacando que, no primeiro período do Governo Vargas (1931-1937), havia um grande descontentamento da sociedade, provocada por grande turbulência e motivada pela mudança da economia agroexportadora (PEREIRA, 2011).

O modelo agroexportador baseava-se na monocultura de produtos primários, voltados para exportação de sua total produção, que transitou para o

modelo urbano industrial, contribuindo para o aumento dos índices de vulnerabilidade e para o agravamento das situações de pobreza.

Jaccoud (2012) enfatiza que as práticas primárias de ajuda já não atendiam as demandas das categorias chamadas de “necessitados”. Emergiu, nesse processo, um grande número de instituições públicas e privadas que ofertavam “tratamento” aos problemas sociais, enfrentados anteriormente pelas sociedades locais.

Mestriner (2012) evidencia a postura do Estado de delegar à sociedade civil grandes responsabilidades na área social, permanecendo presente apenas em ações emergenciais. Dessa forma, implantou-se no país, persistindo até hoje, o princípio da subsidiariedade, ou seja, princípio básico da doutrina social da igreja que regula as relações do Estado com a sociedade civil, sendo que o Estado é colocado em último lugar nessa função.

Como consequência dessa realidade, várias políticas sociais, principalmente a de assistência social, permaneceram no campo da solidariedade e da filantropia, o que gerou contornos de benevolência paliativa e não de direitos sociais à população (MESTRINER, 2012).

Jaccoud (2012) afirma que o Estado começou a repassar significativos benefícios para as entidades, tais como as transferências orçamentárias e de responsabilidade que se estendem até hoje. É importante destacar que nesse momento a Igreja católica, que tradicionalmente dominou o setor da filantropia, por meio das suas congregações, continuou a expandir sua doutrina e seu poder, colaborando com sua “força disciplinadora” para diminuição da pressão social. O Estado, como reitera Mestriner (2012), apenas legitimou o que as entidades já estavam fazendo a quatrocentos anos no país.

Nesse contexto, em 1938, criou-se o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), juntamente com o Ministério da Saúde e da Educação (JACCOUD, 2012). Porém, mesmo assim, as formas de intervenção e de atenção à área social mantiveram o modelo tutelar que legitimava a ideologia do clientelismo e da benevolência (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; JACCOUD, 2012; PEREIRA, 2011).

Paugan (2003) ressalta que, apesar das sociedades modernas supostamente terem “assistido aos pobres” com ações voltadas aos desfavorecidos socioeconomicamente, isso ocorreu apenas em parte. O fenômeno da pobreza continuou percebido como o oposto do progresso, denunciando as desigualdades

mais flagrantes, em termos de distribuição de renda, ou seja, entre os segmentos mais ricos e mais pobres. O País ainda se defronta com um grau elevado de desigualdade quando comparado com outros países no mundo e mesmo na América Latina. Entre as Grandes Regiões brasileiras, a desigualdade é historicamente superior no Nordeste e Centro-Oeste (site:IBGE dados sobre a pobreza) .

Na área da assistência social, o Estado continuou reforçando as ações de solidariedade e ajuda por meio dos subsídios às entidades filantrópicas, ou seja, não assumiu as funções que lhe caberiam. Nessa mesma década, de acordo com Giannotti (2007), o Estado adotou uma política intervencionista na economia, com a intenção de incentivar a indústria e o comércio, contribuindo para o aumento de um número significativo de integrantes da classe trabalhadora, passando de trezentos mil, na década de 1920, para um milhão de trabalhadores, na década de 1930. Tudo isso teve reflexos na mentalidade da classe dominante, que até então era constituída por coronéis.

Behring e Boschetti (2009) confirmam que o esforço regulatório dado no início dos anos 1930 até 1940, pode ser considerado como os anos de introdução da política social no Brasil, reafirmando, como revela Mestriner (2012), o componente liberal, referendado, de um lado, pelo pressuposto moral da filantropia e, do outro, pelo componente “trabalho”.

Em síntese, as principais medidas de proteção na década de 1930 foram: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; a Carteira de Trabalho; a Legislação Trabalhista; o Ministério da Educação e Saúde e os institutos de aposentadorias e pensões (PEREIRA, 2011). Na década de 1940, ainda segundo Pereira (2011), instituiu-se o salário mínimo, a reestruturação dos Ministérios da Educação e da Saúde, a Promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a criação do imposto sindical e legislação sobre acidentes de trabalho.

Behring e Boschetti (2009) mostram que as fortes iniciativas políticas no governo Vargas, regulamentadoras das políticas sociais, buscavam transformar as lutas de classe em colaboração de classes, ou seja, propunham a desarticulação da classe trabalhadora.

Giannotti (2007) explica esse processo como uma mudança de postura em relação ao tratamento dado aos movimentos operários. A ordem era criar uma harmonia entre capital e trabalho, bem como estimular o surgimento de um novo sindicalismo. Este movimento foi chamado pela oposição como sindicatos

“ministeriais”, visto que colaboravam com o governo e a nova classe dominante, mas não com a garantia de direitos do trabalhador.

A partir daí, iniciou-se uma centralização e coordenação das ações da Assistência, em 1942, com a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) (FREITAS; GUARESCHI, 2014; PEREIRA, 2011). A LBA foi criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira dama do país, na época, Darci Vargas.

A estrutura das ações desenvolvidas pela LBA deixava claro o caráter de tutela, favor e clientelismo que se estabelecia na relação entre Estado e sociedade. Neste processo, segundo Behring (2009), esta associação assistencialista vai se tornando articuladora das ações, formando uma forte rede de instituições conveniadas.

Deve-se destacar, no entanto, que estas ações reforçavam as marcas do assistencialismo e inaugurava o primeiro damismo na assistência social. O primeiro damismo, como pontuado por Sposati (2001), tornou-se símbolo do assistencialismo no Brasil, personificado pela figura da primeira dama em cargos públicos, com ênfase para as ações voltadas aos seguimentos vulneráveis.

De acordo com Mestriner (2012), somente em 1951, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) ganhou poder de registrar as instituições sociais, apesar de ter sido criado em 1938, para regulamentar o sistema, as áreas de intervenção Estatal, ou seja, de atenção social não sofreram alteração, visto que continuaram com os mesmos princípios doutrinários e com recursos financeiros restritos. Já vivíamos então a era Juscelino Kubitschek (1957-1958).

Surgiram diante desta mudança, duas novas possibilidades: doações às instituições com dedução do imposto de renda e isenção de impostos às entidades com registro de filantropia. Todos esses incentivos foram respostas dadas pelo Estado à pressão social, como alternativa de manter o setor privado responsável pela assistência aos mais pobres. Essas estratégias permitiram ao Estado lidar com a “questão social”, transferindo a responsabilidade para a filantropia, ou seja, para sociedade civil.

Pereira (2011) chama o espaço das políticas sociais, nessa época, de zona cinzenta, lugar de operação das barganhas populistas do Estado e parcelas da sociedade, na qual a “questão social” era despolitizada, transformada em desavenças, regulada administrativa ou juridicamente. O social continuava

desvalorizado e, quando contemplado, era sempre a serviço da rentabilidade econômica.

No aspecto econômico, Behring e Boschetti (2009) lembram que vivíamos um salto econômico no capitalismo brasileiro, resultado do desenvolvimentismo proposto por Juscelino de fazer o país crescer 50 anos em apenas 5 anos. Contudo, as tensões foram acirradas no campo por falta de uma reforma agrária e nas camadas médias urbanas, destacando-se os movimentos dos universitários pela ampliação do ensino superior.

Pereira (2011) e Mestriner (2012) reafirmam que os conflitos sociais na época anterior ao golpe de 1964, não foram capazes de garantir o direito dos usuários dos serviços sociais. O trabalhador ou o usuário destes serviços nunca ocuparam qualquer espaço na regulamentação.

Havia uma grande instabilidade institucional com sucessivos fatos desestabilizadores das instituições, dentre eles: o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio, em 1961 e, por fim, o golpe de 64, que depôs João Goulart. Todos esses fatos marcaram esse período com a expansão lenta de direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Dessa forma, Pereira (2011) revela que, em meados dos anos 60, no governo Castelo Branco, instituiu-se um governo autoritário que rompeu com as práticas populistas e desenvolvimentistas marcantes no governo de Juscelino, com uma organização tecnocrática e centralizadora. Restringiu-se a participação popular e definiu-se um modelo econômico concentrador e excludente, que vigorou a partir de 1967.

De acordo com Mestriner (2012), durante esse período de ditadura, a sociedade civil que, por meio do CNSS, tomava as decisões relativas às práticas filantrópicas, perdeu poder decisório, ficando a cargo da aprovação dos parlamentares todas suas decisões, nascendo o modelo do apadrinhamento político, bem como uma nova e perversa forma de assistência pública, a chamada filantropia de clientela ou filantropia do favor.

Já no final da década de 1970, segundo Sposati (1991), surgem reflexões e debates sobre a Assistência Social no interior da academia de Serviço Social, anunciando sua função contraditória no confronto das classes sociais. Nesse momento os intelectuais do Serviço Social fazem uma reconstrução da trajetória do Serviço Social brasileiro e destacam aspectos como a irracionalidade das primeiras

damas assistência passa a ser enxergada como tática e estratégia, usada para dominação de classes. Nos anos 80, os estudos e as práticas políticas permitiram uma apreensão das contradições da assistência social, que servia ao capital e ao trabalhador.

Iniciava-se o período chamado de transição democrática (1985-1990), no qual a assistência social ganhou novas matrizes, como destaca Mestriner (2012). Cria-se, então, a Secretaria do Ministério da Previdência e Assistência Social, que vai conviver com a LBA até que esta venha a protagonizar os escândalos de desvio de verba e outros apadrinhamentos no início dos anos 90.

Contudo, segundo Sposati (2011), foram os trabalhadores da extinta LBA que se organizaram e iniciou a luta pelo nascimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), considerada um marco na política de assistência. Desse modo, é importante retomar o processo de construção da Política de Assistência Social a partir da Constituição de 1988, que foi fundamental para que a assistência ganhasse um novo status: o fim da benevolência e a busca pela garantia dos direitos. Optou-se, nesta dissertação, trazer autores como Yazbek, Couto, Raichelis e outros que veem na construção da PNAS e na implantação do SUAS a possibilidade de construção de um sistema de proteção social que possa garantir direitos e fortalecer a cidadania, a dignidade de indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidades diversas.

1.2 A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como uma conquista histórica

O advento da Constituição de 1988, de acordo com Behring e Boschetti (2009), conhecida popularmente como Constituição Cidadã, deu novos contornos à Assistência Social no Brasil. Nesse momento histórico, ocorria o processo de redemocratização, apesar da crise econômica que o país atravessou durante a década de 1980 e de todos os resquícios deixados pela ditadura militar.

Segundo Sposati (1991), viviam-se momentos decisivos para o destino do país, tais como: a elaboração das Constituições estaduais, as eleições presidenciais e grande mobilização da sociedade, evidenciando, segundo Pereira (2011), um período de transição democrática.

Vinha-se de um plano econômico adotado pelo governo Sarney (1985-1986), o chamado Plano Cruzado, com grande reforma monetária. Contudo, este não foi capaz de conter a inflação. Até o final deste governo, passou-se por mais dois planos econômicos (PEREIRA, 2011). Apesar do fracasso desses planos, a década de 1980, chamada de década perdida, também pode ser considerada a década da redemocratização, devido aos avanços políticos e sociais ocorridos (MELO,2007; SALLUM JR., 1999).

Nesse sentido, as propostas de reestruturação das políticas sociais, formuladas por grupos de trabalho criados no governo Sarney, não saíram do papel, porém, foram incorporadas no processo constituinte. Os movimentos pré-constituintes estavam carregados de conteúdo reformista, com intuito de se implantar uma constituição com políticas orientadas pelo princípio da universalização, da responsabilidade pública e da gestão democrática (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Pode-se dizer que os processos de luta, a participação de sujeitos políticos, profissionais e usuários das políticas foram fundamentais para a incorporação dos direitos sociais na Constituição. Para Sposati (2011), houve uma grande articulação nacional de entidades para a mobilização pela constituinte. Essa articulação reuniu movimentos sociais, políticos e partidos políticos com compromisso democrático, sendo realizadas múltiplas articulações e debates.

O momento constituinte propiciou a aceleração das articulações e, assim, em outubro de 1988,concomitante à promulgação da Constituição, a Assistência Social passou a ser reconhecida como direito, fazendo parte do tripé da seguridade social. Dessa forma, a nova constituição, vigente a partir de 1988, batizada de Constituição cidadã, trouxe a assistência social para o campo da Seguridade Social e da Proteção Social (COUTO et al., 2014).

Deve-se entender Seguridade Social como padrão de proteção social de qualidade que cubra situações de vulnerabilidade e risco dos cidadãos (FREITAS, 2013). Contudo, sua efetivação não pode se restringir à lógica do seguro social contributivo, que garante apenas aqueles que participam das relações mercantis de trabalho e contribuem previamente.

Na falta de trabalho, o tripé da seguridade social, composto pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, articulado com as demais políticas, deve garantir a proteção social, assegurada pela sociedade, por meio do

Estado. Boschetti (2009) discute a lógica social do direito não contributivo, que possibilita àqueles excluídos do mercado, tornando-se potencialmente demandatários do benefício não contributivo.

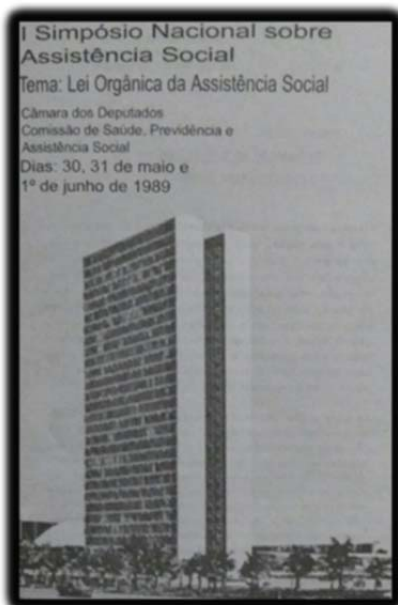
Houve um grande retardo para a regulação dos dispositivos constitucionais, segundo Sposati (2011), não só pelo conjunto de experiências reais pré-existentes de cunho conservador, mas também pela lentidão da implantação das medidas pós-constituinte.

Sposati (2011) reafirma que os anos pós-constituinte foram marcados por lutas, ocorrendo em 1989, as eleições para Presidente da República. Porém, somente em 1990, o novo congresso eleito começou a aprovar várias leis regulamentadoras, tais como: Lei nº 7.853, de 1989, da pessoa deficiente; Lei nº 8.069, do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), em 1990; Lei nº 8.080; Lei Orgânica da Saúde, em 1990 e Lei nº 8142, do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990.

Ainda de acordo com Sposati (2011), em seu livro “A menina LOAS”, os movimentos pró-assistência social são fortalecidos pela articulação dos órgãos da categoria, entre eles: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), hoje Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que se articularam com outras frentes e gestores municipais e estaduais pelos direitos de portadores de deficiência, das crianças e adolescentes. Segundo Quinonero et al. (2013), a LOAS nasce em 1993 para regulamentar artigo do texto constitucional, que institui definitivamente a Assistência Social como direito não contributivo. Seus princípios e diretrizes, e também a proteção social foram garantidos por meio de programas e projetos detalhados sequencialmente em três documentos principais: a Política Nacional de Assistência Social (1998) e duas Normas Operacionais Básicas (NOB), a de 1997 e a de 1998.

As Figuras 1 e 2 são capas dos primeiros cadernos produzidos pelos movimentos pró-assistência social e pelos órgãos da categoria dos assistentes sociais, Frente Nacional dos Gestores Municipais e pesquisadores de várias Universidades.

Figura 1 - 28 de julho 1990



Fonte: Sposati (2011 p. 56-57).

Figura 2 - maio/julho 1989



Fonte: Sposati (2011 p. 56-57).

Para Freitas (2013), o primeiro projeto aprovado pelo legislativo, relativo à LOAS, em 1990, foi vetado pelo representante do poder executivo, que tinha como presidente, na época, Fernando Collor. Porém, três anos depois, Itamar Franco envia ao Congresso Nacional o projeto.

Sposati (2011) ressalta que os órgãos de classe organizaram uma comissão interlocutora composta por grandes nomes da profissão, como: Yazbeck, Pereira, Duarte, Sposati, entre outros, que iniciaram debates e geraram emendas ao texto proposto.

Toda essa articulação foi chamada de Conferência Zero, sendo discutidos e debatidos todos os artigos do projeto no auditório da Câmara Federal, com a presença de parlamentares, líderes do governo, emissário do ministro. Dessa forma, em 1993, foi publicada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de dezembro de 1993, que, segundo Jaccoud (2012), consolidou as mudanças estruturais propostas na Constituição no âmbito da Política de Assistência Social, afirmando-a como política não contributiva, realizada por iniciativas públicas e privadas e garantida a todos que dela necessitassem (BRASIL, 1993).

Freitas e Guareschi (2014) reafirmam o seu caráter de integração entre as esferas econômica e social, focando a centralidade do Estado na garantia e universalização dos direitos sociais. Essas mudanças foram evidenciadas,

substancialmente, quando incluiu a participação da sociedade civil na formulação, gestão e execução das políticas de assistência social.

Segundo Couto et al.(2014), alguns marcos legais foram importantes para a consolidação das propostas da constituição. Porém, é fundamental esclarecer que foram cinco anos de luta para a aprovação desta lei. Assim sendo, após a Carta Constitucional, demorou-se cinco anos para que o primeiro benefício já previsto no texto constitucional fosse liberado: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para idosos e deficientes, com corte per capita baixíssimo, de ¼ do salário mínimo.

Todos os outros marcos teóricos tiveram a mesma lentidão, explicado pelas autoras Couto et al. (2014), Mestriner (2012) e Pereira (2011), pelo fato de que o momento de implantação ocorre em um contexto bastante paradoxal, entre ajustes estruturais da economia e os investimentos sociais do Estado. Destacamos que a LOAS, segundo Sposati (2011), adquiriu robustez para garantir direitos com a PNAS 2004, pois articulou-se a outras políticas do campo social e voltou-se à garantia de direitos e condições dignas de vida. Sposati (2011) afirma que a maturidade da LOAS consolida-se com a implantação do SUAS, em 2005, que alterou o texto da LOAS, concretizando, de forma clara, a política pública de direitos da assistência social como dever de Estado no tripé da seguridade social brasileira.

O Quadro 2, a seguir, resumiu os marcos teóricos que deram subsídios à implantação do SUAS, no período de 1988 a 2005.

Quadro 2 - Marcos teóricos da implantação do SUAS

Ano	Acontecimento histórico	Implicação para as ações da AS
1988	Promulgação da Constituição	Assistência Social passa a ser política pública e fazer parte do tripé da seguridade social, juntamente com a previdência social e a saúde.
1993	LOAS	Apresentação de um novo desenho para Assistência social, regulamentação e estabelecimento de diretrizes e princípios que garantem a política de AS como um direito social não contributivo.
1998	PNAS I	É construída para dar detalhamento das ações a serem garantidas por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

1997/1998	Norma Operacional Básica I	Reuniu em um único documento o processo de descentralização político-administrativo nas esferas de Governo e a Sistemática Operacional para financiamento das Ações (NOB 97). A segunda NOB, aprovada em 1998, pela Resolução CNAS nº 207, de 16 de dezembro de 1998, avançou para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social e trazia mais detalhes sobre o financiamento e critérios de partilha dos recursos da política, responsabilidades dos entes e modelos de gestão, procedimentos para habilitação, competências dos conselhos (NOB 98).
2004	PNAS II	O PNAS demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 2004).
2005	NOB/SUAS I	Aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, incorporou e aprimorou as conquistas que foram gradativamente alcançadas com as NOBs anteriores.
2012	NOB/SUAS II	É valioso instrumento de estudo e permanente consulta para os trabalhadores do SUAS no país, que experimentaram o desafio de sua implantação e seguem perseguindo o objetivo de qualificá-lo (NOB 2012).

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Havia uma incompatibilidade entre o discurso do ideário neoliberal que reconhecia o dever moral de proteção aos pobres e os fundamentos da política de Assistência Social, que avançava para o reconhecimento de direitos.

A conjuntura é dramática com o crescimento da pobreza e da desigualdade. Pois, por um lado as conquistas e avanços permitiam que a esfera pública discutisse a questão da pobreza e desigualdade e transformassem a Assistência Social em Política Pública, por outro, as políticas neoliberais desarticulavam e desmontavam os direitos e os investimentos no campo social (COUTO et al.,2014).

Couto et al. (2014) ressaltam que, paralelamente ao processo de implantação da LOAS e da primeira PNAS, em 1998, surge o Programa Comunidade Solidária, lançado pelo governo FHC, como forma de enfrentamento à pobreza, por Medida Provisória à margem da LOAS. Esse programa reforça a

tradição da área de fragmentação e sobreposição das ações ligadas aos projetos de proteção social.

Os anos 90 foram marcados por grande vulnerabilização do trabalho, bem como a indagação feita por vários autores, entre eles, Couto et al. (2014), Freitas e Guareschi (2014) e Jaccoud (2012), sobre a existência ou não de compatibilidade entre políticas sociais, direitos e as relações entre Estado, sociedade e o mercado.

Freitas (2013) afirma que, quando o direito à seguridade social é regido pelas duas lógicas, contributiva e não contributiva, o peso que cada uma delas tem irá conformar o “direito e o antidireito” do indivíduo à proteção social. Isso significa que a proteção social contributiva parte do princípio de que o homem deve se manter a partir de sua força de trabalho, participar da força produtiva e contribuir previamente com sua proteção. Mas, quando este princípio de auto prover-se não é hegemônico, a proteção de indivíduos, tanto dos que estão inseridos no mercado como os que estão à margem da produção, será compromisso do Estado como direito de cidadania.

Dessa forma, as estratégias de enfrentamento da pobreza, segundo Melo (2007), tanto no governo FHC, como no governo Lula, dão respostas às propostas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se de políticas compensatórias que não alteraram as bases da desigualdade, aprofundando o projeto societário neoliberal no Brasil. Mesmo considerando todas as críticas e questionamentos levantados pelos vários autores, todos consideram que avanços substanciais ocorreram na pós-Constituição de 1988.

A PNAS 2004 nasce após onze anos de LOAS, buscando incorporar as demandas presentes nesse momento na sociedade (BRASIL, 2004). A política foi gestada durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, no ano de 2003, com a proposta de materialização da LOAS e de princípios postos na Constituição de 1988.

As ações socioassistenciais, entendidas como programa e projetos de acolhimento, convivência e socialização e desenvolvimento de serviços, como orientação quanto a direitos e benefícios (BRASIL, 2004), são reafirmadas como responsabilidade do Estado. Nesse sentido, a gestão proposta por esta política atribui competência dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais.

A política pública de assistência social traz, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), uma visão inovadora, dando continuidade ao que foi proposto na Constituição de 1988 e ratificado pela LOAS (BRASIL, 1993). É pautada na dimensão ética de incluir os invisíveis, de proteger os vulneráveis, de captar as diferenças sociais, e, principalmente, de entender que os indivíduos têm carências, mas também competências que devem ser valorizadas como formas de construção de autonomia (SANTOS 2006; MILANEZZI; NISHIJIMA; SARTI, 2012).

Couto et al. (2014) ressaltam que, juntamente com o processo de descentralização, a PNAS (BRASIL, 2004) destacou as desigualdades sócio-territoriais e a necessidade da articulação da rede de serviços. As autoras também destacam que, ao serem implantados a PNAS e o SUAS, liberaram forças políticas de lutas pela direção social da Assistência Social na perspectiva da justiça e dos direitos.

Nessa perspectiva, a aprovação da PNAS, em 2004, fixou princípios e diretrizes para a implantação do SUAS. A PNAS, em seu primeiro capítulo, evidenciou uma análise situacional, ou seja, uma descrição do momento em que a Assistência Social se configurou como política pública no Brasil (BRASIL, 2004). Destaca-se um modo de olhar e quantificar a realidade a partir de uma visão social inovadora, de proteção, capaz de captar as diferenças sociais. As profundas mudanças propostas nas referências conceituais, na estrutura organizativa, na gestão e no controle das ações na PNAS (BRASIL, 2004) preconizam, segundo Couto et al. (2014), em primeiro lugar, a relevância da intersetorialidade, que expressará a articulação entre as políticas para o enfrentamento das desigualdades. Em segundo lugar, a ampliação dos usuários da política, superando a fragmentação expressa nas abordagens por segmento (idoso, criança etc.) para o trabalho com famílias. E, por fim, a incorporação da abordagem territorial, que se faz presente e necessária, considerando a extensão territorial, a alta densidade populacional nos municípios do território nacional, bem como as demandas de realidade marcada pela alta desigualdade social. Essas mudanças nas referências conceituais do SUAS estão representadas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 –Referências conceituais

Mudanças nas referências conceituais doSUAS		
Intersetorialidade: Deve expressar a articulação entre as políticas públicas.	Ampliação dos usuários: Na perspectiva de superar a fragmentação na abordagem por segmento.	Abordagem territorial: Entendida como território o espaço de interação dos sujeitos com suas vulnerabilidades e potencialidades.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Couto et al.(2014) ressaltam ser o território o terreno das políticas publicas, no qual as questões sociais se manifestam e criam tensões, bem como possibilidades de enfrentamento, concomitantemente. Nesse sentido, a compreensão da dimensão territorial das políticas públicas traz, em seu bojo, o reconhecimento dos muitos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais nos diferentes territórios que levam comunidades, famílias e indivíduos a situações de vulnerabilidade e de risco social (COUTO et al., 2014).

Nesse sentido, a dimensão territorial como um dos eixos da política de assistência social é considerada um avanço, pois vai além da concepção geográfica, haja vista que concebe o território como o espaço habitado, no qual as relações sociais acontecem, criam-se tensões e vivenciam-se problemas, mas também se constroem estratégias de enfrentamento.

Dessa forma,o SUAS, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), materializa a LOAS e viabiliza condições para extensão e universalização da proteção social através da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões de serviços, da qualidade no atendimento, da construção de indicadores de avaliação e resultados, nomenclaturas, eixos estruturantes.

As bases organizacionais previstas no processo de gestão do SUAS, segundo a PNAS (BRASIL, 2004) são: a matricialidade sociofamiliar,a descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para relação entre o Estado e a Sociedade Civil, o financiamento, a política de recursos humanos, a produção de informação, monitoramento e a avaliação.

A organização do serviço, segundo (BRASIL, 2004),segue a seguinte referência: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. A vigilância refere-se à produção sistematizada de informação e indicadores, ao passo que a proteção social vai trabalhar com as garantias. APNAS(BRASIL

2004) estabeleceu a proteção social como garantia das seguranças, que devem cobrir, reduzir ou prevenir riscos e vulnerabilidades sociais. Destacamos que o termo vigilância social foi substituído por vigilância socioassistencial nas duas novas normativas, LOAS, revisada, lei nº 12.435, de 2011 e NOB 2012. Assim, a LOAS revisada (BRASIL 1993) trás como objetivos da assistência social: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. A NOB SUAS 2012 destaca esses três itens como funções da política de assistência social.

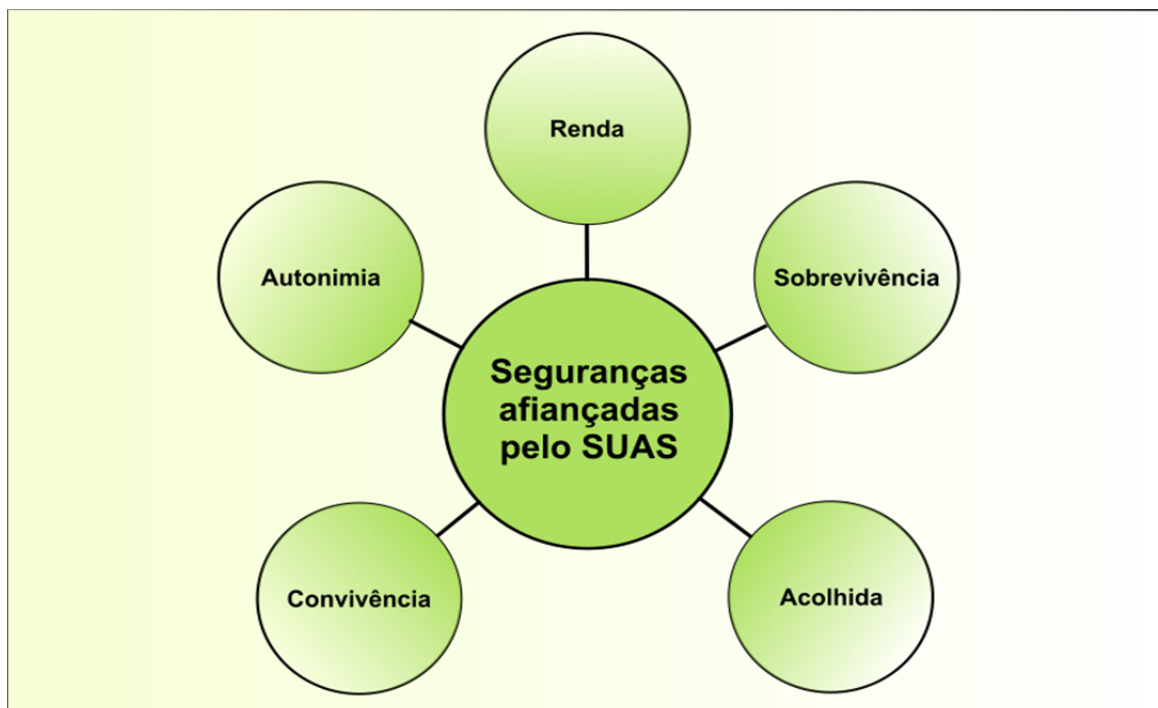
A PNAS (BRASIL, 2004) define apenas três seguranças afiançadas pelo SUAS, que seriam: segurança de sobrevivência, segurança de convívio e segurança de acolhida. E, por fim, a defesa social e institucional que discorre sobre a organização dos serviços, para a garantia do direito ao atendimento digno, direito ao acesso à rede, direito a informação sobre funcionamento, direito ao protagonismo e direito à oferta qualificada de serviços.

Jaccoud (2012), por sua vez, descreve cinco tipos de seguranças que estão postas na NOB SUAS RH (BRASIL 2012): 1) segurança de sobrevivência, que se concretiza através do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos benefícios eventuais, assegurando a proteção de idosos e deficientes, destituídos de fonte de renda e cuja renda per capita familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; 2) segurança de convívio, efetivada com ações socioeducativas, com a intenção de fortalecer e restabelecer vínculos familiares e na comunidade; 3) segurança de acolhida, por meio de ações, cuidados, serviços e projetos, ofertados pela rede de serviços socioassistenciais; 4) segurança de renda, que visa proteger a família sem recurso monetário para sobrevivência; 5) a segurança de autonomia, que atua para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para autonomia, protagonismo e qualidade nos laços sociais.

A Figura 3 representa as seguranças sociais que devem ser materializadas pelos serviços de proteção básica e especial prestados à população.

Importante observar que as cinco seguranças afiançadas pela política de assistência social demonstradas na figura a seguir foram instituídas pela NOB-SUAS RH (BRASIL 2012).

Figura 3 - Seguranças Socioassistenciais



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Nessa perspectiva, na PNAS (BRASIL, 2004), as seguranças que demandam, de forma expressiva, a formação da rede de serviço são as de acolhida e de convívio. Essa rede de serviço, de acordo com Freitas e Guareschi (2014) e Jaccoud (2012), devem atuar segundo os princípios da integração, da corresponsabilidade e da complementaridade entre as ações governamentais e não governamentais.

As afirmações destes princípios foram previstas nas Normas Operacionais Básicas (NOB) do SUAS (BRASIL, 2011), que anteviram acordos e pactos periódicos estabelecidos entre entidades e poder público para o cumprimento dos princípios do SUAS. Assim, a PNAS (BRASIL, 2004) situa a Assistência Social como proteção social não contributiva, direcionando suas ações para a proteção dos cidadãos e grupos que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Ela também estrutura a Proteção Social ofertada pela Política de Assistência Social, em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta subdividida em Proteção Social de Alta e Média Complexidade.

Segundo Brasil (2004), a PNAS é constituída por serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade das funções protetivas. Esta proteção tem estreita interface com o sistema de garantia de direito.

A proteção social especial, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), está destinada a famílias e indivíduos em situação de risco social ou pessoal. Consideram-se situação de risco as situações em que os direitos foram violados ou ameaçados, mas que ainda existam vínculos familiares e comunitários, sendo, portanto, demandas que devem ser acolhidas na Proteção Social Especial de média complexidade, especialmente nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O CREAS efetiva suas ações por meio de serviços de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado domiciliar, serviços de reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto.

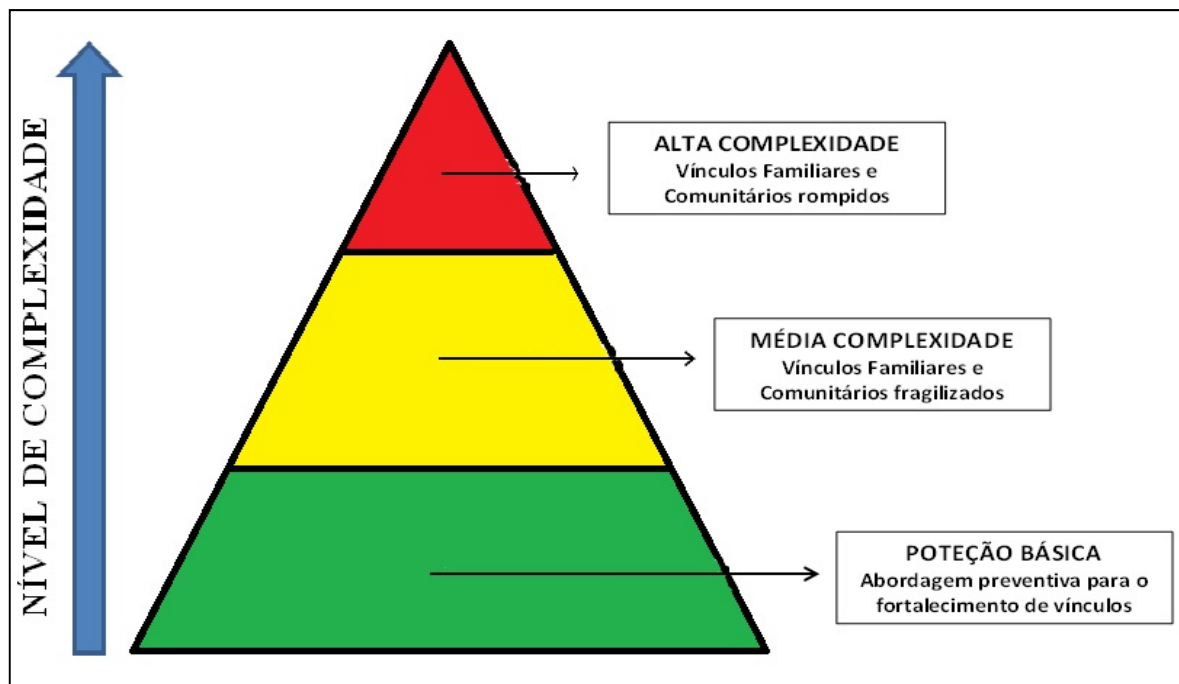
É função do CREAS construir um espaço de acolhida e escuta qualificada, trabalhando no sentido de fortalecer vínculos familiares e comunitários, tendo como prioridade a reconstrução das relações familiares (BRASIL, 2011).

As situações reveladoras de violação de direitos da família ou do indivíduo que não tiverem referências ou necessitam de proteção, serão acolhidos na Proteção Social Especial de alta complexidade. Os serviços de acolhimento institucional que fazem parte da estrutura de atendimento da alta complexidade apresentam como prioridade, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), proteger pessoas que tiveram seus vínculos rompidos em unidades residenciais inseridas na comunidade, bem como atuar para o desenvolvimento de relações equivalentes ao ambiente familiar.

A alta complexidade, de acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), é dispensada à população nos seguintes serviços: atendimento integral institucional, casa-lar, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas da liberdade, trabalho protegido.

A Figura 4 abaixo representa os níveis de proteção e seus diferentes graus de vulnerabilidades.

Figura 4 – Níveis de proteção e graus de vulnerabilidade



Fonte:PESSOA,A.S.G.;MEDEIROS,J. K.; FONSECA,D.B.;LIENBERG,L. The use of visual methods and Reflexive interviews in the research with children living in foster care. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Org.). Vulnerable Children and Youth in Brazil innovative Approaches from the psychology of Social Development.1 ed. NYC: Springer International Publishing,v.1, p.211-227, 2017.

Apesar de se reconhecer a importância desses níveis de atendimento na política de assistência, enfatizou-se, nessa pesquisa, a proteção social básica. Aqui se entende básico como aquilo que é basilar, imprescindível e não simples. Segundo Prisco (2012), essa definição é importante para se ter clara a potência e as possibilidades da Proteção Básica de produzir impactos na realidade de famílias e grupos sociais vulneráveis. Para Pereira (2011), o básico expressa algo que é primordial e não deve ser confundido com mínimo, que teria a conotação de algo menor. Portanto, o básico a que se refere a LOAS, constitui-se como a base para o exercício de cidadania.

Referenciou-se essa constatação a partir dos pressupostos apresentados na Cartilha Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 11), ao afirmar que “[...] básico é aquilo que é basilar, mais importante, fundamental, primordial, essencial ou aquilo que é comum a diversas situações”.

Segundo a PNAS (BRASIL, 2004), este nível de proteção deve garantir três tipos de seguranças ao usuário da assistência: segurança de sobrevivência, segurança de acolhida e segurança de convívio familiar. Estas seguranças serão trabalhadas a partir de três eixos de ação, tais quais: o Programa de Atenção Integral a família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a Proteção em Domicílio.

A política prevê a oferta de serviços aos destinatários da política de assistência social no espaço dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e, em casos específicos, no domicílio. O espaço do CRAS foi concebido, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), como um dos mais importantes equipamentos públicos, que coloca a política de assistência social ao alcance da população.

Nesse viés, os serviços da proteção básica devem potencializar as famílias como referência, por meio do fortalecimento dos vínculos intra e inter-familiar o protagonismo social de seus membros e oferta de ações locais, visando a convivência, a socialização e o acolhimento.

Nesse sentido, o Quadro4, abaixo, retrata, resumidamente, as ações que, segundo a NOB/SUAS (BRASIL, 2012), devem fazer parte dos serviços ofertados pelo CRAS.

Quadro 4 - Ações do CRAS

Ações do CRAS
Centro de Convivência do Idoso
Centro de informação e educação para o trabalho
Serviços socioeducativo para jovens/ incentivo ao protagonismo
Serviço para crianças de 0 a 6 anos de idade
Programa de inclusão produtiva
Programa de Atenção Integral a Família (PAIF)
Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Fonte: Elaborado pela autora com base em PNAS (BRASIL, 2004).

A tipificação de serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009), pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), define e detalha os serviços da proteção básica: PAIF, SCFV, Serviço de Proteção Básica no domicílio para pessoas com

deficiência e idosas. Para estes serviços, a NOB SUAS/ RH define a equipe mínima que deve compor o quadro de profissionais de acordo com o porte do município.

Para melhor entendimento do quadro, fez-se importante destacar quais são os profissionais que compõe o SUAS, segundo a Resolução CNAS nº17, de 20 de junho de 2011, que estipula a equipe de referência NOB SUAS/RH, definindo as categorias profissionais de nível superior) e a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS.

A NOB/RH (BRASIL, 2012) revela, em seu capítulo IV, a definição de equipe de referência na proteção básica e especial, destacando que tais equipes são compostas por diferentes categorias profissionais, que devem ser estimuladas à troca de conhecimentos e produção de saberes (BRASIL 2012).

O Quadro 5 especifica as exigências, segundo a tipificação dos serviços socioassistencial (BRASIL, 2009), referente ao número mínimo de funcionários para o trabalho no CRAS.

Quadro 5 - Equipes de CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas.	Até 3.500 famílias referenciadas.	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e o outro preferencialmente psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo, e o outro um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio

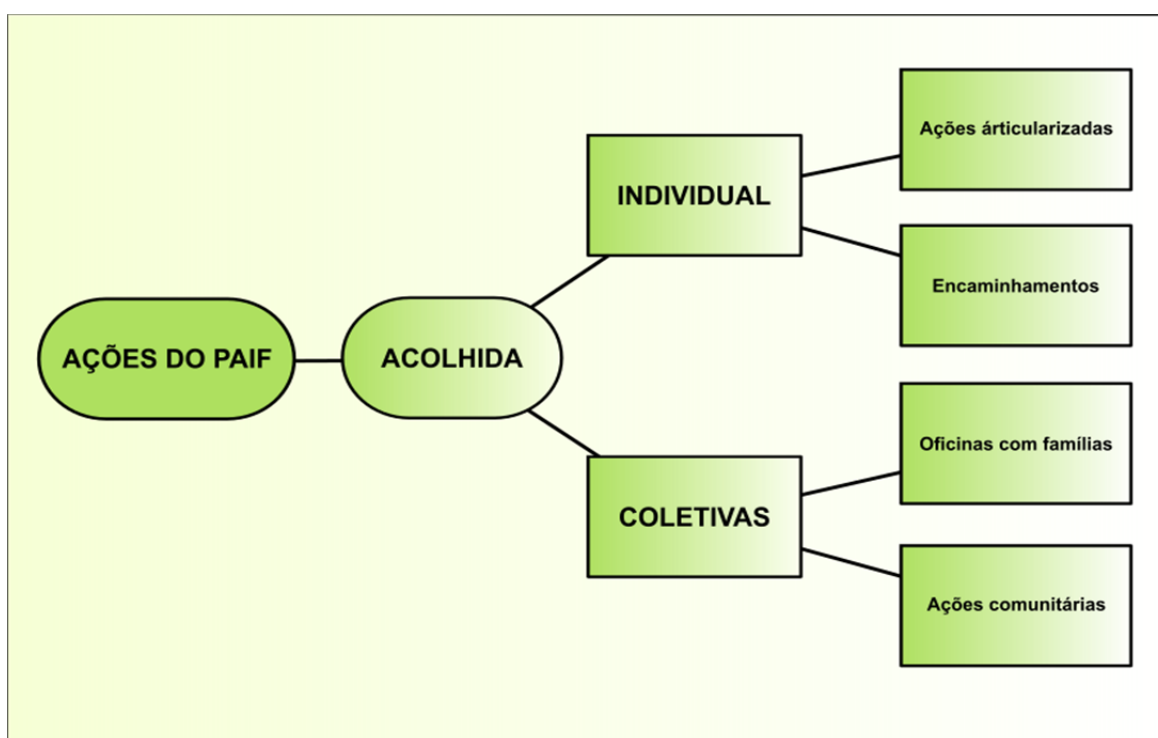
Fonte: NOB-RH (BRASIL, 2011).

Assim, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), alguns serviços podem ser executados por entidades que, a partir da promulga o da Lei n  12.101, de 27 de novembro de 2009, foram reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, ficando sob a responsabilidade dos CRAS a gestão da prote o social básica

no território e a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Assim sendo, esta pesquisa focou o PAIF como referência das ações, pois é considerado como o eixo para as ações do CRAS e é o único programa desenvolvido e realizado somente com os técnicos do CRAS e em seu espaço físico.

Segundo a NOB/SUAS (BRASIL, 2011), o espaço físico do CRAS deve ser suficiente para o desenvolvimento das ações do PAIF que consolidam o trabalho social com as famílias. Dessa forma, de acordo com as cartilhas de orientações do PAIF (BRASIL, 2012), é preciso sempre associar a realização das ações desse programa aos objetivos que se pretende alcançar. A Figura 5, a seguir, mostra a estruturação das ações do PAIF.

Figura 5- Ações do PAIF

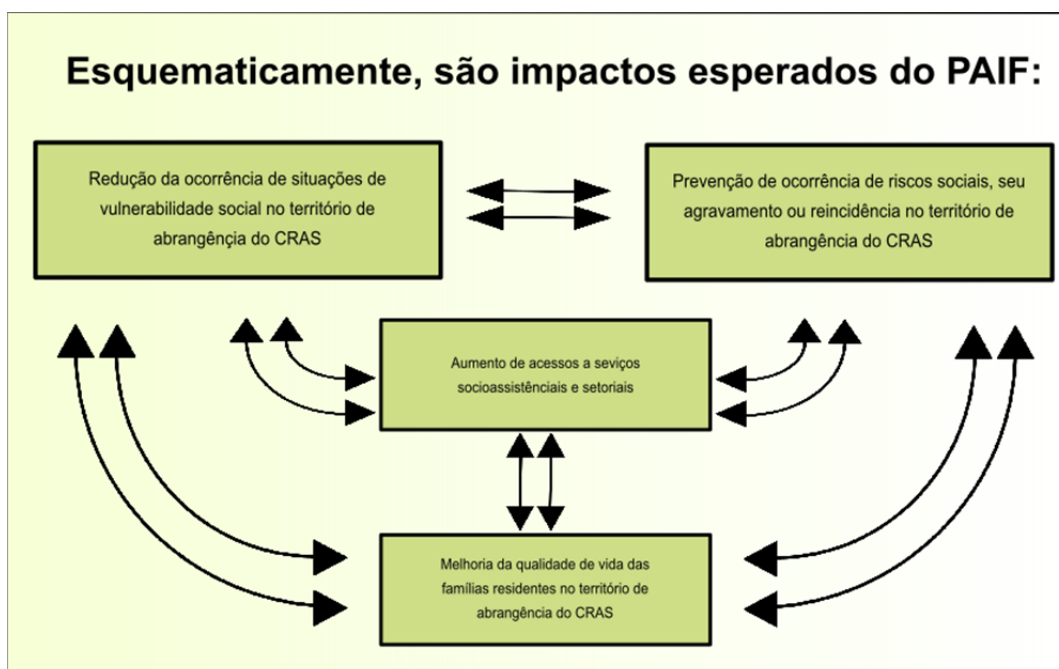


Fonte: BRASIL (2012).

O PAIF é, segundo a NOB/SUAS (BRASIL, 2011), o carro-chefe das ações do CRAS e se caracteriza por um conjunto de ações integradas com objetivo de atender plenamente as famílias expostas a situações de vulnerabilidade social.

Segundo os cadernos de orientação² (BRASIL, 2006), o PAIF contribui para alcançar a consolidação de alguns resultados significativos no âmbito familiar e territorial. No âmbito familiar, propicia o fortalecimento da proteção e prevenção de rupturas, com o aumento do sentimento de pertença, promoção e proteção mútua, desenvolvimento de padrões relacionais não violentos. No âmbito territorial, contribui para o aumento da capacidade organizativa, fortalecimento do protagonismo, aumento do conhecimento sobre direitos e outros. Importante perceber-se que os impactos esperados com as ações do PAIF estão inter-relacionados. A prevenção de risco só acontece com a redução das vulnerabilidades nos territórios, por meio de um maior acesso às famílias. A Figura 6, a seguir, mostra essa inter-relação:

Figura 6 - Impactos esperados do PAIF



Fonte: BRASIL (2012).

Prisco (2012) pontua que o CRAS, no planejamento e execução dos serviços e ações, deve materializar dois eixos organizacionais da Política Pública de Assistência Social: a matricialidade sociofamiliar e a Territorialização. A matricialidade é o reconhecimento da família como sujeito de direito e sujeito de

² Cadernos de orientações técnicas do PAIF foram organizados por técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a finalidade de padronizar as ações nos CRAS, considerando os princípios da PNAS, objetivando aprofundar o conhecimento sobre a tipificação dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2012).

suas ações. Já a Territorialização refere-se à oferta de serviços dentro dos territórios de maior vulnerabilidade.

É nesse espaço contraditório, cujas políticas de Proteção Básica são colocadas para a população mais vulnerável, por intermédio dos CRAS, que a presente pesquisa se desenvolveu. Partiu-se da hipótese de que, embora existam normativas e documentos bem formulados e que trazem mudanças paradigmáticas para o campo da política de assistência social, ainda existem muitas lacunas e dificuldades na implementação dos preceitos estabelecidos na política nacional.

1.3 Desafios para efetivação da PNAS

A partir das experiências, enquanto pesquisadoras com profissionais que atuam junto aos CRAS, Couto et. al (2014) reiteram que existem concepções equivocadas sobre os usuários da assistência, muitas vezes, partindo dos próprios técnicos (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e coordenadores) que lidam com as famílias. Tal problematização abre margem para um campo investigativo que permite avaliar os motivos que geram esse descompasso na implantação da política.

Freitas e Guareschi (2014) ressaltam que a PNAS (BRASIL, 2004) evidencia, em seus pressupostos, o caráter de direito social universal da assistência social. Porém, também discutem as contradições trazidas pelo documento, principalmente no que se refere à questão da universalidade.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2006), os usuários do SUAS são os indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Nisso, deve-se enfatizar a realização de garantia de proteção social ativa, não submetendo o usuário à tutela, mas à conquista de condição de autonomia, resiliência, sustentabilidade e protagonismo. No entanto, quando se acessa os critérios de inclusão nos programas e serviços postos à população, percebe-se que eles são focalizados nos segmentos pobres.

Essa seletividade não promove estratégias para a ampliação do acesso aos direitos, e sim define regras e critérios para averiguar quem vai ser selecionado, transformando, uma vez mais, problemas estruturais em faltas morais (FREITAS; GUARESCHI, 2014). Assim sendo, é preciso destacar que vulnerabilidade e risco

social não são adjetivos do usuário, visto que são inerentes à produção da desigualdade intrínseca ao capitalismo.

Pereira (2012) reflete sobre as condicionalidades, haja vista que, se a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, havendo uma incoerência na exigência das condicionalidades para se ter os serviços socioassistenciais. Esse mecanismo atribui aos usuários da política a condição de faltosos quando não correspondem às exigências, que seria a participação nos grupos socioeducativos, frequência nos acompanhamentos das Unidades Básica de Saúde (UBS), entre outros.

Dessa forma, os usuários dos serviços submetem-se, muitas vezes, a situações vexatórias para acessar direitos básicos, pois se são direitos, não deveriam ser condicionados (PEREIRA, 2012). Agravando este aspecto, as condicionalidades também submetem os usuários à lógica da classe média, ao cumprirem critérios para inclusão e permanência nos programas, sem reflexões profundas se estas iniciativas fazem algum sentido para a população vulnerável e se atendem às suas reais necessidades.

Segundo Subirats (2010), os desafios são inúmeros, pois o cenário da exclusão apresenta demandas heterogêneas e fragmentadas, e, ao serem abordadas, reivindicam formas de gestão flexíveis e diversificadas, o que exige dos profissionais a superação da tradição de “não política” da assistência social.

Couto et al. (2014) afirmam que, por ser uma área na qual a mediação dos serviços é executada pelo profissional, a formação técnica, teórica e política desse profissional terá um papel determinante para a implantação do SUAS. Destacam, ainda, que o processo de capacitação continuada, o ingresso por meio de concurso público, a definição de planos de carreira e uma remuneração compatível, estão pactuadas na NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2011), porém, permanece o desafio para sua efetivação.

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) (BRASIL, 2013), que monitora os CRAS de todo o país, evidencia a ausência da instalação da vigilância socioassistencial. Aqui, entende-se por vigilância socioassistencial o levantamento sistematizado de informações e dados do território, como forma objetiva de dar respostas mais efetivas às vulnerabilidades da população, ou seja, mapeia os territórios abrangidos pelas unidades do CRAS (BRASIL, 2004).

Além disso, retrata os dados referentes às equipes técnicas, constatando que há cerca 50% (cinquenta por cento) de profissionais sem vínculo empregatício permanente. Esta informação, em relação à equipe contratada temporariamente, permanece como um dos desafios a ser superado, pois a alta rotatividade dos profissionais decorrente do vínculo não permanente compromete a ação junto à população usuária que, muitas vezes, é interrompida (BRASIL, 2013).

Ainda considerando o aspecto da formação dos profissionais do SUAS, Costa e Alberto (2017) reiteram a precariedade dos recursos humanos, destacando a baixa remuneração e os vínculos fragilizados dos profissionais com o serviço, o que acarreta descontinuidade e rotatividade, já que estes precisam buscar fontes de renda adicionais.

Explicam, por exemplo, que a formação dos psicólogos, em seu processo acadêmico, tem ênfase na formação clínica distante do trabalho em comunidade e com famílias, inviabilizando uma atuação em consonância com a realidade vivida pelas famílias. Os profissionais do serviço social, por sua vez, apesar de terem uma formação mais sintonizada com a temática do trabalho no CRAS, ainda apresentam dificuldades para lidar com a diversidade das problemáticas das famílias atendidas, respaldando, às vezes, suas ações no senso comum (COSTA; ALBERTO, 2017).

Nessa ótica, os CRAS enfrentam dificuldades nas suas edificações, funcionando, em alguns casos, de forma improvisada e precária, agravadas por dificuldades da equipe técnica, com condições e relações de trabalhos precários, bem como despreparo técnico para enfrentar uma imensa demanda social na dinâmica política dos municípios (COUTO; YAZBECK; RAICHELIS, 2014). Todas estas questões influenciam diretamente na execução dos programas nos CRAS, ou seja, como são materializadas as ações propostas na PNAS, de que forma estas ações desenvolvidas alcançam a proposta de desenvolvimento de autonomia, de empoderamento e de fortalecimento de vínculos.

Costa e Alberto (2017) analisam o trabalho com famílias no CRAS, ressaltando que, apesar das orientações nos cadernos técnicos destacarem intervenções que objetivem a garantia de direitos, a Política de Assistência Social ainda vem se caracterizando por ações pontuais e compensatórias. Destacam, ainda, que a matricialidade sociofamiliar, como eixo das ações, às vezes, acaba se

transformando em um mecanismo de vigilância e controle, sobrecarregando as famílias pobres.

Como ponto importante e eixo fundamental da estrutura do SUAS, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), a matricialidade sociofamiliar deveria significar o foco da proteção social posto na família, sem responsabilizá-la de maneira exclusiva por suas condições. De acordo com a PNAS, “[...] para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal” (BRASIL, 2004, p.26).

Mioto (2004) reflete sobre as mudanças e as transformações referentes à estrutura e organização das famílias. Ressalta que, mesmo havendo consenso sobre estas transformações, ainda pode-se observar que permanecem antigos padrões de expectativas sobre como esta deve funcionar e desempenhar seu papel na maternagem e paternagem, independentemente do lugar social que ocupa na estrutura de classes sociais.

Assim, ao se colocar a família no centro da proteção social, pode-se estar legitimando a responsabilização exclusiva desta instituição pela proteção e, conseqüentemente, desresponsabilizando o Estado (MIOTO, 2009; VERA; DIAZ, 2009). A família como matriz no trabalho social deve ter o objetivo de fortalecer o empoderamentofamiliar em situação de vulnerabilidade e risco social, que vivem múltiplos desafios, tornando-a autônoma e esclarecida quanto aos seus direitos sociais, recursos da sua comunidade e rede de apoio inter-setorial.

Couto et al. (2014) pontuam quatro questões que devem ser superadas, tendo a matricialidade como categoria central das ações no CRAS. A primeira é considerar que a diversidade de arranjos familiares não autoriza intervenções que objetivem corrigi-los e enquadrá-los em modelos tradicionais, e sim pensar em ações que possam dialogar com esses novos modelos relacionais. A segunda refere-se ao fato de que a família precisa ser atendida em suas necessidades básicas para ser retomada como grupo afetivo básico. Já a terceira questão retoma a discussão sobre as metodologias de trabalho com as famílias, que, apesar de ter evoluído, ainda carregam um forte caráter moralista e disciplinador, tendo o ideário burguês como referência. E, finalizando, deve-se considerar o pertencimento de classe, o que retira da ação a particularização da família, devolvendo a ela seu pertencimento e identidade coletiva.

Essas considerações, articulando o tema família e Estado, reconhecem o lugar da família na proteção social. Segundo Zola (2015), essa centralidade vem sendo atribuída em decorrência da dificuldade do mercado e dos Estados no enfrentamento da crise dos sistemas de proteção. Apesar dessas transformações, como mudanças estruturais no grupo familiar e na sociedade a partir do lugar ocupado pela mulher serem reconhecidas e impactarem na sua capacidade protetiva, a política pública convoca e acredita na família como parceira primordial da proteção social.

Similarmente, entre os desafios colocados para implantação da política, tem-se a incorporação da abordagem territorial na Política de Assistência Social que também deve ser considerada no processo reflexivo. Segundo a PNAS (BRASIL, 2004), não se pode deixar de considerar a alta densidade demográfica populacional do país e o grau de heterogeneidade e desigualdade territorial nos 5.561 (cinco mil, quinhentos e sessenta e um) municípios. A Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) destaca o território como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005).

Essa dimensão é bastante inovadora, considerando o território como o espaço usado, fruto das interações entre os homens, espaço de possibilidades de superação, no qual se evidenciam as carências, mas também se forjam as resistências. Couto et al. (2014) afirmam que o território é o local no qual as políticas públicas se concretizam e se manifestam na “questão social”.

Há que se destacar também que há o risco de se transformar os territórios em bolsões de exclusão, denominados espaços de pobreza, espaço de segregação, tanto espacial quanto social, ou seja, a guetificação dos territórios está presente, segundo Couto et al. (2014), com ações que reforçam territórios homogêneos de pobreza, criando estigmas reforçados pela própria população que reside no bairro. Observando os caminhos das desigualdades e diversidades encontradas no território brasileiro, tem-se uma visão clara dos distintos territórios. O desafio reside na superação da cartografia social, no olhar além das diferenças de territórios ricos e pobres, excluídos ou incluídos e na compreensão dos movimentos e dinâmica de cada um deles, enfocando sua cultura, suas expectativas seus sonhos (KOGA, 2003).

Assim, entre os desafios para implantação do SUAS, há a submissão das políticas sociais às políticas econômicas e, dessa forma, segundo Pereira (2011), a serviço dos interesses das classes dominantes. Pereira (2011) ainda ressalta que no sistema capitalista sempre haverá limites nas políticas sociais relativos ao próprio sistema capitalista. A crítica dessa forma enfatiza que mesmo que a PNAS e a implantação do SUAS tenham marcado conquistas históricas, os governos, mesmo os de bandeira de esquerda, continuaram privilegiando o capital e proporcionando recordes de lucro financeiro, subordinando os direitos sociais à lógica do mercado(PEREIRA, 2011).

Todos os pontos focalizados nessa seção, sejam eles, a concepção dos usuários, a assistência social como direito universal, os critérios de inclusão, as condicionalidades, a exigência de gestões flexíveis, a formação e o tipo de contratação dos profissionais do CRAS, o foco na matricialidade sociofamiliar e a territorialidade, e o domínio da ordem neoliberal, segundo Koga (2003), Mito (2004), Costa e Alberto (2017), Couto et al.(2014),Pereira (2006), são pontos cruciais na implantação da Política de Assistência Social.

Dessa forma, apesar de se reconhecer os avanços na implantação do SUAS, há um paradoxo difícil de ser equacionado. Pereira (2011) questiona como dar resposta às propostas postas na PNAS, em um Estado que se coloca em sintonia com o modelo neoliberal. Nesse questionamento, a autora reforça que se devem alimentar ações da sociedade civil, construindo gestão social compartilhada e fortalecendo o princípio da subsidiariedade.

Em relação à política de proteção social, Pereira (2011) também questiona a quem o Estado assiste atualmente, pois, paralelamente à implantação do SUAS, ele continua com políticas de livre mercado, privatizações do patrimônio público, flexibilização nos contratos de trabalho. Assim, o foco das políticas migrou ostensivamente das necessidades humanas para a necessidade do capital.

Segundo Couto, et. al (2014),os espaços acolhedores da Política de Assistência Social para população apresentam um papel protagonista na garantia do acesso a direito e serviços, principalmente os CRAS, que devem centralizar as ações e, em muitos municípios, são confundidos com a própria política. As autoras destacam que, mesmo em meio a contradições postas pela ordem capitalista e pelo avanço do projeto neoliberal, os espaços onde a política de assistência social é

posta para população deve ser um espaço de luta de garantia de direitos e exercício de cidadania.

Após essas reflexões sobre os desafios postos para implantação da PNAS, discutiu-se na quarta seção do trabalho sobre as ações desenvolvidas na proteção básica, nos espaços do CRAS. Nessas considerações, a intenção é fazer uma aproximação entre as propostas da política de assistência social para proteção Freitas e Guareschi (2014) ainda questionam se realmente a Assistência Social tem avanços expressivos e muitas conquistas pós 1988, porém não se pode entender as políticas de seguridade social, com ênfase na assistência social, sem adicionar o movimento que se estabelece entre as dinâmicas econômicas e políticas e ainda a dinâmica da relação entre básica e suas ações e os processos de educação, considerando que estas ações desenvolvidas nos CRAS podem ser consideradas como processos educativos. Nessa perspectiva, entendendo-se esses espaços como garantidores de direitos e também de práticas reflexivas para o desenvolvimento da cidadania social, sendo promotora de cidadania. Reforçam o sentido humanitário das ações desenvolvidas, porém, alertam para o risco de que ações focalizadas nos segmentos empobrecidos da sociedade levam à aceitação do fenômeno da pobreza e ao esvaziamento do conceito de autonomia. Na mesma direção, Mota (2007) aponta que a concepção de seguridade social não foi traduzida de forma objetiva na universalização de acesso aos benefícios sociais. Houve autonomia e emancipação humana.

1.4 Aproximações entre as políticas: Educação e a Assistência Social

As ações na proteção básica são atravessadas por muitos pontos comuns aos processos educativos. Elencou-se algumas atividades desenvolvidas pelos profissionais do CRAS, a fim de enriquecer nossa reflexão. Nos espaços do CRAS, os profissionais são responsáveis pela acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos para rede, planejamento e implantação do PAIF, mediação de grupos de família, realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares.

Também são responsáveis pelo apoio técnico contínuo aos profissionais responsáveis pelo SCFV, realização de busca ativa, acompanhamento de famílias em descumprimento com as condicionalidades, alimentação do sistema

de informação, articulação da rede socioassistencial e inter-setorial, participação em reuniões para o planejamento em seu município, participação em reuniões sistemáticas no CRAS, definição dos fluxos e rotinas de atendimento (BRASIL, 2009).

Nesse viés, as discussões empreendidas por Paulo Freire podem colaborar na compreensão dos pontos que as ações desenvolvidas nos CRAS, aproximando-se da educação.

Freire nasceu em 1921 e sua obra é reconhecida internacionalmente, por destacar que o objetivo maior da educação é o processo de conscientização. Em outras palavras, defende que a educação deveria propiciar ao educando, sobretudo àquele proveniente das parcelas desfavorecidas da sociedade, o entendimento e a percepção das situações de opressão para desenvolverem condições de atuação em prol da própria libertação. Segundo Freitas (2013), a proposta freiriana prioriza a conscientização como processo construído, no qual professores e alunos conhecem e aprendem e progressivamente desenvolvem sua consciência crítica sobre a realidade circundante.

A consciência crítica, segundo Ferrari (2008), passa por três etapas: o momento em que o educador se inteira do que o aluno conhece, trazendo a cultura deste para dentro do espaço escolar; o segundo, a exploração das questões relativas aos temas em discussão, que permite ampliação do senso comum para uma visão crítica da realidade, e o terceiro, o momento chamado de problematização, quando o conteúdo apresentado é dissecado, aparecendo sugestões de ações para resolução dos impasses.

Freire, de acordo com Ferrari (2008), critica a ideia de que o processo de ensinar é transmitir conhecimento. Discursa sobre a possibilidade de criação e produção de conhecimento com consciência, visto que o professor não é apenas um facilitador desse processo. Freire valoriza o papel mediador do professor no acesso ao patrimônio histórico científico e cultural da humanidade, porém propõe que as relações sejam menos hierárquicas e o conhecimento não deve ser retificado como forma de verdade absoluta e dogmática.

Em relação ao processo de construção de conhecimento, Freire (1981) reflete sobre o homem como ser inacabado e sempre em processo de busca. Ele destaca que, estando em processo de busca constante, o homem acaba construindo seu processo educativo, sendo sujeito da sua educação. Porém, se o seu “estar no mundo” não lhe possibilitar reflexão sobre si mesmo, associada à sua ação sobre o

mundo, ele não poderá transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo. Em outras palavras, não será capaz de comprometer-se, visto que existem questões sociais e interesses ideológicos que o oprimem e que o impedem de engajar-se em mudanças mais profundas (FREIRE, 1981).

Freire (1981) ressalta ainda que a capacidade de atuar e refletir na realidade em que se vive também possibilita a transformação desta realidade. Conclui que ação e reflexão são constituintes inseparáveis do existir humano. Isso não significa que este existir não esteja condicionado à realidade em que o homem está inserido, pois a forma pela qual se está no mundo condiciona a sua consciência desse estar. É preciso ter consciência dessa consciência condicionada.

Pode-se relacionar essa primeira reflexão freiriana aos preceitos preconizados na PNAS (BRASIL, 2004), haja vista que, em suas diretrizes, busca garantir a supremacia das necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão e sua autonomia, a igualdade de direitos e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

Quando a PNAS (BRASIL, 2004) esboça em seus princípios a garantia de autonomia, revela o seu compromisso com o processo de humanização, que, segundo Freire (1981), só existe no engajamento com a realidade, um engajamento que é consciente, pelo qual se perde a neutralidade. E o verdadeiro compromisso é a efetivação de direitos sociais com aqueles que, no cotidiano diário, estão convertidos em “coisas”. Essa expressão usada por Freire reforça sua afirmação que, ao se comprometer com a desumanização, o homem desumaniza-se também.

Freire (1981) classifica desumanização a atitude de comprometer-se apenas consigo mesmo ou com grupos que representem os interesses individuais. No seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) questiona sobre a viabilidade da humanização, pois ressalta que ambas, humanização e desumanização, dentro do contexto concreto, são possibilidades dos indivíduos, porém o autor acredita que somente a humanização seria vocação dos sujeitos.

Esta vocação vem sendo negada e, ao mesmo tempo, afirmada nos processos de exploração, na opressão e na violência dos opressores. Ainda afirma que a luta constante pela humanização se faz pelo trabalho livre, pela desalienação, pela valorização e afirmação dos homens, pois esta humanização só acontece quando se perde a neutralidade, frente ao mundo em que se vive e se assume posicionamentos, enfim, perdendo-se o medo.

Outro conceito importante na obra freiriana e pouco explorado pela política de assistência social é o da “alienação”. Para Freire (1981), o indivíduo ou mesmo a sociedade alienada não tem consciência do seu existir, tornando-se inautênticos, servis de outras culturas. O olhar com que olha sua realidade são com olhos alheios.

Segundo Catalano (2013), os processos educacionais nem sempre permitem a desalienação, uma vez que esses processos se configuram por intermédio de práticas educativas que se apresentam de forma opressora, às vezes. Ainda ressalta que essa opressão é reforçada com posturas verticais que reafirmam a absolutização da ignorância, como se o saber estivesse sempre no “outro”. Nesse sentido, é negando-se esse saber ao outro que se estabelece a relação opressor-oprimido.

Assim sendo, as ações educativas ocorridas nas escolas e nos espaços de educação não formal, como os CRAS, podem também refletir práticas opressivas e alienadoras. Em um sentido contrário, dependendo de como se estruturam e materializam, podem colaborar para o surgimento de processos emancipatórios e de emancipação humana.

Como referência para reflexão sobre a conversa entre a Política de Assistência Social e a Educação analisou-se o programa eixo da nova política: o PAIF. Este serviço, segundo a PNAS (BRASIL, 2004), é essencial para a proteção social, pois garante espaços de convívio, informações e acesso aos direitos socioassistenciais, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação da capacidade protetiva.

Os conceitos de autonomia e empoderamento presentes nas propostas do trabalho social nos CRAS contrariam o conceito de absolutização da ignorância usado por Freire (1985). Ele se refere à construção de relações de trocas horizontais onde o usuário não é mero depósito de informações.

Da mesma forma, as ações do CRAS devem ser planejadas e avaliadas junto às famílias participantes. Uma prática na qual a família participe do processo de construção dos serviços, fortalecendo, assim, a autonomia, o protagonismo e a participação social efetiva. Freire (1981) faz um paralelo entre dominação opressora e a consciência libertadora, reafirmando o conceito de que o homem é concebido como um ser dotado de consciência e capaz de ler criticamente o mundo a sua volta, tendo a evolução como característica (CATALANO, 2013). O

processo de construção de uma consciência crítica se dá com processos educativos, pelos quais é dado ao educando o poder de criar e transformar o mundo, tornando-se sujeito de sua ação (FREIRE, 1981).

As ações dentro do PAIF, de acordo com as cartilhas de orientação do MDS (BRASIL, 2012), objetivam prevenir, proteger e atuar para a proação dos sujeitos envolvidos, quer sejam indivíduos, famílias e comunidade. O termo proagir reafirma a proposta do programa de fortalecer esses sujeitos no exercício da independência e da autodeterminação na vida pessoal, bem como sua participação na vida coletiva (BRASL, 2012).

Segundo Barreto (2008), a situação de ensino e aprendizagem em que o trabalho com famílias e grupos se colocam, requer um fundamento pedagógico para a prática do trabalho social. Nas cartilhas de orientações técnicas sobre o PAIF, o trabalho social com famílias é descrito como um conjunto de procedimentos implementados por profissionais a partir de conhecimentos técnicos e metodológicos. Esses procedimentos apresentam como compromissos superar o predomínio do agir tutelar junto às famílias, a valorização extrema da racionalidade técnica instrumental e a ênfase no controle e não na emancipação das famílias.

Freire (1981) afirma que o trabalhador social, vislumbrado nesta análise, é o profissional que desenvolverá as ações dentro do CRAS, e não apenas um técnico que transfere seu conhecimento, mas que também participa de um exercício dialógico de troca e reciprocidade. Para que esses princípios sejam efetivados, há a necessidade de implantação de uma práxis transformadora da realidade vivenciada pelas famílias em situação de vulnerabilidade social. “Entende-se por práxis transformadora não apenas “falas” ativistas, mas ações reais e refletidas junto com a comunidade em que se trabalha e na qual se deve estar inserido”(FREIRE, 1981, p.54).

Esse trabalhador atua em uma realidade em constante mudança, porém o seu fazer profissional não se dá no processo de mudança em si, pois o trabalhador social, segundo Freire (1981), atua na estrutura social. É nessa estrutura que se dá permanentemente o jogo dialético da mudança, no qual mudança e estabilidade resultam do trabalho exercido pelo homem sobre o mundo.

Em sua ação, que deve necessariamente provocar reflexão, o trabalhador social, de acordo com Freire (1981), vai detectar o caráter preponderante da mudança da realidade social. Desse modo, não deve deixar de

reafirmar que a estrutura social deve ser tomada em sua complexidade, em seu dinamismo e em sua construção histórica.

Barreto (2008) afirma que a relação com a realidade transita pelos saberes do educando, do educador e dos novos saberes construídos nesse processo e enfatiza ambos como sujeitos históricos e socioculturais. Freire (1996) alerta que a reflexão crítica sobre a prática é uma exigência para que ela não se transforme em ativismos, e as teorias não se tornem saberes inúteis.

Esse processo do trabalho social está em consonância com outros objetivos presentes no PAIF, quando se destaca a necessidade de prevenir rupturas e possibilitar a superação das fragilidades sociais vivenciadas. As dificuldades vivenciadas pelas famílias, para dar respostas às exigências do cotidiano, não podem ser analisadas sem considerar o contexto socioeconômico e cultural.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o trabalho no PAIF deve se utilizar de ações nas áreas culturais, a fim de ampliar o universo de vivência das famílias. Assim sendo, destacou-se aqui mais um princípio freiriano, pelo qual: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os Homens se educam entre si, mediados pelo mundo” (FREIRE, 1979, p.68). Por isso, deve-se incluir neste contexto as mais diversas linguagens e produções tipicamente humanas: arte, literatura, pintura, dança, as crenças, os rituais, as formas de organização da vida cotidiana, entre outras.

O usuário do CRAS, ou mesmo o aluno da escola pública, leva consigo sua cultura que não deve ser compreendida como melhor ou pior do que a do técnico do CRAS ou do educador. Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), o desenvolvimento de atividades socioeducativas deve incorporar procedimentos metodológicos que favoreçam o resgate de ações culturais para potencializar o grupo.

A forma como o profissional envolvido no processo se coloca na ação dará contornos diferentes ao trabalho. Freire (1996) ressalta que o processo de formação transforma o educador e o educando. Em seu livro, *Pedagogia da Autonomia*, Freire (2000) revela que não há docência sem discência, que a educação tem mão dupla, pois quem ensina também aprende, e que o processo de ensino exige respeito aos saberes do educando.

Apesar de não ser definida como uma prática docente, as ações do profissional nas atividades do CRAS fundamentam-se, segundo a tipificação

(BRASIL, 2009), no fortalecimento da cultura no diálogo horizontal, no combate à violência, ao preconceito e à discriminação.

Segundo Barreto (2008), a associação pertinente entre teoria e prática, um dos princípios de Paulo Freire nomeadamente como práxis, revela a aprendizagem efetiva quando os conteúdos da realidade são associados ou relacionados com o cotidiano vivencial das famílias ou grupos. Nesse sentido, Freire (2000) afirma que o respeito aos saberes da comunidade, a aceitação do novo, a rejeição a qualquer forma de discriminação, respeito à autonomia são características fundamentais para um educador, o que o aproxima de forma clara do trabalhador social.

O PAIF, nas suas cartilhas de orientação, enfatiza a necessidade de compreensão dos conceitos de protagonismo e autonomia das famílias e comunidade que devem ser potencializadas no trabalho social. O documento define autonomia como capacidade dos indivíduos, famílias e comunidades de elegerem objetivas crenças e colocá-las em prática sem opressões. Já protagonismo, é entendido como capacidade de exercer a independência e a autodeterminação na sua vida pessoal, social, profissional e coletiva (BRASIL, 2012). Esse processo não pode ser efetivado se as ações que compõe o trabalho social com famílias no PAIF, não forem planejadas com a participação destas, visando fortalecer o protagonismo nos espaços de participação democrática e de controle social.

Freire (1981) ratifica afirmando que não haverá um aprendizado libertador se não houver respeito aos saberes construídos socialmente, pela experiência de vida de dada comunidade. A pedagogia freiriana, segundo Barreto (2008), reforça a necessidade de construção da identidade pessoal e coletiva, do estreitamento entre os conhecimentos teóricos e a vivência das comunidades. Esse processo contínuo de ação e reflexão delinea com os mesmos traços o trabalho social proposto no PAIF, em consonância com a pedagogia do oprimido e da autonomia proposta por Paulo Freire.

2 METODOLOGIA

2.1 Delineamento Metodológico

Este estudo teve como objetivo analisar, a partir dos profissionais que atuam na política de assistência social, mais especificamente da Proteção Básica, as concepções sobre as diretrizes nacionais, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção que eles têm sobre a sua prática e as repercussões na vida dos usuários.

Antes de apresentar os procedimentos metodológicos, é importante enfatizar que se trata de um estudo inspirado no materialismo histórico-dialético, uma vez que está em consonância com os princípios ético-políticos da pesquisadora. Partiu-se do princípio de que a educação é essencial para a superação das desigualdades e mazelas sociais, bem como defendeu-se a afirmação e concretização dos direitos. Porém, o termo inspiração marxista foi utilizado, considerando a perspectiva transformadora da visão de Marx, muito embora pareça incoerente abordar políticas sociais com inspiração do materialismo histórico que tem a desconstrução do Estado como proposta de transformação social, visto que a política pública é sempre compensatória e toda vez que se efetiva suas ações na proteção básica ou qualquer outra política pública, está-se preservando o modo de produção capitalista.

Tal como Simionatto (2009), buscou-se a compreensão da realidade a partir de uma visão de mundo historicamente construído e que se transforma a partir da práxis humana. No entanto, reconheceu-se que esta pesquisa não trará transformações e alterações da ordem vigente, sobretudo em relação ao modelo econômico, o que se constitui um dos princípios fundamentais na utilização do método.

Alguns pontos do método de Marx inspiram esta pesquisa. Segundo Netto (2009), a posição do pesquisador em relação ao objeto pesquisado deve ser de tal forma que possa extrair deste as suas múltiplas determinações. Deve haver coerência entre o que se propõe elaborar e as escolhas metodológicas elegidas pelo pesquisador. E, por fim, o pesquisador deve apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema.

Reforçando a busca de coerência metodológica, eleger Paulo Freire para uma reflexão entre as Políticas de Assistência Social e a Educação reforça a inspiração desta pesquisa que enfatizou a problematização do conhecimento.

Em relação ao desenho metodológico, optou-se pela junção de pesquisas de abordagem quantitativa e qualitativa. Tal como aponta Günther (2006), tais escolhas não significam um ecletismo metodológico sem fundamento. Assim, a caracterização viabilizada pelo estudo quantitativo foi complementada no trabalho de campo por intermédio das entrevistas reflexivas.

A utilização de método misto, segundo Farra e Lopez (2013), que conjuga as pesquisas quantitativas e qualitativas, amplia as possibilidades investigativas, visto que o pesquisador baseia-se na ideia de que a coleta de diversos dados colhidos de forma diferente propicia o entendimento da questão pesquisada.

Nesse sentido, avaliou-se que, na primeira etapa da pesquisa, houve a necessidade de considerações mais objetivas, capazes de caracterizarem uma dada realidade. Todavia, também foi necessário compreender os aspectos subjetivos dos possíveis participantes da investigação. Por isso, foram definidos procedimentos qualitativos para a coleta e análise dados. A complementaridade das etapas revelou aspectos ainda pouco explorados na literatura científica.

2.2 Instituições participantes

Participaram desta pesquisa 07 (sete) municípios do estado de São Paulo, de pequeno e médio porte, localizados entre a Alta Paulista e Alta Sorocabana. Inicialmente, escolheu-se apenas o município de Presidente Prudente como espaço para a pesquisa por ser o único de médio porte na região e por possuir uma rede significativa de proteção básica já implantada. Contudo, o número de profissionais não foi o suficiente para pesquisa quantitativa, exigindo então a ampliação da amostragem. Assim, selecionou-se 06 (seis) municípios cujo acesso aos gestores seria facilitado por contatos profissionais previamente estabelecidos. Desse modo, a amostragem final foi constituída por profissionais que atuam em 7 (sete) municípios.

O mapa abaixo (Figura 7) mostra a região extrema, conhecida como oeste paulista, na qual o trabalho de campo foi realizado. Em verde, localizam-se os

municípios nos quais realizou-se a pesquisa, que incluem municípios da Alta Sorocabana e Alta Paulista.

Figura 7 - Mesorregiões de São Paulo



Fonte: www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado - São Paulo. Php Acesso em:01/02/2018

No total, 100 (cem) profissionais, de ambos os sexos e de diferentes funções na Proteção Social Básica responderam ao questionário elaborado. Vale destacar que se optou pela participação de profissionais das diferentes funções e não restringir a pesquisa a assistentes sociais e psicólogos, que são os técnicos de referência do serviço, para construir uma visão ampliada das ações que estes serviços oferecem. Assim, a amostragem foi constituída por pedagogos, professores de educação física, educadores sociais, assistentes sociais, entre outros.

Os espaços pesquisados incluíram CRAS e projetos de atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³. Os CRAS são unidades públicas estatais, descentralizadas, com a função de ofertar e organizar os serviços da proteção básica, segundo a PNAS (BRASIL, 2004).

Os projetos sociais são espaços complementares para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Eles organizam serviços com

³ Sobre a função desses serviços e a estrutura de trabalho, consultar o Capítulo 1 dessa dissertação.

crianças, adolescentes, jovens e idosos, agregando ao trabalho social desenvolvido com as famílias no CRAS, reforço das ações, trocas culturais, desenvolvimento do sentimento de pertença e fortalecimento da identidade (BRASIL, 2012).

2.3 Instrumentos

Foram utilizados três instrumentos para coleta de dados, destacados a seguir:

- ✓ **Questionário** (ANEXO A): Trata-se de um instrumento construído pelos proponentes da presente pesquisa, a fim de possibilitar aos pesquisados a expressão de seu conhecimento em relação à PNAS e também as suas percepções da efetividade do trabalho que realizam e desempenham. O questionário é composto por 23 (vinte e três) itens, estruturados no modelo de escala *likert*.

Todos os profissionais que expressaram concordância em participar do estudo responderam às questões contidas no instrumento quantitativo. O questionário, construído especificamente para a presente pesquisa, passou por um processo de Validação de Conteúdo.

Para o procedimento de Validação de Conteúdo, foram convidamos 5 (cinco) profissionais, conforme recomenda Hernández-Nieto (2002 apud SOUZA, 2008), porém apenas 3 (três) deram retorno. Dessa forma, três pesquisadores com notória experiência na área fizeram parte do processo de Validação de Conteúdo. Para tanto, um coeficiente de validade de conteúdo (CVC) foi calculado para todos os itens do instrumento (HERNANDEZ-NIETO, 2002 apud SOUZA, 2008). Os itens do instrumento deviam ser avaliados em relação aos seguintes aspectos:

- ✓ **Clareza de linguagem:** Avaliação quanto aos vocábulos utilizados, considerando-se que os possíveis participantes seriam profissionais com ensino superior completo.
- ✓ **Pertinência:** Verificação se os itens elaborados correspondiam aos itens que se pretendia avaliar, ou seja, se estavam relacionados com os fatores que se buscava compreender (conhecimento sobre a PNAS e crenças sobre a efetividade do trabalho desenvolvido dentro da política).
- ✓ **Relevância teórica:** Análise de possíveis contribuições para o campo de estudo.

Assim, distribuiu-se um material aos avaliadores (ANEXO B) para que avaliassem os 23 itens construídos a partir dos critérios descritos acima, variando de pouquíssima a muitíssima clareza de linguagem, pertinência teórica e relevância teórica. Para cada um dos itens que compunha o instrumento, os pesquisadores deram notas que poderiam variar de 1 a 5 a cada item, em cada um dos critérios, segundo o Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Referente as avaliações das questões

	Pouquíssima	Pouca	Média	Muita	Muitíssima
Clareza da Linguagem	1	2	3	4	5
Pertinência					
Relevância Teórica					

Fonte: PESSOA (2017).

Somou-se as 3 (três) notas de cada um dos itens e dividiu-se por 3 (três), obtendo a média ponderada. Posteriormente, multiplicou-se esse valor por 2 (dois), de modo que tais valores obtidos pudessem ser colocados em uma escala que variava de 0,1 a 1,0. Esse cálculo forneceu o CVC para cada item, sendo que os itens com notas igual ou superior a 0,8 foram mantidos. Aqueles que ficaram entre 0,7 e 0,8 foram revistos e os itens com valores menores de 0,7 foram retirados do instrumento. Cabe destacar que mesmo os itens bem avaliados poderiam ser comentados pelos juízes, de modo que se pudesse também refinar alguns casos.

O Quadro 7, a seguir, explicita o processo de avaliação e os respectivos resultados da Validação de Conteúdo em cada um dos itens elaborados para o questionário.

Quadro 7 - Referente às notas dadas a cada uma das questões

	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média Final	Procedimento em relação ao item
Item 1	0,93	0,86	0,66	0,816667	Mantido
Item 2	0,86	0,86	0,80	0,84	Mantido
Item 3	0,80	0,40	0,80	0,666667	Descartado
Item 4	0,86	1,0	1,0	0,953333	Mantido
Item 5	0,63	1,0	0,66	0,763333	Reformulado
Item 6	0,86	0,93	0,80	0,863333	Mantido

Item 7	1,0	1,0	0,85	0,95	Mantido
Item 8	0,96	1,0	0,86	0,94	Mantido
Item 9	1,0	1,0	0,86	0,953333	Mantido
Item 10	1,0	0,93	0,86	0,93	Mantido
Item 11	0,40	0,73	N/C	0,565	Descartado
Item 12	0,60	1,0	0,83	0,81	Mantido
Item 13	1,0	0,86	0,53	0,796667	Reformulado
Item 14	0,60	0,33	0,73	0,553333	Descartado
Item 15	1,0	1,0	0,86	0,953333	Mantido
Item 16	1,0	1,0	0,86	0,953333	Mantido
Item 17	0,86	0,80	0,80	0,82	Mantido
Item 18	0,60	1,0	0,80	0,8	Mantido
Item 19	1,0	0,80	0,80	0,866667	Mantido
Item 20	0,80	0,80	0,80	0,8	Mantido
Item 21	0,60	1,0	0,80	0,8	Mantido
Item 22	1,0	1,0	0,80	0,933333	Mantido
Item 23	0,40	1,0	0,80	0,733333	Reformulado

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

- ✓ **Entrevista semiestruturada** (ANEXO C): na segunda etapa, realizou-se as entrevistas semiestruturadas, baseadas no método qualitativo, que, segundo Minayo (2001), esta estratégia de pesquisa responde a questões particulares que não podem ser quantificadas, haja vista que considera o universo de aspirações, crenças, valores e atitudes. Foram selecionados para a aplicação

deste instrumento dois grupos, cada um deles com dois participantes escolhidos de acordo com o critério de maior e menor nível de conhecimento da PNAS e também a maior ou menor identificação e crença na assertividade e eficiência do trabalho na proteção básica.

O roteiro de questões semiestruturadas foi organizado para direcionar a conversa entre entrevistado e entrevistador, tendo como referência a literatura da área, com a utilização das seguintes temáticas:

- ✓ Tempo de atuação na proteção básica;
- ✓ Formação acadêmica;
- ✓ Conhecimentos em relação à Política de Assistência Social;
- ✓ Percepção sobre a efetividade das ações desenvolvidas na proteção básica.

Importante ressaltar que o processo de entrevista com os participantes ocorreu de junho a setembro de 2017.

2.4 Procedimentos

O primeiro passo foi realizar as primeiras abordagens com os possíveis participantes do estudo. O contato inicial se deu com os gestores e secretários da assistência social para que autorizassem a utilização do espaço físico e também permitissem o acesso aos profissionais. Os profissionais foram bastante disponíveis e, após a apresentação e assinatura dos termos de consentimento, iniciou-se as aplicações dos questionários.

O processo de aplicação dos questionários com os profissionais ocorreu de novembro de 2016 a março de 2017, período justificado pela dificuldade de contato com os profissionais no período de férias de final de ano.

A aplicação foi realizada em 7(sete) municípios, sendo que em 4 (quatro) deles os profissionais abriram espaço em uma reunião de equipe para que todos respondessem individualmente. Em 3 (três) municípios, os profissionais receberam os questionários e enviaram à pesquisadora após seu preenchimento. Cabe salientar que houve um contratempo no acesso aos profissionais em um CRAS visitado pela pesquisadora, cuja equipe não quis participar, sendo muito hostil. Mas de forma geral, as instituições foram receptivas e mostraram disponibilidades para participação. Os questionários foram respondidos por 100

(cem) profissionais que levaram em média 20(vinte) minutos para serem respondidos por cada participante/grupo.

Ao se finalizar a aplicação dos questionários, procedeu-se com a tabulação, e os dados foram transportados para o *software* SPSS, versão 21.0. A primeira análise consistiu nas análises descritivas, de modo a selecionar dois grupos de profissionais:

- ✓ G1: participantes que demonstraram maior conhecimento sobre a política e na efetividade do seu trabalho;
- ✓ G2: àqueles sujeitos que demonstraram menor conhecimento sobre a política e acreditavam na eficácia de suas ações.

O procedimento realizado para a constituição de G1 e G2 configurou-se uma análise de agrupamento. A análise de Clusters designa uma série de procedimentos estatísticos usados para classificar objetos e pessoas, isto é, observando apenas as semelhanças ou diferenças entre elas. Mais concretamente, os métodos de análises de Clusters são procedimentos de estatística multivariada que tentam organizar um conjunto de indivíduos em grupos relativamente homogêneos.

A partir desta definição e através do método de k-médias, que consiste essencialmente na transferência de um objeto para o grupo, cujo centróide se encontra a uma menor distância, constituiu-se os dois grupos de três profissionais, que, posteriormente, participaram das entrevistas.

O Quadro 8 abaixo, classifica os participantes em 2 grupos: G1: com maior número de “acertos” e G2: os participantes com menor número de “acertos”.

Quadro 8 - Referente à classificação dos participantes

	Candidato	Média	DP
G1	22	4,57	1,1741
	28	4,42	1,0690
	31	4,31	1,2901
G2	04	3,15	0,9920
	69	3,14	1,4253
	96	2,76	0,9428

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Esses resultados indicaram os participantes da segunda etapa da pesquisa que participaram das entrevistas estruturadas. Foram entrevistados dois profissionais que tiveram maior identificação com a PNAS e também maior crença na efetividade de seu trabalho, bem como dois profissionais que tiveram menor identificação com a PNAS e mostraram menor crença na efetividade de seu trabalho

As entrevistas foram realizadas nos espaços de trabalho desses profissionais e tiveram duração média de 50 (cinquenta) minutos cada.

Embora os dois grupos foram constituídos por 3(três) sujeitos, optou-se em convidar apenas os 2(dois) primeiros para participarem das entrevistas, tendo em vista a quantidade de material que seria produzido na etapa qualitativa. O terceiro nome ficou relacionado caso algum dos participantes se negasse a dar continuidade ao estudo. O Quadro 9 apresenta dados sócio demográficos dos profissionais selecionados para as entrevistas:

Quadro 9 - Perfil dos participantes das entrevistas

Participante	Função	Idade	Tempo no SUAS	Formação	Tempo de formação
1 – Mulher	Educador social	22	Entre 1 e 2 Anos	Músico	Entre 3 e 5 anos
2 – Homem	Educador Social	41	Entre 5 e 10 anos	Músico	Entre 5 e 10 anos
3 – Mulher	Gestor	32	Entre 1 e 2 anos	Assistente Social	Entre 3 e 5 anos
4 – Homem	Gestor	34	Menos de 1 ano	Não tem formação	Não tenho formação

Fonte: elaborado pela autora - 2018

2.5 Análise de dados

Após a aplicação dos questionários, partiu-se para a análise quantitativa com a utilização do *software* SPSS, versão 21.0. Foram realizadas análises descritivas (média, moda e desvio padrão), bem como análises correlacionais (test t, qui-quadrado, entre outros).

Foram construídos gráficos a partir do questionário de múltipla escolha, referentes a informações socio demográficas dos participantes dos participantes. Tais variáveis retrataram temas como a graduação cursada, tempo de formação, tempo de trabalho no SUAS, entre outros.

Os dados coletados nas entrevistas foram interpretados por meio da análise de conteúdo, que, na definição de Bardin (1977), qualifica as vivências dos sujeitos entrevistados e suas percepções sobre o objeto ou fenômeno pesquisado. A análise de conteúdo, de acordo com Cavalcante et.al(2014), consiste na técnica de apreensão de uma realidade que vai além do visível, ou seja, a realidade que está nas entrelinhas dos textos.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo passa por três etapas cronológicas: a “pré-análise”, que se refere à organização do material a ser analisado; a “exploração do material”, que engloba o momento em que os dados brutos serão distribuídos e agregados em unidades, definindo os códigos; o “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”, que permite a síntese e a seleção dos resultados, dando suporte às inferências e interpretações finais de acordo com os objetivos previstos ou com as descobertas inesperadas.

2.6 Questões Éticas

O projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), tendo em vista que foi elaborado a partir das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, em sua Resolução nº 466/2012. A condução da entrevista foi em uma sala que assegurasse as condições de sigilo e adequação ambiental.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), expressando concordância com os procedimentos metodológicos. Os vocábulos utilizados nesses documentos, assim como as expressões empregadas nas conversas de apresentação da proposta, consideraram os recursos cognitivos dos participantes.

Antes do início de qualquer procedimento de coleta de dados, toda a documentação, incluindo projeto de pesquisa, TCLE, roteiro de entrevistas e demais documentos obrigatórios foram encaminhados para o Comitê de Ética em Pesquisa

com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) para avaliação das questões pertinentes aos preceitos éticos.

Os dados coletados foram armazenados em equipamento particular da pesquisadora e de seu orientador e serão descartados após cinco anos. Por fim, cabe salientar que os nomes dos participantes não serão divulgados em hipótese alguma, bem como foram tomados os devidos cuidados para que os dados não identificássemos participantes. Assim sendo, os relatórios e futuras publicações aparecerão com nomes fictícios.

3 ESTUDO QUANTITATIVO

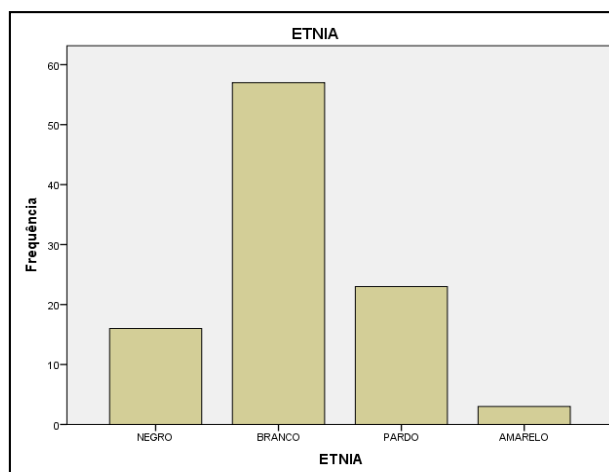
3.1 Dados sociodemográficos

Buscou-se com o levantamento socio demográfico construir o perfil dos profissionais que fazem parte da Proteção Social Básica na região pesquisada. Os dados demonstrados nesta seção traduziram as respostas dadas pelos 100 (cem) profissionais, colaborando na caracterização com maior profundidade da realidade investigada.

Em relação à etnia entre os profissionais da Proteção Básica pesquisados (Gráfico 1), houve uma predominância de participantes que se declararam brancos (57%), seguidos por pardos (23%), negros (16%) e amarelos (3%). Apenas um participante não respondeu a essa questão.

A predominância de profissionais brancos na proteção básica pode estar relacionada com o número de brancos e negros que chegam à universidade no Brasil. Pesquisas do IBGE revelam que o percentual de negros ingressantes na universidade, apesar de ter quase dobrado, de 2005 para 2015, ainda equivale a 25% dos jovens brancos. Esses dados revelam avanços significativos e podem ser resposta das ações afirmativas ou políticas públicas como programas de bolsa em universidades privadas, PROUNI, e outras políticas, como aumento de vagas nas instituições públicas, direcionadas aos alunos de diferentes perfis, ou mesmo à política de cotas (DOMINGUES, 2005).

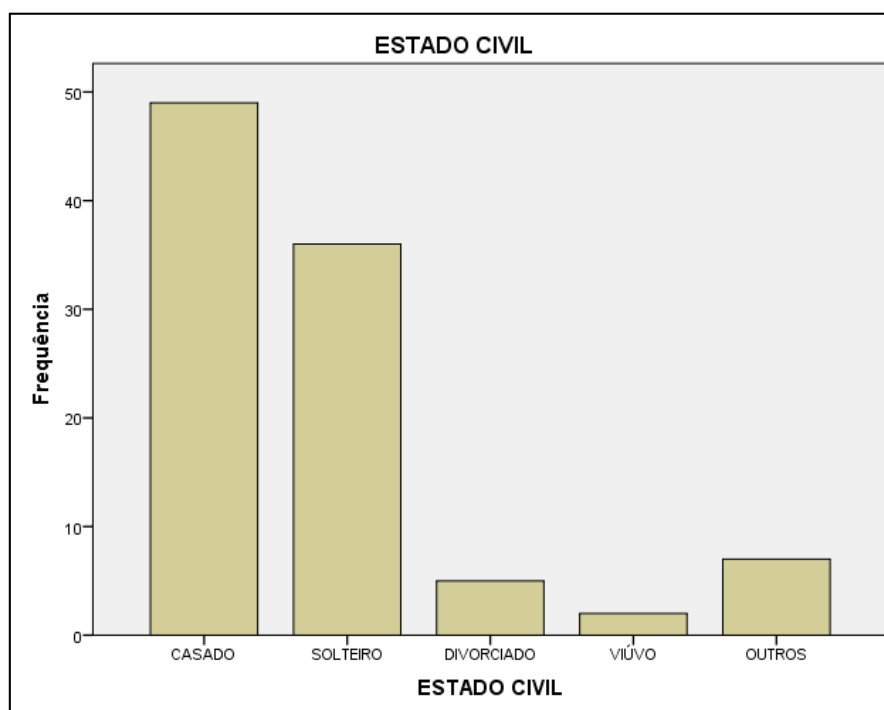
Gráfico 1– Etnia



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Gráfico 2 traduziu o estado civil dos profissionais pesquisados, sendo 49% casados, seguidos por 36% solteiros, 5% divorciados, 2% viúvos e 7% que se consideraram em outros modelos.

Gráfico 2 - Estado Civil



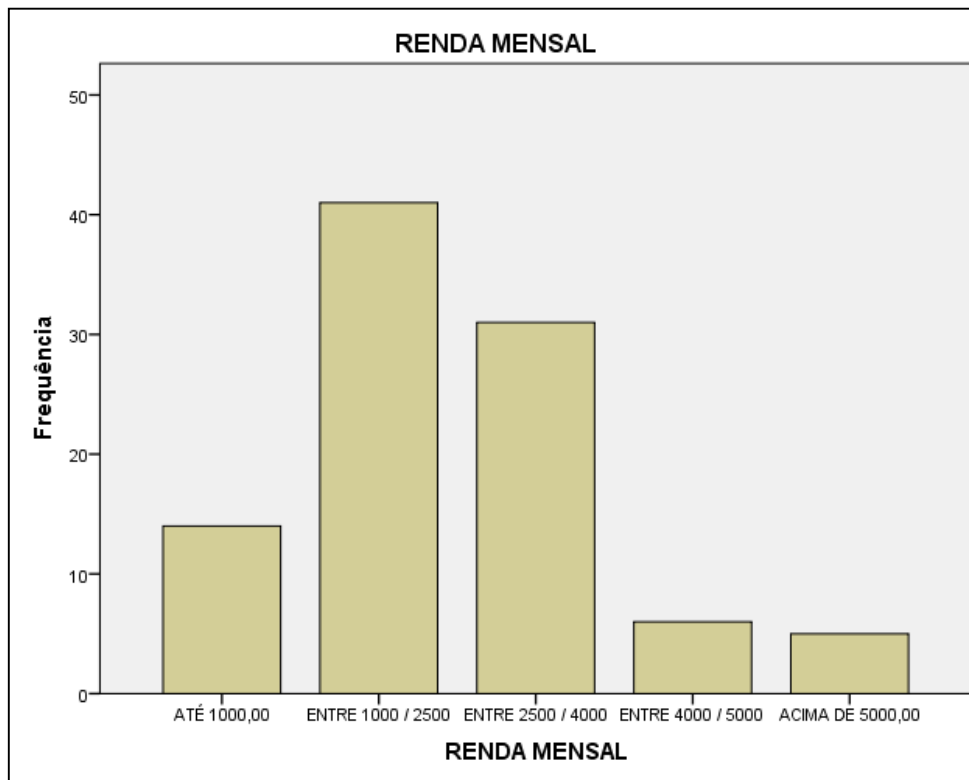
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Gráfico 3 expressou informações sobre a renda dos participantes da pesquisa, sendo averiguado que 14% ganhavam até R\$1000,00, 41% ganhavam

entre R\$ 1000,00 e R\$ 2500,00, 31% recebiam salários entre R\$ 2500,00 e R\$4000,00, 6% se enquadravam na faixa salarial de R\$ 4000,00 a R\$ 5000,00, e, por fim, 5% recebiam mais de R\$ 5000,00. Em relação a esta questão houve 3 (três) participantes que não responderam.

Costa e Alberto (2017) discutem o trabalho no CRAS, destacando-se a precarização, tanto da estrutura como da remuneração dos profissionais, evidenciando que esses são fatores que interferem na qualidade do trabalho dos CRAS. Couto et.al(2014) analisam os trabalhadores e a materialização do SUAS nos CRAS, referindo-se que a NOB-RH/ SUAS define planos de carreira, cargos, salários. Porém, enfatizam que a implantação da NOB vem ocorrendo em contexto bastante adverso, no qual a precarização e a flexibilização das relações de trabalho caminham em mão contrária.As autoras apontam que as questões relativas aos recursos humanos, incluindo aqui baixos salários, foram consideradas como fatores que dificultam a implementação da PNAS.

Gráfico3 - Renda Mensal



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Sobre a formação profissional, o Gráfico 4 evidenciou a porcentagem de 35% de profissionais com formação superior em Serviço Social, 12% são da Psicologia, 17% de Pedagogia, 6 % de outras licenciaturas, 4 % de Direito e 21% de outras formações. O grande número de assistentes sociais é justificado pela especificidade da política, que, segundo Sposati (2011), foi uma das categorias que gestaram o nascimento da LOAS, com grande envolvimento dos órgãos da categoria e a comunidade acadêmica.

Costa e Alberto (2017) destacam os profissionais da Psicologia na Proteção Básica, principalmente no que se refere ao trabalho com as famílias, alertando sobre a formação da grande maioria com foco em atendimento clínico e ressaltam a necessidade de intensificação das capacitações. O grande número de pedagogos reforça as afirmações trazidas por Lessa (2010), nas quais as ações no campo de atenção às classes desfavorecidas vêm historicamente acontecendo nos espaços das políticas de assistência e também na educação. Porém, a abordagem da pobreza e das outras expressões da “questão social” via parceria Escola e Assistência, ganharam ênfase a partir da década de 1990, com a ampliação quantitativa dos anos de escolarização e os estímulos de permanência no espaço escolar, com os programas de transferência de renda.

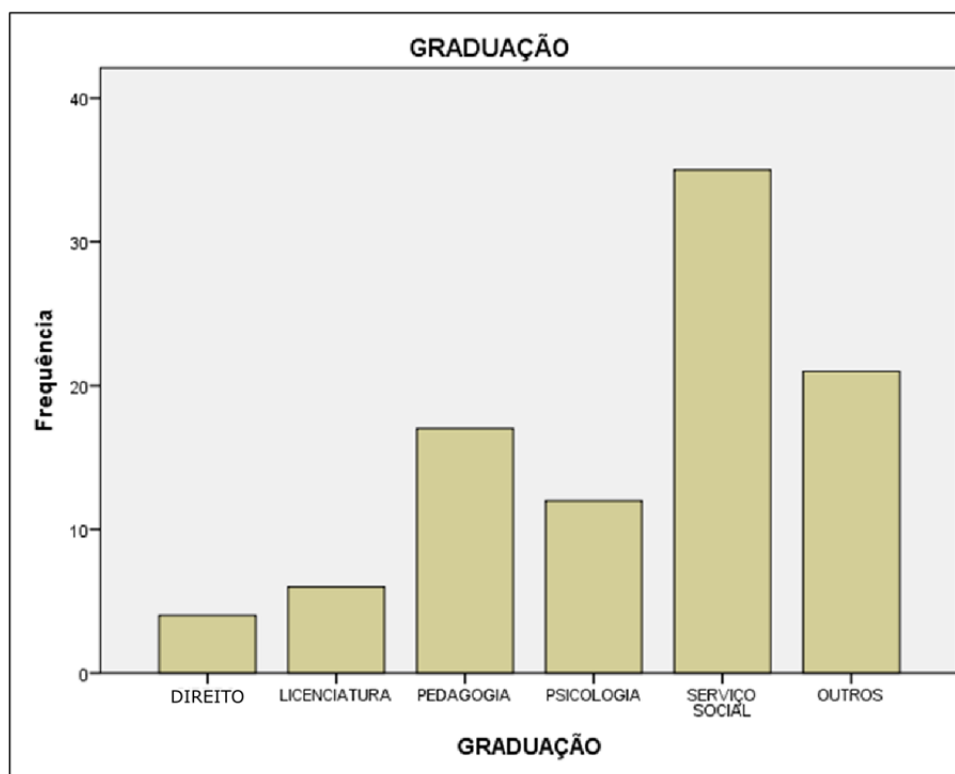
As diferentes graduações presentes nesta pesquisa respondem a um dos princípios da resolução CNAS nº 17/2011 (ANEXO B), que destaca o princípio da interdisciplinaridade nas ações do SUAS. Segundo a NOB/RH (BRASIL, 2012), os princípios éticos das diferentes profissões devem ser considerados ao se implantar o trabalho no CRAS.

Alguns deles foram destacados como princípios que orientam a intervenção dos diferentes profissionais da área de assistência social, sendo: a defesa intransigente dos direitos sociais; o compromisso em ofertar serviços de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento familiar; a promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e as credenciais do profissional que serão suas referências no atendimento; a proteção à privacidade do usuário, resguardo de sua história de vida, seja qual for a formação do profissional de referência.

A Tipificação de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) pontua as categorias profissionais estabelecidas na norma para composição das equipes de referência da PSB, considerando as profissões regulamentadas em lei, bem como a

existência de Conselho Profissional. Importante destacar que na composição das equipes, desde as de municípios de pequeno porte até as equipes de metrópoles é ressaltada a exigência do assistente social e do psicólogo.

Gráfico 4– Graduação



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

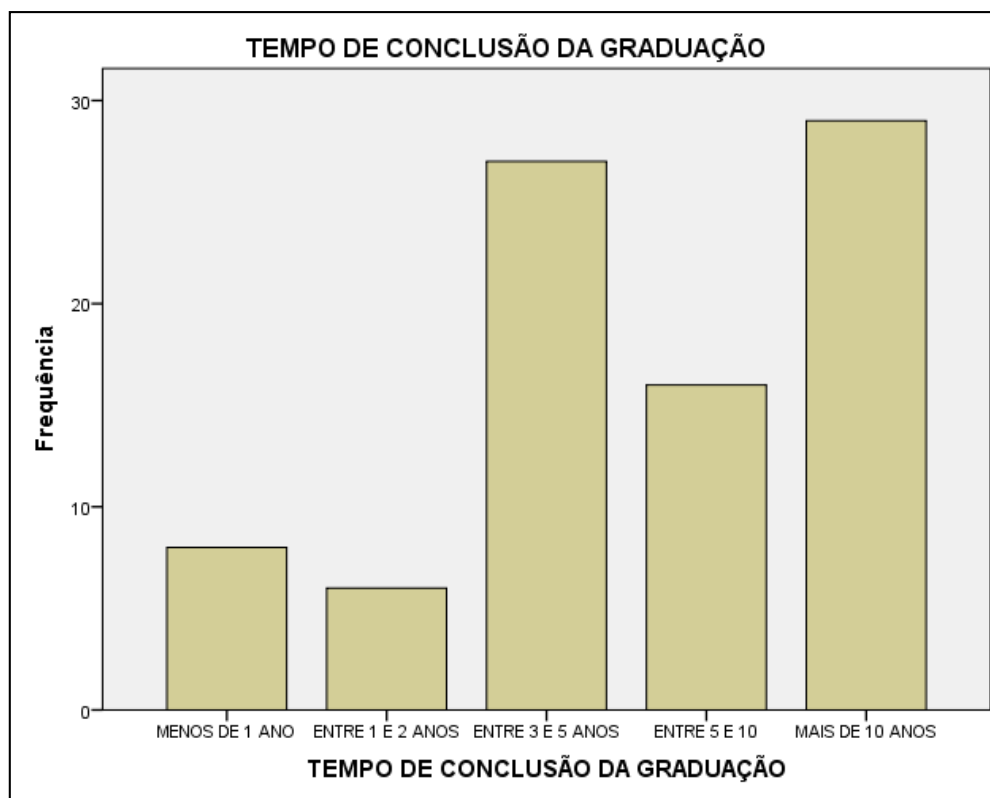
Em relação ao tempo que concluíram o ensino superior, notou-se que 8% terminaram os estudos antes de um ano, 6% entre 1 e 2 anos, 27% entre 3 e 5 anos, 16% entre 5 e 10 anos e 29% em mais de 10 anos, sendo que houve 14 participantes que não responderam a esta questão, talvez porque não tenham cursado ensino superior ou estão ainda em processo de formação.

Os dados mostraram que grande parte dos trabalhadores da política de assistência social concluíram a formação de nível superior a pouco tempo. Isso implica que muitas vezes a equipe ainda não foi capacitada em número suficiente para atender demandas tão complexas como as vulnerabilidades presentes nas histórias de vida das famílias frequentadoras dos CRAS.

Costa e Alberto (2017) explicitam que muitos dados em relação às lacunas na formação dos profissionais apareceram por meio de um discurso que vai

desde a patologização das mazelas sociais, até falas de senso comum sobre a família pobre como sendo desestruturada.

Gráfico 5 - Tempo de término dos estudos



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

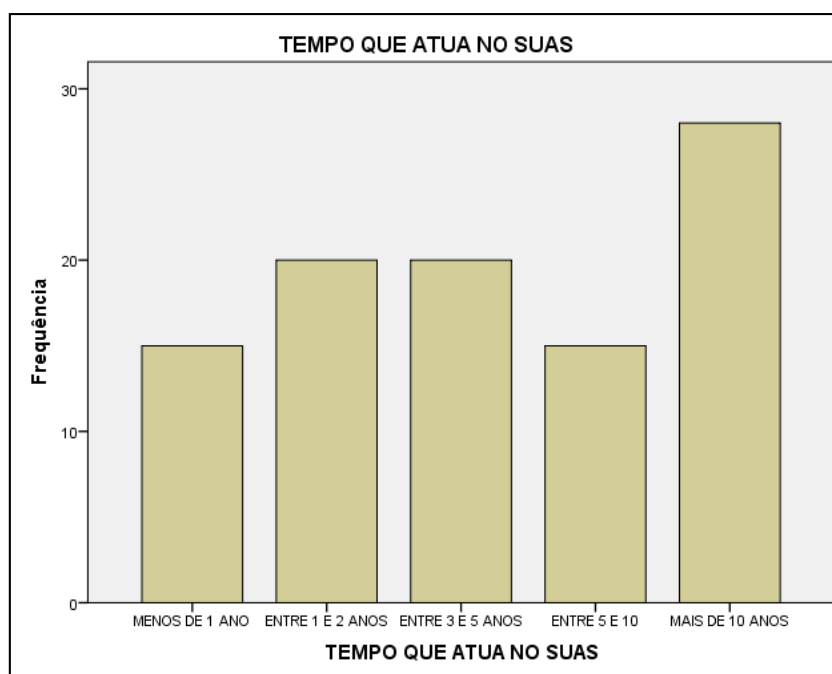
Completando os dados apresentados anteriormente, verificou-se que os participantes, em sua maioria, atuam há pouco tempo na política analisada, sendo que 15% está a menos de 1 ano, 20% entre 1 e 2 anos, 20% entre 3 e 5 anos, 15% entre 5 e 10 anos e 28% a mais de 10 anos. Em relação a esta questão houve dois participantes que não responderam.

Mota (2006) destaca alguns aspectos necessários ao desenvolvimento das competências profissionais, sendo eles: o peso do conhecimento da realidade; a questão do gerenciamento de informações; a dimensão dos níveis de complexidade das necessidades dos usuários e dos serviços, frente às competências específicas dos profissionais da PNAS; as tensões teóricas e político-pedagógico que fazem parte da política de assistência social e o cotidiano prático do profissional. A NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2012) enfatiza, em seu capítulo V, diretrizes para a política

nacional de capacitação, responsabilidade que deve ser compartilhada entre as três esferas de governo.

O fundamento das capacitações, referendado na NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2012) reforça a necessidade de capacitações sistemáticas e continuadas, com a provisão de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos adequados, com a participação de diferentes atores do SUAS, com definição de conteúdo nacionalizado, porém executada regionalmente. Todo esse processo deve ser avaliado e monitorado com suporte informatizado, facilitando o controle social.

Gráfico 6 - Tempo de atuação na política de assistência social



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

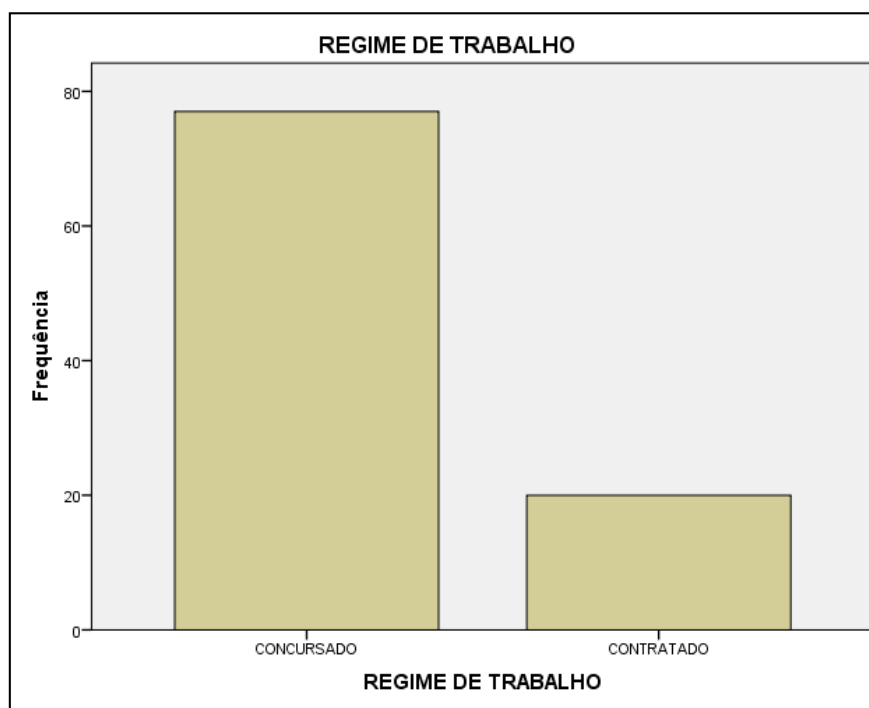
O Gráfico 7 mostrou que 77% dos entrevistados eram funcionários concursados e 20% trabalhavam com contratos temporários, 3% não responderam à pergunta. A NOB – RH/SUAS (BRASIL, 2011) reforça, em suas diretrizes, que as equipes de referência dos CRAS devem ser constituídas por servidores efetivos. A NOB ainda destaca que as equipes de referência produzem para o usuário do serviço a certeza de que encontrará acolhida, sendo que cada equipe referenciada é encarregada de intervir junto a um determinado número de usuários.

As diretrizes ainda reforçam que o trabalho no âmbito do SUAS deve garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores e o fim da terceirização

(BRASIL,2012). No entanto, Couto et al.(2014) afirma que, em termos do quadro de profissionais encontrados nos CRAS, há evidências de, mesmo com concursos públicos, alta rotatividade entre os profissionais, em função dos baixos salários, trazendo como consequência a presença no quadro profissional de pessoal muito jovem, sem trajetória na política de assistência social e iniciando a construção de conhecimento em relação à área.

Essas observações foram reafirmadas pelo Censo SUAS (BRASIL 2010), que apresenta um panorama de persistente precarização de vínculos, o que vai contra as diretrizes da gestão do trabalho na assistência Social.

Gráfico 7 - Tipo de regime de trabalho



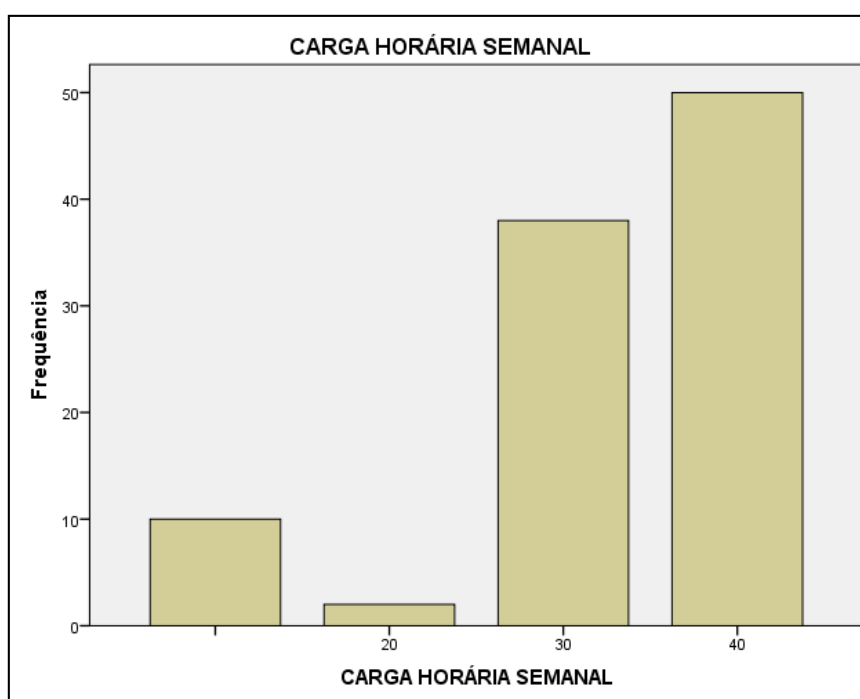
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Está colocado pelas diretrizes da política de assistência social (PNAS, 2004; NOB/SUAS-RH,2011) e pela Tipificação dos Serviços (BRASIL,2009) que as ações desenvolvidas nos CRAS devem ser executadas por equipes de referência constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social.

Em relação à carga horária de trabalho, o Gráfico 8 mostrou um percentual de 50% que atuavam no regime de 40 horas semanais, 38% trabalhavam 30 horas semanais, 2% até 20 horas semanais e 10% que desempenhavam seu

trabalho em apenas 10 horas semanais. Dessa forma, apesar do SUAS garantir, em seus documentos, a implantação e ampliação dos quadros de recursos humanos, prevendo também a relação entre as diferentes áreas de conhecimento, há que se considerar que além dos aspectos políticos e econômicos que boicotam a efetivação dos quadros de RH, estão presentes de forma extremamente arraigadas a compreensão da assistência social enquanto um campo de improvisação, do voluntarismo e da desprofissionalização (COUTO et. al, 2014).

Gráfico 8 - Carga Horária Semanal



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

3.2 Concepções sobre a política

Esta seção revelou dados de como os profissionais concebiam a Política Nacional de Assistência Social. Foram aplicadas análises estatísticas, comparando os grupos a partir do tempo de atuação na proteção básica e do tipo de contrato de trabalho. Foi utilizado uma medida não paramétrica, devido às respostas estarem escalonadas de 1 a 5.

O teste de Mann-Whitney, usado para análises que contam com 3 ou menos variáveis, foi utilizado para a condução de análises comparativas em relação ao gênero dos participantes. Já o teste de Kruskal-Wallis, recomendado para

análises que aglutinam 4 ou mais variáveis, foi empregado para comparar as respostas dos participantes em termos do tempo de atuação na política e a partir do regime de trabalho.

Os dois testes usados na pesquisa são baseados em ranks de acordo com as respostas dos candidatos para cada variável. Diversas análises foram aplicadas, mas como não se obteve diferenças estatisticamente significativas, optou-se por apresentar apenas as variáveis mencionadas.

A Tabela 1 não apresentou diferença significativa estatisticamente, uma vez que as respostas demonstraram um bom conhecimento sobre a política, não havendo, portanto, diferenciação entre o tempo de atuação na política e o nível de conhecimento.

Destacou-se o item 6, no qual afirma que o PAIF não é um programa específico da proteção básica e as médias das respostas tenderam a concordar ou concordar plenamente, revelando uma confusão em relação ao entendimento do programa, que é o carro-chefe das ações na proteção básica, e a partir do qual todas as ações devem ser estruturadas.

A responsabilidade pelo PAIF atribuída ao CRAS foi destacada no item três da tipificação dos serviços socioassistenciais, ao afirmar que o programa “tem por princípio norteador a universalidade e a gratuidade de atendimento, e deve ser ofertado necessariamente no CRAS” (BRASIL,2009,p.6).

Tabela1 - Diferenças a partir do tempo de atuação na política de assistência

	Graduação				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10
A política de assistência é direito de alguns grupos.	3,71	3,61	4,10	3,27	3,79
A política de assistência deve garantir a todos que dela necessitam recursos de proteção.	4,20	4,68	4,45	4,13	4,43
A garantia do convívio ou da vivência familiar, promovido pelos CRAS, objetiva a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento.	3,87	4,25	4,05	3,80	4,14

A ênfase no trabalho com as famílias constitui-se como um princípio fundamental do CRAS.	4,00	4,25	4,26	4,08	4,15
A proteção básica deve prevenir situações de risco.	3,93	4,37	3,95	4,20	3,89
O PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) não é responsabilidade somente da proteção básica.	2,87	2,95	3,63	3,13	2,86
Direitos sociais são conquistas históricas*.	3,67	4,20	4,40	4,27	4,00
A constituição da rede de serviços é relevante nesse processo na implantação do CRAS.	4,27	4,50	3,89	4,20	4,14
É função da proteção básica obter dados para avaliar a eficácia das ações do SUAS*.	3,77	4,10	3,45	4,13	3,75
O público atendido no CRAS constitui-se de cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	3,87	4,16	4,15	4,21	3,96
A proteção básica deve focar no desenvolvimento da autonomia das pessoas e grupos que atendem.	4,26	4,35	4,2	4,4	4,14
Os governos municipais, estaduais e federais são responsáveis por compartilhar a gestão do CRAS em todos seus aspectos.	4,20	3,95	3,85	4,27	3,96

Fonte: Elaborado pela autora (2017)*p-valor < 0.05: Teste de Kruskal-Wallis

A Tabela 2 demonstrou os itens respondidos, cruzados com o tipo de contrato de trabalho dos profissionais. Novamente não apareceram diferenças significativas, estatisticamente, e o conhecimento sobre a política de assistência social manteve-se similar nos dois tipos de contrato de trabalho.

Os participantes mantiveram um bom nível de conhecimento, no entanto, observou-se que os dois itens relacionados a aspectos da gestão do serviço tiveram as respostas menos assertivas: o item 6, que descreve sobre quem é o responsável pelo PAIF, e o item 9, que descreve sobre a produção de dados para avaliação da eficácia do SUAS.

Segundo a NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2011), é função da Gestão do CRAS a produção de mapeamento e diagnóstico dos territórios onde estão atuando, identificando e analisando as necessidades sociais e as respostas socioinstitucionais.

Tabela 2 - Diferenças a partir do regime de trabalho

	Concursado	Contratado
A política de assistência é direito de alguns grupos.	3,81	3,37
A política de assistência deve garantir a todos que dela necessitam recursos de proteção.	4,42	4,40
A garantia do convívio ou da vivência familiar, promovido pelos CRAS, objetiva a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento.	4,06	4,00
A ênfase no trabalho com as famílias constitui-se como um princípio fundamental do CRAS.	4,22	3,95
A proteção básica deve prevenir situações de risco.	4,01	4,26
O PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) não é responsabilidade somente da proteção básica.	3,12	3,10
Direitos sociais são conquistas históricas.	4,18	4,05
A constituição da rede de serviços é relevante nesse processo na implantação do CRAS.	4,24	4,11
É função da proteção básica obter dados para avaliar a eficácia das ações do SUAS.	3,82	3,85
O público atendido no CRAS constitui-se de cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	4,13	3,80
A proteção básica deve focar no desenvolvimento da autonomia das pessoas e grupos que atendem.	4,30	4,10
Os governos municipais, estaduais e federais são responsáveis por compartilhar a gestão do CRAS em todos seus aspectos.	4,07	3,95

Fonte: Elaborado pela autora (201*)p-valor < 0.05: Teste de Mann-Whitney

3.3 Percepções sobre o trabalho

As tabelas, nesta seção, são alusivas à percepção dos profissionais sobre a efetividade de suas ações na Proteção Básica. Buscou-se compreender a partir da perspectiva dos próprios participantes em que medida as ações desenvolvidas pelos profissionais impactavam positivamente a vida dos usuários dos serviços.

Destacou-se a partir da Tabela 3, a proximidade das respostas dos participantes, não havendo diferenças estatísticas significativas a partir do tempo de atuação na política de assistência social. Isso significa que estar atuando na política há mais tempo não tem promovido mudanças nos profissionais, que continuam tendo as mesmas visões sobre os fenômenos que atuam. Couto et al. (2014) confirmam esse aspecto quando verificam que o exercício laboral dos técnicos na proteção básica não se diferencia das formas tradicionais historicamente desenvolvidas na assistência. O trabalho continua atendendo a demandas espontâneas e com os grupos, na maioria das vezes, por meio de palestras.

As autoras alertam para o perigo de se ter uma modernização conservadora das ações para qual se estrutura uma gestão eficiente, mas despolitizada, que não se comprometa em manter uma perspectiva crítica, capaz de garantir o CRAS, como espaço de conquistas de acessos e direitos de cidadania para a população que a ele recorra.

Os itens 3 e 5 chamou a atenção, pois eles evidenciaram uma tendência de culpabilização da população na não efetividade do trabalho. Miotto (2015) discute as relações entre as famílias e os serviços, destacando que se instauram processos de responsabilização das famílias e afirmam que tais processos estão condicionados, tanto pela organização interna dos serviços, como também a forma de proposição dos programas governamentais.

Zola (2015) reafirma que, apesar do reconhecimento das transformações dos modelos familiares, das mudanças sociais e econômicas que impactam a sua capacidade de proteção, a política pública de assistência social convoca a família e a elege como parceira para o desempenho da proteção social.

Corroborando esta reflexão, Sarti (2003) considera que o tema “família” traz dificuldades e apresenta certa lacuna teórica e metodológica. Isso acontece por ser uma realidade muito próxima, que leva a confundir “família” com “nossa família” e a projetar o ideal que se tem dela, negando ou ignorando outros pontos de vista. Com isso, reforça-se uma ação profissional que se assemelha com as práticas higienistas, que visavam normatizar a vida das famílias.

Outro item importante a ser destacado foi o 8, pois na contramão do que preconizam os documentos do SUAS, os profissionais não perceberam os contratos temporários de trabalho como prejudiciais à efetivação das ações. No

entanto, em seu capítulo V, a NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2012) aborda a necessidade de planos de carreira, cargos e salários para os trabalhadores do SUAS, esse dispositivo reforça a ideia de diminuir a alta rotatividade nas funções, o que compromete as ações e o vínculo com a comunidade (TABELA 3).

Tabela 3 - Diferenças a partir do tempo de atuação na política de assistência

	Graduação				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10
As ações no CRAS constroem vínculos e fortalecem a comunidade.	4,40	4,20	4,60	4,33	4,50
O mais importante das ações no CRAS é o que oferecemos de concreto (cesta básica, lanches, pagamento de contas diversas), porque trazem mudanças efetivas na família.	4,13	3,90	4,50	4,27	3,89
O maior problema que encontramos no trabalho realizado na proteção básica é fazer a população participar.	3,00	2,45	2,55	2,67	2,46
Minhas ações na proteção básica contribuem para o enfrentamento dos processos de exclusão	3,87	4,16	4,00	4,27	4,00
No dia a dia do CRAS, podemos perceber a pobreza como resultado de acomodação de uma população pouco esclarecida.	3,27	3,05	3,40	3,13	3,15
As ações dos profissionais no CRAS possibilitam que os usuários se reconheçam enquanto agentes de mudança.	4,40	4,30	4,25	4,07	4,14
As ações do CRAS se voltam para as necessidades individuais e coletivas.	4,20	4,37	4,20	4,13	4,18

Os contratos temporários dos profissionais na proteção básica colaboram na criação de vínculos com a comunidade atendida	3,47	3,75	3,80	2,93	3,79
--	------	------	------	------	------

Na Tabela 4, que versa sobre o regime de trabalho dos profissionais que atuam na proteção básica, também não foram encontradas diferenças estatísticas significativas. Isso significa que a resposta dos participantes, sejam eles contratados ou concursados foram similares. O dado acima pode ser pensado a partir da necessidade de manter-se espaços de formação continuada para os profissionais da política de assistência social.

A NOB/SUAS-RH (BRASIL, 2011) destaca a necessidade de espaços de educação permanente que possibilitem a reflexão teórico-prática. Nesse sentido, Rizzotti (2011) discorre sobre a impossibilidade de pensar avanços no SUAS sem a compreensão de que eles dependem de um coletivo formado por usuários, trabalhadores sociais e gestores, e “considera que uma aliança estratégica entre trabalhadores e usuários só logrará êxito se firmada sob sólidas bases de compromissos éticos e políticos”(RIZZOTTI,2011,p.66).

O item 4 despertou atenção pelo nível de assertividade das respostas, visto que afirmou que os profissionais da proteção básica, independente do regime de trabalho, percebiam suas ações como importante no enfrentamento dos processos de exclusão. No entanto, percebeu-se que houve uma ausência de crítica em relação a esta atuação, ao considerar Costa e Alberto (2017) quando pontuam que apesar das orientações de que as ações realizadas nos CRAS objetivem a efetiva garantia de direitos, as políticas sociais vêm se caracterizando pelas suas ações pontuais e compensatórias, mantendo o caráter filantrópico, às vezes.

Costa e Alberto (2017) ainda constata que os profissionais têm grande dificuldade em ações emancipatórias, porque os valores que adquiriram socialmente com a própria família e com a sociedade aceitam ainda o modelo e os valores da família nuclear burguesa como referência.

A PNAS ressalta a importância de que os trabalhadores do SUAS superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos, profissionais com profundo conhecimento da legislação

pós Constituição de 1988. Além disso, que tenham, além do compromisso com a assistência social como política pública, qualificação para gestar e operar a política.

Tabela 4 - Diferenças a partir do regime de trabalho

	Concursado	Contratado
As ações no CRAS constroem vínculos e fortalecem a comunidade.	4,44	4,35
O mais importante das ações no CRAS é o que oferecemos de concreto (cesta básica, lanches, pagamento de contas diversas), porque trazem mudanças efetivas na família.	4,17	3,90
O maior problema que encontramos no trabalho realizado na proteção básica é fazer a população participar.	2,61	2,45
Minhas ações na proteção básica contribuem para o enfrentamento dos processos de exclusão	4,07	4,05
No dia a dia do CRAS, podemos perceber a pobreza como resultado de acomodação de uma população pouco esclarecida.	3,24	3,15
As ações dos profissionais no CRAS possibilitam que os usuários se reconheçam enquanto agentes de mudança.	4,27	4,05
As ações do CRAS se voltam para as necessidades individuais e coletivas.	4,27	4,10
Os contratos temporários dos profissionais na proteção básica colaboram na criação de vínculos com a comunidade atendida	3,66	3,35

Fonte: Elaborado pela autora (2017). *p-valor < 0.05: Teste de Mann-Whitney.

4 ESTUDO QUALITATIVO

Neste capítulo, identificamos, a partir das falas dos entrevistados, aspectos que diferenciam os participantes dos dois grupos formados a partir dos dados obtidos no Estudo Quantitativo. Como apresentado no Capítulo 2, referente ao percurso metodológico desta investigação, a aplicação de análises estatísticas seguindo a lógica de agrupamentos, permitiu a constituição de dois grupos que se diferem consideravelmente entre si. O Grupo 1 (G1) foi constituído por dois profissionais que apresentaram respostas consideradas mais corretas em relação à PNAS, bem como demonstraram maior engajamento e satisfação no trabalho que desenvolviam com as famílias. Em contrapartida, os dados obtidos no Grupo 2 (G2) revelaram equívocos conceituais em relação à PNAS e menor valorização das atividades laborais que desempenham.

A partir da formação destes dois Grupos, procedemos com a análise de conteúdo dos arquivos transcritos, com o intuito de averiguarmos disparidades e semelhanças entre G1 e G2. Os excertos utilizados para exemplificar as categorias foram debatidos exaustivamente entre os pesquisadores envolvidos na pesquisa e trouxeram elementos provocativos para a compreensão da realidade dos profissionais.

Os dados foram organizados em torno de quatro categorias analíticas e a estrutura geral está sumarizada na Tabela 5.

Tabela 5 – Categorias explicativas

	Categorias explicativas	Temáticas
Categoria 1	Trajectoria de formação profissional e repercussões do trabalho na vida dos profissionais	- Aspectos da formação profissional - Sentidos de vida
Categoria 2	Percepção sobre o usuário e as ações no SUAS	- Percepção sobre o usuário - Ação com as famílias - Redes de proteção
Categoria 3	Saber científico e vivência empírica na construção das ações.	- Conhecimento sobre os documentos - Visão ingênua e romantizada do trabalho - Percepção quanto aos desafios do trabalho no SUAS
Categoria 4	Relacionamento com a população atendida	- Pertencimento e coesão social - Reconhecimento de preconceitos

4.1 Categoria 1 – Trajetórias de formação profissional e repercussões do trabalho na vida dos profissionais

Nessa categoria, foram considerados trechos que expressavam diferenças entre a trajetória de formação profissional dos entrevistados. Um dos aspectos mais relevantes foi o fato de os integrantes do G1 demonstrarem, de forma bastante explícita, a vinculação com as manifestações artísticas e o uso que fazem dessa linguagem na prática profissional. Já o G2, quando mencionou a trajetória de formação, limitou-se à descrição de atividades técnicas, como por exemplo, os cursos de formação inicial e as capacitações oferecidas pelos serviços.

Também chamou-nos atenção o fato de os participantes demonstrarem diferenças em relação ao significado do trabalho desenvolvido na Política de Assistência em suas vidas. Por exemplo, o G1 mencionou o quanto é estimulante vincular o que gosta de fazer com as atividades profissionais realizadas na Política de Assistência Social. Falaram de um cotidiano profissional prazeroso, evidenciando o bom relacionamento no local de trabalho. Nas falas do G2 não foram registradas referências à temática “sentidos de vida”. Os participantes não relacionaram, em suas respostas, ligação com sua vida fora do contexto de trabalho, bem como não apareceram referências ao que gostavam de fazer ou o que era estimulante no dia a dia de trabalho.

4.1.1 Temática: Aspectos da formação profissional

Citações

Eu tenho vinte e quatro anos, estudando em um conservatório de maestro Julião desde os 8 anos de idade. Estudei música, desde a iniciação musical até o erudito. [...] Fiz a faculdade em música e nesse meio tempo fiz a minha primeira pós, na área de história da arte. Em seguida, realizei uma pós-graduação em história da música sacra. [...] Em relação à capacitação, esta ajuda bem, mas há sempre alguns que não gostam e não mudam com capacitação. Estão aqui ou em outro lugar porque passaram no concurso, não se preocupando em realizar um trabalho efetivo e de qualidade para a população (Participante 1).

G 1

Eu e minha irmã, desde pequenininhas fazíamos aula de piano e canto. Minha paixão é o piano, haja vista que sou formada nesse instrumento musical e em teclado. Em seguida, me formei em música, trabalhando hoje com crianças de 6 a 10 anos, em iniciação musical, que é uma formação rítmica. [...] Comecei a trabalhar de forma geral aos 14 anos, dando aula particular, depois comecei a trabalhar em escolas particulares, aprofundando-me nos conhecimentos, incluindo um período de 6 anos de trabalho na APAE. Foi um trabalho muito bonito e gratificante (Participante 2).

G 2

Existem capacitações, mas demoram muito para acontecer. Há uma cobrança em relação ao trabalho a ser desenvolvido, mas não se tem uma equipe completa para dar suporte suficiente. [...] O profissional da assistência está preparado, até porque a nossa política tem ofertado mais capacitações, disponibilizando recursos para isso.[...] Quando assumi aqui o trabalho, ligaram-me num dia antes para assumir no seguinte. Local novo, atividade nova, com prontuários e reuniões socioeducativas, trabalho com grupos (Participante 3).

Eu não tenho formação superior até então, mas pretendo ingressar na faculdade no ano que vem. Eu caí nisso aqui de paraquedas, eu sou a 1ª Dama e por estar mais próxima das ações no social, meu marido resolveu me colocar como gestora.[...] Eu acho que tem muito que melhorar ainda, dar mais capacitação para dar identidade ao nosso projeto com crianças e adolescentes, porque o Projeto Recriarte está com muitos novos monitores e acaba tendo muito problema, tal como com a coordenadora mais antiga e resistente à proposta de mudanças, o que gerou muito atrito (Participante 4).

4.1.2 Temática: Sentidos de Vida

Citações

Em toda minha vida, até nas relações com as amigadas, eu sempre procuro ser aquele amigo, por mais que as pessoas possam me chatear, eu procuro sempre me entregar ao máximo, e aqui dentro da política de assistência eu vejo que eu poderia fazer algo a mais e eu não posso. [...] Eu tinha que amar e fazer aquilo que eu gosto. A música é o que eu gosto, vou fazer. Mas tinha consciência de que fazendo música ia ser um desafio muito grande. [...] Eu comecei pelo Criança Cidadã, apaixonando-me pelo trabalho desempenhado por 7 anos. [...] Tem como a gente mudar o mundo, ampliar o conhecimento da criança e do adolescente, tem como acontecer isso, e dentro do coral a gente conseguiu fazer isso, ampliando totalmente o repertório deles (Participante 1).

- G 1 Por isso que eu falo, aqui é família projeto, aqui a criança está no caminho certo. Tem à sua disposição várias oficinas a serem escolhidas. Amo o meu trabalho e faço com amor, sentindo-me gratificado.[...] Nesses 9 anos que estou aqui, o que me estimula, é fazer o que amo, com uma equipe maravilhosa. [...] Você é acolhida e tem a chance de acolher essas crianças. Tudo se torna maravilhoso quando você percebe em que pode ajudar e de que forma. Eu não tenho filhos, família, então, para mim, estar aqui me faz também sentir como se fossem meus, visto que estou contribuindo para formação deles, o que me deixa feliz.[...] Eu sinto que minha oficina ajuda, estimula, ajudando-me a poder ajudá-los, em relação à escola, na casa. O nosso trabalho como professor educador exige que me vejo como mãe, de observar e ver as mudanças dos alunos (Participante 2).
-

Percebeu-se que as duas temáticas que compõem a Categoria 1, Aspectos da formação profissional e Sentidos de vida, estão vinculadas, pois evidenciamos nas falas dos participantes que relataram uma formação no processo de graduação escolhida por identificação, por gostarem do que estavam cursando e terem a oportunidade de trabalhar na política de assistência social usando esses saberes, enxergam mais sentido em suas ações. Isso ficou claro nas falas do músico e da pianista, pois encontraram no local de trabalho espaço para expressarem seus saberes e, conseqüentemente, atuarem com envolvimento.

Segundo Souza, Guimarães e Jewnon (2015), as escolhas profissionais, em grande parte, estão sob influências de aspectos relacionados à realização do sonho e ao ideal de vida. Por sua vez, os anseios pessoais são influenciados pelos estilos pessoais e aspectos cognitivos de cada um, bem como pela influência do meio.

Iamamoto (2014) observa sobre o exercício profissional do assistente social, destacado que os profissionais dessa área atuam em um contexto carregado de antagonismos, pois, ao mesmo tempo, que trabalham com as classes vulneráveis, também participam dos mecanismos de exploração e dominação,

dando respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e atuando para diminuir as tensões provocadas pelo sistema.

Esta lógica também se aplica aos demais profissionais que atuam no SUAS. Yamamoto (2014) evidencia que há espaço aberto para a construção de diferentes projetos profissionais, cuja busca por uma ação significativa fará diferença no resultado da ação, pois vivemos em uma sociedade atravessada por projetos sociais distintos. O trabalho social se desenvolve em um espaço de tensões e contradições, com diversas formas de refletir sobre o cotidiano de intervenção, permeado por algumas abordagens amplas que fazem a articulação da questão social com o contexto socioeconômico e político que vivemos e por outras abordagens focalistas. Dessa forma, o envolvimento e o sentido que o trabalho tem para o profissional refletirá no resultado de suas ações. Assim, Yamamoto (2014) afirma que:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (YAMAMOTO, 2014, p. 611).

Yamamoto (2014) enfatiza que os trabalhadores do SUAS, mesmo vivendo em uma época em que o individualismo e a insensibilidade aos dilemas coletivos são tão presentes, precisam preservar a indignação diante das desigualdade e injustiças. Há a necessidade também de um movimento permanente de aperfeiçoamento, que conduza à construção de uma imagem social de trabalhadores que lutam para garantir direitos e a participação dos sujeitos sociais.

Importante destacar que a formação acadêmica e as capacitações continuadas são pontos importantes para o profissional do SUAS. Estão previstas na NOB/SUAS–RH (2012), como parte da consolidação e implantação dos serviços.

Rizzotti (2011) salienta que a qualificação das ações desenvolvidas no SUAS só acontecerão com o aprimoramento da leitura crítica da realidade. Ressalta, ainda, que a complexidade da questão social desafia os trabalhadores a buscarem diferentes caminhos para a construção da superação destas demandas. Porém, esses caminhos não devem ser impostos, mas sim, construídos por meio de exercícios de protagonismo dos sujeitos envolvidos (RIZZOTTI, 2011).

Torres (2009) ressalta que, quando o profissional acredita em suas ações, enxerga sentido nas atividades e nas intervenções desenvolvidas, pois se apropria do que faz e vai além dos limites propostos pela organização ou instituição da qual faz parte. Dessa forma, quando o profissional não consegue valorizar-se e ver a importância do seu trabalho, este passa a questionar a validade de suas ações, visto que não reconhece as condições que este trabalho acontece, não se reconhece como parte e, assim, tende a realizar o trabalho de forma alienada. Assim sendo, tem pouca flexibilidade e criatividade para propor alterações que lhes são predeterminadas, tampouco sistematizar ações que sejam efetivamente emancipatórias à população que usufrui dos serviços.

Esse fazer por repetição e esvaziado de senso crítico desqualifica o próprio exercício profissional e a necessária relação entre ação, reflexão e intervenção, em processos contínuos de avaliação de sua prática.

Torres (2009) ainda ressalta a importância do reconhecimento do profissional de que o exercício de suas atividades implica na vida do usuário dos serviços e no espaço onde ele atua, em uma dimensão que vai além da utilidade do trabalho desenvolvido, mas o significado social deste trabalho.

Torres (2009 apud MARX, 1983) afirma que o trabalho é a possibilidade de objetivação do homem, ou seja, por meio dele, ele constrói relações sociais e modifica a si mesmo e a realidade social na qual vive. Assim, quando o profissional encontra sentido em suas ações, consegue registrar a importância de seu trabalho no espaço onde atua e na vida do usuário. Esse trabalho passa a fazer parte dos seus projetos e de seu ideal de vida. Há um sentido construído cotidianamente nas relações nos espaços de trabalho, com os usuários do serviço e com os parceiros das ações.

4.2 Categoria 2: Percepção sobre o usuário e as ações no SUAS

Nesta categoria evidenciou-se temáticas que formam um corpo de ações que fazem parte do trabalho na proteção básica, constituído pelo indivíduo, pela família e pela rede de proteção. A partir do olhar do profissional sobre o usuário, acontece os desdobramentos de suas ações com o grupo familiar e com a rede protetiva. Essa construção evidenciou-se em nossa coleta de dados, confirmadas em expressões, tais como: “Eles respondem quando a gente acredita”

ou “A população é meio acostumada a não participar”. As falas mostram olhares opostos que refletem na prática cotidiana com a população.

A Temática 1, “Percepção sobre o usuário da política de assistência social”, foi composta por excertos que registraram uma percepção oposta dos dois grupos. O G1 apresentou a percepção do usuário da política como sujeito competente, capaz de crescimento e com potencialidades para a vida. O G2 não apresentou uma visão similar, pois destacou-se a concepção de usuário que precisava ser socorrido e dependente da Política de Assistência. Como exemplos, citamos os casos de famílias que estariam acomodadas e do hábito dos usuários de só receberem tudo pronto.

A temática 2, intitulada “Compreensão das estratégias de trabalho com famílias”, também apontou diferenças na percepção dos dois grupos. O trabalho com famílias efetivado nos espaços da Proteção Básica foi visto pelo G1 como importante. Porém, de acordo com os entrevistados deste grupo, as instituições não cumpriam suas funções protetivas, pois não atendiam toda demanda. Argumentaram que os atendimentos aconteciam somente no espaço físico do CRAS, o que acabava deixando de fora muitas famílias do projeto, que faziam parte do SCFV, por não pertencerem ao território do CRAS de referência. Já os participantes do G2 apontaram as dificuldades em desenvolver o trabalho com as famílias, destacando que os usuários muitas vezes preferiam ser atendidos individualmente.

As falas registraram que os profissionais não percebiam o trabalho com famílias como uma metodologia capaz de alcançar resultados relevantes para a vida dos usuários, pois os mesmos não aderiam aos grupos.

A temática 3 evidenciou a sistemática de funcionamento da rede de proteção e como os profissionais entendiam a sua importância na Proteção Básica. As falas do G1 apontaram que a rede contribuía para o processo de inclusão das famílias e ampliava o acesso aos serviços. Discursaram sobre as estratégias usadas para a articulação com a rede e destacaram a importância do envolvimento da coordenação do serviço para o fortalecimento desta ação. O G2, por sua vez, considerou que a rede de proteção era importante, porém, enfatizaram as dificuldades de articulação e se queixaram de que apenas as Secretarias de Assistência Social faziam o movimento para a ocorrência dos encontros.

Os participantes do G2 também apontaram que o espaço dos encontros com a rede tornou-se espaços de queixas e de rixas políticas. Isso

acontecia porque as reuniões de rede abriam espaço para participação de profissionais das diferentes políticas intersetoriais e, muitas vezes, alguns participantes faziam parte de grupos políticos diferentes. É comum observar, principalmente nos municípios pequenos, grupos políticos com rivalidades que acabam comprometendo a ação, no entanto esses espaços devem ser utilizados para o debate e troca de saberes, um exercício constante de diálogo para o amadurecimento democrático dos grupos e ações que funcionam como controle social.

Pode-se perceber que os dois grupos sabiam da importância e conheciam a proposta da PNAS de articulação, mas também evidenciou-se que a forma como as ações são postas em prática são muito diferenciadas. Enquanto o G1 enxergava na rede possibilidades de ampliar o cuidado com o usuário, o G2 se sentia sobrecarregado, apontando mais obstáculos para articulação da rede.

4.2.1 Temática: Percepção sobre o usuário do CRAS

Citações

- G1 Ter acreditado nele, hoje ele está trabalhando e ajudando a mãe a levantar uma casa para eles. É isso que me motiva mais ainda, porque ele já saiu daqui. [...] Aqui eu vejo de jeito positivo, porque eles têm oportunidades para desenvolver essa autonomia, que começa com ele escolhendo o que quer fazer, dentre 23 oficinas. [...] Os adolescentes abraçaram a causa, incorporaram Vinicius de Moraes e fizeram valer a pena eles respondem quando acreditamos, visto que em uma festa só de coral conseguimos colocar 400 pessoas no Matarazzo. [...] Eu acredito que as pessoas podem mudar, para o bem e para o mau. (Participante 1).
- Os alunos aqui são uma graça. Acredito que é porque eles podem escolher, sentindo-se felizes em fazer coisa legal. Eles são respeitados e esse vínculo deles com o projeto faz diferença na vida deles. [...] No projeto, a criança não sai profissional, mas se torna cidadão, capaz de dar conta da vida quando sair daqui (Participante 2).
- Assim como a gente vai passando por etapas na vida escolar, a família também passa por fases. Para atrair as famílias, usamos como moeda de troca a oferta de atividades atrativas, como a realização da oficina da beleza, chás da tarde. [...]
- G2 Só que a população que chega até o serviço, ainda não consegue entender o que são direitos, que vai na secretaria para atualizar o Bolsa Família; que se a mulher estiver gestante tem direito a um valor maior; que tem direito ao benefício eventual, dependendo da situação em que se está vivendo; que o espaço do CRAS está ali para acolher. Então é muito difícil conseguir fazer um trabalho (Participante 3).
- A população é meio acostumada a não participar, só quer receber o benefício. [...] Está muito difícil a população entender e lidar culturalmente com isso, visto que entendem que tudo é o CRAS. [...] O povo acostumou a ter tudo, a receber cesta, pagamento de conta, não conseguindo se virar sozinho (Participante 4).
-

4.2.2 Temática: Diferenças constatadas na compreensão das estratégias de trabalho com famílias

Citações	
	<p>O 1º passo do CRAS era realmente, por exemplo, o Aquarela, ao fortalecer esse vínculo com as famílias das crianças e adolescentes. [...] Não do jeito que fazem, porque tem esses encontros realizados nos CRAS, que nem sempre contam com a presença dos pais de alunos matriculados atendidos no território do CRAS. [...] Também a demanda atendida é pequena, com grupo de 20 pessoas, sendo que nos temos de 200 a 300 alunos, ou seja, menos da metade com família é atendida (Participante 1).</p>
G 1	<p>Isso (o trabalho com famílias) é feito nos CRAS, mas reflete aqui, pois presenciamos que nem todas as famílias que precisam frequentam. Creio que, às vezes, aparecem as menos problemáticas, faltando um trabalho mais sistemático com as famílias aqui. [...] Dependendo do caso, os CRAS não conseguem acolher como precisa, oferecendo apenas uma ajuda necessária, visto que não dão conta de atender todas as questões levadas pelas famílias. [...] O projeto se articula com as famílias e com a escola, haja vista que todas as sextas-feiras realizam-se visitas nas casas dos alunos e, eu como sou professora e monitora, também me responsabilizo com os ônibus e com algumas visitas também. Quando eu chego às casas, algumas mães querem saber: “Ah, você que é a ‘profe’, meu filho fala de você (Participante 2).</p>
G 2	<p>As famílias não querem participar de um grupo para falar dos seus problemas. [...] Eu acho que deveria ser feito um trabalho diferente com um acolhimento diferente, visto que as famílias hoje pensam: “Ah, eu vou ter que ir lá no PAIF, nesse calorão, pra falar de novo. [...] Muitas famílias comentam comigo que não gostam de ficar falando nos grupos, mas no atendimento individual (Participante 3)</p> <p>Eu acho que é difícil. As famílias aqui no meu município fragilizadas e acostumadas com uma cultura de gestão que só dava. [...] Mas aqui agora funciona de outro modo e sinto que vai dar certo. [...] As meninas (assistentes sociais) dizem que temos que trabalhar com as famílias, atender, fazer visita, convidar paragrupo (Participante 4)</p>

4.2.3 Temática: A efetividade da rede de proteção: disparidades

Citações	
G 1	<p>Foi toda uma política de conversação, de diálogo que o trouxe novamente (menino que não frequentava mais e foi trazido pelo conselho). Ele fugiu outra vez, fazendo com que me sentisse impotente, porque é triste saber que ele queria permanecer aqui, mas seu contexto de vida não permite. [...] O diretor e a coordenadora vieram aqui, conheceram as oficinas durante uma manhã toda com a nossa coordenação, fizemos um bate papo bacana e depois disso cresceu. [...] A escola que realmente está junto conosco é o Clotilde. [...] Onde está a maioria dos nossos adolescentes. [...] O nosso coordenador bateu bastante nessa tecla nos outros dias, chamando a turminha que estuda nessa escola para relatar que estávamos em permanente contato, acompanhando notas, conversas, bate papo quando vem algum problema da escola para poder ajuda-los da melhor forma (Participante 1).</p> <p>Fico sempre aqui no projeto, mas às vezes converso com os profissionais do CRAS para se informar se a família está frequentando lá, quando alguma criança tem algum problema. [...] Um dia, a criança de 13 anos chegou e disse: “Meu padrasto está me alisando”. Após a aula, eu levei para a coordenação para que déssemos o encaminhamento necessário. A menina teve espaço comigo para se abrir, confiança para compartilhar. [...] Foi um pedido de socorro. Tomamos a providências legais, acionando o conselho tutelar e mobilizando a rede para buscar ajuda. A menina continua frequentando o projeto, e o padrasto foi afastado da casa. [...] Aqui, os educadores sociais fazem a articulação com as escolas, acompanhando pessoalmente quando há algum problema, com visitas nas casas. Realiza-se agendamento e todo o projeto se articula com as famílias e com a escola (Participante 2).</p>
G2	<p>É sempre assim: a assistência que faz a reunião, que manda o convite, que faz as festividades, que mostra a importância da rede. [...] Então, parece que os outros setores não se mexem, sobrecarregando o nosso. [...] Ainda é muito difícil porque quando chega o caso em si, há a dificuldade em se saber o que fazer. Falta paciência para tomar as atitudes, para buscar ajuda a outros setores e pessoa para se saber o que tem que fazer, como resolver a situação. [...] Com a rede tudo melhora, pois os encontros trazem não só a questão da prática porque cada um tem um jeito de fazer, mas a parte de refletir a parte teórica também é muito importante (Participante 3).</p> <p>A rede está muito complicada, no que se diz à sua estruturação com a chegada do NASF. [...] Iniciamos com reuniões com a rede. Depois veio a assistência social. As reuniões cessaram porque estavam saindo fora do que a gente devíamos fazer, discussões sem conteúdo. [...] As nossas reuniões estavam virando reunião política porque o pessoal aproveitava só para fazer críticas ao prefeito (Participante 4).</p>

Pereira e Guareschi (2016) afirmam que as representações sociais dos profissionais sobre as famílias e os usuários têm um peso muito grande na forma como estes executam seu trabalho e desenvolvem as ações. Para Moscovici (2003), teórico de referência para este campo de estudos, as representações sociais fazem parte do cotidiano humano e são tão simbólicas quanto reais, tanto afetivas quanto cognitivas. Assim, o fazer cotidiano nas ações desenvolvidas nos CRAS são influenciados pelas ideias e valores dos profissionais que as executam.

Evidenciou-se que a condução das políticas vai além da formação teórica e acadêmica, pois devem incluir posturas éticas e políticas dos profissionais que executam os programas e projetos nos CRAS. Couto et al. (2014) confirmam que o trabalho social tanto pode ser desenvolvido na forma de tutela e coerção, como para o desenvolvimento da autonomia, dependendo, em parte, das representações dos profissionais que condicionam uma ou outra prática. Isto posto, a percepção sobre o usuário do SUAS engloba não só o conhecimento dos documentos, mas toda a vivência acadêmica e empírica do profissional.

Brasil(2004) define o público da assistência social como sendo cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Significa garantir a todos que dela necessitam, sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. No entanto, Couto et. al (2014) apontam que as mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo conduz-nos à constante redefinição desse perfil do usuário desta política, pois estamos sempre incluindo novos contingentes populacionais. Um exemplo disso, ainda de acordo com Couto et al. (2014), é a transição das características dos usuários atendidos. Se anteriormente, a população desempregada acessava a política de assistência, hoje, esse contingente foi ampliado, para trabalhadores com serviços precarizados e informais que, mesmo exercendo atividades laborativas, não dão conta da sobrevivência de suas famílias.

Assim, temos assistido, nos últimos anos, um grande número de famílias que, apesar dos genitores ou responsáveis pelo núcleo familiar, exercerem atividades produtivas, estão instáveis, precárias e com baixa remuneração, fazendo com que os seus membros recorram a benefícios eventuais e programas de transferência de renda para sua subsistência.

O trabalho com famílias constitui-se um dos eixos estruturantes do SUAS e traz a definição de família como “núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” e como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e /ou de solidariedade” (BRASIL, 2004, p. 35). Essa definição, segundo Pereira e Guareschi (2016), deveria ultrapassar qualquer visão moralista e disciplinadora, que não consideram as histórias familiares, os contextos nos quais se vivem e as questões do macrosistema.

Porém, Pereira e Guareschi (2016) afirmam que o modelo nuclear burguês e tradicional ainda são referências. Isso também ficou evidenciado nesta

pesquisa, quando idéias sobre inadequação e desajustes das famílias usuárias da assistência social foram relatadas pelos profissionais entrevistados.

Costa e Cardoso (2010) consideram que as orientações normativas do CRAS deixam espaços para diferentes práticas e metodologias. Afirmam que essa flexibilidade na forma de executar o trabalho tem a intenção de abrir espaço para a construção das atividades, considerando as questões locais de cada CRAS. No entanto, observam em seus estudos que esta flexibilização leva a ações não transformadoras, ações que são definidas pelo tipo de conduta do profissional, a forma que este articula seu conhecimento para intervenções de forma positiva ou não a processos de emancipação dos usuários.

Steffenon (2011) destaca que há uma tendência em apontar as famílias como responsável por seus dependentes, não considerando a contingência no momento em que buscam ajuda, se têm ou não condições para cumprir essas funções. Porém, a Política Nacional de Assistência Social BRASIL (2004) enfatiza a responsabilidade do Estado e da sociedade civil no suporte a famílias que não conseguem exercer suas funções protetivas.

Teixeira (2015) destaca a matricialidadesociofamiliar como um dos princípios fundamentais da proteção social básica. Revela que este fundamento traz contradições, pois toma a família como centro para concepção e implementação dos serviços e benefícios, mas ao mesmo tempo, também a coloca como responsável na prevenção, proteção e promoção de seus membros, muitas vezes sem dar condições e recursos para tal função.

A partir dos registros das falas dos profissionais entrevistados, o trabalho com famílias deixa a desejar quando não atende toda demanda e por falta de sistematização mais efetiva. Estudiosos da política, incluindo Teixeira (2015) e Carloto (2015), refletem sobre o descompasso entre as funções atribuídas às famílias e suas condições de vida, bem como o oferecimento de suporte pelo poder público para que ela exerça o papel protetivo.

Concluem que, na prática, o que ocorre é a responsabilização da família pela proteção, ficando claro o princípio da subsidiariedade da intervenção Estatal, que só aparece quando ocorre a “falha” da família, mas nunca em nível de potencializar para valorizar as funções protetivas (TEIXEIRA, 2015, p. 217). Ou seja, os serviços só têm chegado ao usuário quando este já está em situação extrema e

de risco estabelecido, deixando de trabalhar na prevenção, proteção e proação que seriam funções da Proteção Básica (BRASIL, 2012, p. 11).

Para finalizar as reflexões relativas à terceira temática, o trabalho em rede foi descrito pelos profissionais entrevistados como importante, porém difícil de ser efetivado e precisando ser ampliado. Alguns autores, como Pereira e Teixeira (2013), reiteram que a política de assistência social tem a intersetorialidade como um de seus eixos. Evidenciam que, apesar da intervenção em rede ter surgido nos discursos empresariais para diminuição dos custos, ela foi apropriada pela política de assistência social como forma de fortalecer as respostas dadas às demandas sociais.

Nas políticas públicas, a intervenção em rede surge para ampliar a articulação entre as políticas públicas e a rede socioassistencial, desenvolvendo ações na proteção básica e especial a fim de produzir enfrentamento às desigualdades sociais identificadas no território (NASCIMENTO, 2010; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013; COUTO et al., 2014). Ressaltam que não podemos perder de vista que esse modelo de intervenção emerge e se desenvolve com a ampliação das reformas neoliberais, o pluralismo do bem estar social que substitui o Estado de Bem Estar Social (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 2). Dessa forma, segundo Teixeira (2002), a constituição de novos modelos de gestão, comprometidos com a descentralização e a construção de redes e parcerias público/privadas, são resultado da nova lógica do capitalismo.

Rocha (2006) afirma que a constituição desses dois fenômenos presentes na América Latina: a descentralização e a democratização política, são frutos da nova lógica do capitalismo, sendo lidos de forma diferente pelos setores de direita e esquerda. A direita, segundo Rocha (2006), relaciona essa descentralização com o aumento da eficiência e eficácia dos serviços. Os setores de esquerda veem-na como uma alternativa de democratização do país e um aumento do processo de participação popular.

Segundo Nascimento (2010), na política de assistência social o trabalho em rede e a intersetorialidade procuram dar respostas ao enfrentamento das desigualdades sociais e da fragmentação das ações. Também trouxeram maior integração entre os saberes técnicos, propondo implantação de serviços integrados, desfragmentando a atenção pública às necessidades sociais da população (COUTO, et al. 2014, p. 62).

Embora reconheçamos que o início do trabalho intersetorial tenha ocorrido a partir de uma lógica de mercado, concordamos com autores como Koga (2003), Nascimento (2010), Pereira e Teixeira (2013), que destacam a intersetorialidade, ou seja, a articulação da rede de serviços e das políticas setoriais dos municípios como necessária ao processo de intervenção, dada a complexidade do contexto de desenvolvimento das famílias. Nascimento (2010) também enfatiza que os atores sociais dos programas, projetos e serviços devem dialogar, ao realizarem ações em conjunto na perspectiva da inclusão social.

4.3 Categoria 3: Saber científico e vivência empírica na construção das ações

Evidenciou-se três temáticas que nos dão uma visão do conhecimento teórico dos participantes e sua ligação com a efetividade das ações. Percebemos que somente o conhecimento sobre os conteúdos dos documentos da política não garantem uma leitura crítica das situações enfrentadas pelos profissionais no cotidiano das ações.

Em relação à primeira temática, nomeada como “Percepção sobre a política”, os participantes do G1, apesar de terem uma alta pontuação nos questionários respondidos em relação aos documentos oficiais, registraram em suas falas pouca criticidade e não mencionaram os pressupostos presentes nos documentos oficiais (BRASIL, 2004; BRASIL, 2012). Os participantes do G2 tiveram uma pontuação mais baixa do que o G1 no estudo quantitativo, mencionaram os documentos oficiais com maior frequência durante as entrevistas, porém suas ações não traziam sintonia com os documentos e, quando relatadas, não correspondiam às propostas dos documentos. Um exemplo esteve na fala quando afirmaram que atendimentos individuais, muitas vezes, davam melhores respostas do que ação em grupo ou quando faziam uma leitura que a articulação da rede sobrecarrega a assistência social.

Em relação à segunda temática, visão ingênua e romantizada do trabalho, as falas dos participantes do G1 demonstraram envolvimento com as ações, porém mantiveram uma visão apolítica, sem crítica do contexto mais amplo. Não houve questionamentos sobre os processos de exclusão, as injustiças sociais e as violações de direitos que a população usuária dos serviços está exposta. Essa mesma postura acrítica se repetiu nos apontamentos do G2, contudo, foi reforçada

por um olhar de culpabilização da população pelas situações que vivem e também de responsabilização dos técnicos que, de acordo com os entrevistados do G2, não se envolviam o suficiente.

A terceira temática que complementou essa categoria assinalou a percepção dos profissionais sobre os desafios em relação ao trabalho no SUAS. Os dois grupos destacaram a precarização das condições de trabalho, porém, a percepção teve focos diferentes. O G1 enfatizou o que precisa ser feito para que as ações sejam mais efetivas, destacando a necessidade de ampliação do trabalho com famílias. Acrescentaram que estar fora do território fragilizava as ações e também questionaram o tempo de permanência das crianças e adolescentes no projeto. Afirmaram que devido à distância e ao tempo que as crianças e adolescentes permaneciam no trajeto até o projeto, o tempo das atividades ficava reduzido. Também relataram a ausência de atividades na sexta-feira, reservada apenas para as reuniões de equipe e estudo de caso.

O G2 focou nas cobranças excessivas da Divisão Regional de Assistência Social (DRADS), sem o suporte adequado e a falta de estrutura dada para os profissionais desenvolverem suas ações. Percebemos que as lentes utilizadas para essa análise diferiram as posições das críticas. No G1, os profissionais se incluíram no processo para efetivar mudanças positivas, ao passo que o G2 fez críticas legítimas, porém sempre voltadas para mudanças externas, não se comprometendo efetivamente com as mudanças almejadas. Importante apontarmos a ausência nas falas dos profissionais de referências sobre as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que trouxeram reconfigurações para as relações de trabalho e, de forma perversa, ampliaram o contingente da população que não consegue sobreviver sem o suporte dos programas sociais. As falas ficaram circunscritas ao cotidiano das relações do CRAS, projeto e usuários.

4.3.1 Temática: Conhecimento sobre a políticas

Citações

- Eu acho que esses movimentos individuais e fora do poder público ainda fazem muito mais que a própria política. [...] Não a proteção básica em si, mas alguns profissionais da Proteção Básica (perguntado se achava que a proteção básica ajudava a diminuir o processo de exclusão) [...] Só um concurso não avalia ninguém, falta para o profissional saber se se identifica com a prática, e isso foi uma coisa que eu senti quando eu entrei aqui sem prática nenhuma. Acho que faltou e falta mais preparo (Participante 1).
- G 1** A gente tem o CRAS de referência, em que muitos vêm direto do Conselho Tutelar, levados pelas escolas quando dão problema. Com essa criança, temos que ter uma paciência redobrada até porque já vem com problemas no conselho. [...] Eu acho que tem garantido direitos sim, por exemplo, com os auxílios do Bolsa-Família. Há menino aqui que a família só tem essa renda, pelo menos tem o mínimo para comer. Nesse aspecto, a AS tem dado alguma segurança para essas famílias. [...] Não é que o CRAS tenha que resolver tudo, mas ajuda, encaminhando, o que é bom. Dependendo do caso, eles não conseguem acolher como precisa, é uma ajuda apenas, mas acho que está longe de dar conta das questões levadas pelas famílias. [...] Eu estou meio preocupada, com o que se fala das políticas, de mudança. Será que vão manter esses trabalhos que fazemos? Será que vão preservar espaços como esse? (Participante 2).
-
- G 2** Foi através disso tudo e inclusive da NOB/RH que eu consegui mostrar para diretoria que precisaríamos desses profissionais. [...] Eu avalio que tem muitas coisas positivas. [...] Olha para o usuário, enquanto conquista que se tem hoje. Claro que está acontecendo um retrocesso, mas podemos afirmar que conquistamos muitas coisas desde quando surgiram serviços da política em si. Tivemos ganhos para os usuários, melhorias nas condições de atendimento a eles são muito boas. [...] Porque eu vejo que a PS Básica vem para gente trabalhar a prevenção, mas chega totalmente já rompido vínculos, situação trágica de violação de direito. [...] Ainda falta RH e também os superiores entenderem realmente qual é o trabalho da AS, da política de AS, independentemente do município ser grande ou pequeno (Participante 3).
- CRAS como referência de tudo: programas da família, do Bolsa, do renda. [...] Eu acho que por eu não ter uma formação na área isso até ajudou. Deixo as assistentes sociais fazerem como deve ser feito, como está na lei (Participante 4).
-

4.3.2 Temática: Visão ingênua e romantizada do trabalho

Citações

- G 1** Mas é uma coisa também que eu sempre, dentro da igreja, como católico, participava de acampamento, até chegar o momento de conversar com o padre e dizer que devíamos fazer um pouco de trabalho com os pais. [...] Porque aqui realmente os profissionais cuidam, amam e protegem eles. Dessa forma os filhos estão mesmo protegidos aqui dentro. [...] Porque a mãe mora sozinha, tendo que sustentar 8 filhos dentro de uma casa de 3 cômodos. Isso dói em mim, porque poderia ajudar mais, mandando todo mês 2 cestas básicas para essa família ou mesmo ajudando-a a construírem uma casa e não ficar esperando do governo ou de outras pessoas (Participante 1).
- Paciência, não só para você ensinar, mas para se relacionar. Aqui dentro é paciência para trocar com ele, e se você não amar o ser humano, você não vai se envolver. [...] Teria que ter um processo seletivo que escolhesse quem tem real envolvimento, que ama o que faz, conhecer a realidade, estar disposto ao outro, ser aberto afetivo. [...] Que olha para o todo, que não seja individualista, que ame gente e seja gente (Participante 2).
-
- G 2** Sim, porque existe aquele que vem trabalhar por amor, pelo que ele gosta, fazendo a diferença. Também existe aquele que fez a faculdade por fazer, porque ele queria ter um curso superior, e se ele passar num concurso, tem estabilidade garantida. Assume o cargo, reclama a vida inteira do salário, não se envolve porque ganha pouco, mas também não sai e deixa o lugar para outro fazer melhor. [...] Eu acho que as falhas são um modo de pensar meus valores que trago comigo, tanto espiritual como material. [...] Às vezes, eu sinto falta de as técnicas estarem mais em cima disso (buscar mais as famílias). [...] O desmonte seria menor se tivesse mais profissionais comprometidos, e talvez melhorasse até as mobilizações contra esses desmontes. Sinto vontade, às vezes, de falar para certos funcionários que se estão insatisfeitos, saiam e prestam um concurso melhor (Participante 3).
- Você vê os idosos com uma capoterapia.. Eles achavam que o CCI era para bordar apenas. Hoje, fazem atividade física, fazem a capoterapia, passeiam muito, participam dos eventos regionais. Encantei-me com o CCI, fazendo-me refletir na possibilidade de a política deixar de existir se hoje eu tivesse que sair daqui. A população não vê o Projeto como um serviço que acolhe o filho, parece que eles ainda preferem o assistencialismo de antes (Participante 4).
-

4.3.3 Temática: Percepção quanto aos desafios do trabalho no SUAS

Citações	
G 1	<p>A política coloca que a família tem que fazer parte, mas o nosso contato com a família é apenas em duas reuniões, uma reunião mínima anual, com duração por volta de 30 minutos em que o educador praticamente não tem contato. [...] O local em si prejudica por causa desta questão da convivência. No território eles estão sempre por perto, o que acaba prejudicando o fortalecimento de vínculos. [...] Podia ser diferente porque o projeto acaba na quinta, ou seja, ele fica sexta, sábado e domingo sem vir. (resposta em relação ao tempo que o adolescente permanece no projeto). [...] Fica solto (Participante 1).</p> <p>Aqui no projeto a gente não tem um trabalho específico com a família, mas há outros projetos com acompanhamento específico com assistente social ou psicólogo, o que falta aqui [...] Às vezes, eu acho que falta um trabalho com as famílias aqui. [...] O projeto faz parte do SFCV, e nós garantimos proteção, vivências de coisas mais saudáveis, mas ainda falta engajamento e união (Participante 2).</p>
G 2	<p>A DRADS vem fazer monitoramento, com a presença de algum funcionário. Porém as leis são falhas, mesmo cobrando responsabilidades do prefeito. [...] Se ele não tem uma sala para atender, não tem um salário digno, atenderá a população de qualquer jeito, causando revolta, o que faz com que a população não adira ao serviço. [...] Uma falha que eu percebo está na questão quando se olha para o profissional, exigindo-se muito do trabalho a ser feito, porém se esquecem dos profissionais que estão à frente (Participante 3).</p> <p>As meninas (equipe técnica) estão com muitos serviços. Uma das AS de lá (CRAS) veio para cá, dando suporte porque a daqui está de licença maternidade, prejudicando a intensificação das ações de lá, haja vista que só se tem uma assistente social e a psicóloga. Esse mês começou a trabalhar a pedagoga também, o que acredito que trará melhorias para o trabalho desenvolvido lá, por elas. O maior problema aqui é com os vereadores que chegam com as pessoas, pedem, fazem um escândalo, pressionam, porém temos o respaldo da lei, mas é difícil (Participante 4).</p>

Foi um grande desafio analisar o trabalho dos profissionais do SUAS no momento em que vivemos os efeitos desastrosos da desregulamentação das relações de trabalhos. Raichelis (2011) afirma que essa desregulamentação atinge também os profissionais de nível superior que trabalham em instituições públicas, com perdas de renda e ampliação da competitividade entre os trabalhadores.

Raichelis (2011) afirma que a assistência social tem em sua trajetória a tradição de desprofissionalização, vivenciada em uma estrutura patrimonialista e autoritária. Acrescemos, ainda, a realidade de uma estrutura de trabalho frágil e recursos humanos reduzidos. Porém, sendo uma área de prestação de serviços, todo o trabalho deveria estar apoiado e estruturado no conhecimento da formação técnica e em uma política de recursos humanos que valorizasse o profissional,

investindo em sua formação técnica e valorizando com remuneração correspondente às exigências de sua função.

Destacou-se nesta categoria a importância do conhecimento sobre os documentos oficiais do SUAS. No entanto, constatamos como supra citamos, que somente o conhecimento teórico não garante uma ação que conduza a um processo de desenvolvimento de autonomia e empoderamento do usuário. Rizzotti (2011) ressalta a necessidade de um coletivo formado por gestores trabalhadores e usuários para que os avanços do SUAS possam se estabelecer.

Rachelis (2011) complementa, fazendo uma crítica aos quadros de recursos humanos que, com frequência, são mínimos, insuficientes e com grande defasagem teóricas e técnicas. Os profissionais acabam atuando em várias políticas e em diversos municípios limítrofes para complementarem a renda.

Freire (1987) realiza uma reflexão que nos ofereceu subsídios para a compreensão da postura acrítica e ingênua dos profissionais participantes da nossa pesquisa. O autor analisa as modalidades de consciência e as consequências de uma ação comprometida com processo de conscientização, referindo-se a duas posições que os indivíduos podem ter diante de sua existência: a primeira, refere-se à da consciência intransitiva, que está basicamente voltada ao desafio da sobrevivência biológica, dissociado de historicidade e a segunda, seria da consciência transitiva, que se apresenta acima dos interesses meramente de sobrevivência, cujo indivíduo teria uma visão de mundo ampliada, percebendo-se parte da sua história.

Freire (1987) divide a consciência transitiva em dois estágios. No primeiro estágio o indivíduo passa por um processo que ele denomina de consciência transitiva ingênua, caracterizada por simplicidade na interpretação dos problemas, transferência de responsabilidades, idealização do passado, fragilidade de argumentação, gosto pelas explicações fabulosas, medo e desconfiança do novo, tendência ao conformismo. No segundo estágio, a consciência transitiva predominantemente crítica, o indivíduo substitui as explicações mágicas por princípios causais, dispõe-se ao abandono de preconceitos na análise de problemas, recusa a transferir responsabilidades, sente-se seguro para defender suas ideias e tem abertura e receptividade para o que é novo.

A afirmação de Freire (1987) de que a consciência crítica, cujo indivíduo aprofunda na interpretação dos problemas, não é resultado direto de

transformações de infraestrutura, ou seja, mudanças das questões econômicas e sociais. Segundo ele, a consciência crítica está vinculada à construção da personalidade democrática, a democratização na vida social pelo diálogo. O mutismo imposto por ações assistencialistas, o mando exagerado dos poderosos e a ausência de diálogos horizontais, levam o usuário das políticas públicas à passividade e não à participação na organização da vida coletiva.

Em consonância com a proposta do SUAS de emancipação, autonomia e empoderamento, Freire (1987) afirma que, para o profissional atuar nessa perspectiva, ele precisa estar no estágio de consciência transitiva crítica. Somente assim ele desenvolverá ações onde o outro participa como protagonista de sua história de vida.

Rizzotti (2011) observa que somente dessa forma poderia ser superada a cisão entre o que se pensa e o que se executa. Os trabalhadores devem ocupar cada vez mais os espaços de tomada de decisão e se apropriarem de saberes que se referem à planificação, à avaliação e ao financiamento do SUAS.

A percepção sobre o trabalho no SUAS, encerra nossa discussão, e salientamos que ela se relaciona diretamente com a construção do conhecimento e a visão romantizada da realidade, pois a percepção sobre trabalho no SUAS foi avaliada pelas lentes destes profissionais que continuam com uma visão romantizada do trabalho, apesar de demonstrarem conhecimento teórico sobre os documentos da política. Os dois grupos apontaram para a precarização do trabalho nos espaços em que trabalhavam, fizeram observações sobre sobrecarga das equipes, ausência de ações com as famílias e pressão excessiva dos órgãos de governo para estarem em dia com a alimentação do sistema SUAS/Web.

No entanto, deu-se ênfase à discussão das mudanças estruturais que o SUAS propõe e que não foram evidentes nas falas de nossos entrevistados. O SUAS modificou a concepção vigente de assistência social no Brasil, das práticas eleitoreiras à troca de favores, para noção de direito e cidadania (ROMAGNOLI, 2016, p.152).

No CRAS, essas ações e programas são de responsabilidade dos profissionais que compõem a equipe técnica. Romagnoli (2016) enfatiza que, por ser uma política recente, ela ainda se apresenta desorganizada no que concerne a dar sustentação ao que se propõe e, dessa forma, acaba produzindo efeitos desmotivadores, evidenciados nas falas de nossos participantes, ao afirmarem que

se sentiam sobrecarregados, sob pressão dos monitoramentos e pouca estrutura para um trabalho efetivo com as famílias.

4.4 Categoria 4 - Relacionamento com a população atendida

Nesta categoria, foram agregados conteúdos que expressaram como os profissionais da proteção básica do SUAS se relacionavam com a população atendida. Nesse sentido, as temáticas abarcaram o sentimento de pertencimento à realidade social dos usuários do serviço ou à criação de discursos que os separavam, fundamentado, sobretudo, na divisão de classes. Além disso, consideramos as transformações pessoais no decorrer do trabalho, que se diferenciaram entre o reconhecimento do preconceito que tinham em relação à população atendida e às mudanças das ações desenvolvidas.

Duas temáticas emergiram dos dados: a primeira evidenciou o sentimento de pertencimento e coesão social do profissional com os usuários frequentadores dos os serviços. Ela demonstrou o quanto esses profissionais se enxergavam dentro da realidade social das famílias e qual o nível de compromisso deles com as demandas trazidas por essas famílias, ao buscarem o espaço do CRAS.

As falas do G1 apontaram o desejo de realizar mudanças no cotidiano das famílias, dando ênfase ao “gostar” do que fazem e ao sentimento de respeito pelo usuário. Destacaram, ainda, que sentiam orgulho na relação que construíram com a população atendida.

Nas entrevistas, as falas do G2 revelaram a percepção do usuário do serviço como o “outro”, que, “diferente de mim”, precisa de ajuda, precisa se “sentir gente” e é muito necessitado. Os Participantes do G2 não se perceberam fazendo parte do mesmo contexto do usuário. O outro é aquele que tem que ser socorrido, e a equipe técnica, por hipótese, teria essa função.

A segunda temática que completou essa categoria foi o reconhecimento do preconceito. Elencamos, nas colocações dos profissionais, falas que evidenciaram a percepção destes quanto aos preconceitos presentes no cotidiano das suas próprias ações. Os participantes do G1 reconheceram a dificuldade inicial de dar credibilidade para a população que atendiam, desqualificando sua competência para aproveitar o que era oferecido pelos serviços.

Porém, foram surpreendidos no decorrer do processo e alteraram essa percepção. Evidenciamos nas falas dos participantes do G1 que foram transformando seus olhares para o usuário no decorrer das ações desenvolvidas.

O G2 não demonstrou em sua fala a percepção da presença de atitudes ou expectativas em relação ao usuário, permeadas pelos preconceitos. Registraram mudança de visão em relação ao trabalho que desenvolviam, mas não em relação à população que dispensavam atendimento. Os apontamentos trazidos pelos profissionais do G2 referiram-se a mudanças em relação ao conhecimento que tinham sobre a Política de Assistência Social e às mudanças após a formação na área e cursos de capacitação, mas não manifestaram uma mudança de olhar sobre os processos vividos pela população atendida ou a postura deles no cotidiano das ações.

4.4.1 Temática: Sentimento de pertencimento e coesão social

Citações

Sim, eu vejo, mas eu ainda creio que podemos mudar o mundo, mudar essa situação, mudar essa realidade. Eu penso que não é impossível. É possível para quem crê, para quem acredita realmente no trabalho. [...] Não porque eu sou profissional aqui, mas realmente os que estão aqui, estão porque gostam e porque amam, porque se não quisessem, estariam em outro lugar fazendo qualquer coisa. Eu, pelo menos falo por mim, tento ao máximo cuidar dos meus, estar próximo, ouvir o que eles pensam, porque o que eles têm aqui, a maioria não tem dentro de casa. [...] Sempre acreditei que tem como a gente mudar o mundo, ampliar o conhecimento da criança e do adolescente. Vejo isso no nosso coral. [...] Então, não ter mais contato (quando sai do Criança Cidadã para o Aquarela), me fazia sofrer, pois eu estava de segunda à sexta com eles, ajudando-os, orientando-os. [...] Quando eu assumi a oficina de coral, mesmo nesse ano, eu montei com os adolescentes um musical em homenagem a Vinicius de Moraes, o mesmo que eu fiz quando estava na faculdade (Participante 1).

G 1

Eu atendo aqui 180 crianças e adolescentes, período da manhã e período da tarde, e amo cada um deles, dando carinho, um conforto. [...] Eu estava na sala com um grupo grande de 25 alunos, chegou uma criança de 6 aninhos que ergueu a mãozinha e falou: “Professora, posso fazer uma pergunta para senhora? (Todos aqui me chamam de senhora, até os de 16 anos, que é a idade máxima). “A senhora tem filhos?” Eu falei: “Não, minha querida, não tenho filhos. A menininha virou e falou: “Ah, como eu queria ser adotada pela senhora”. Eu fiquei parada e disse: “Nossa, mas a ‘pro’ merece tudo isso? Fiquei parada, feliz de ter construído essa relação com aquela criança.[...] Você é acolhida e tem a chance de acolher essas crianças que vem, tudo se torna maravilhoso, e você vê onde pode ajudar, como você pode estar ajudando. Eu não tenho filhos, família. Estar aqui me faz também sentir como se fossem meus, pois sei que estou contribuindo para formação deles e isso me deixa feliz (Participante 2).

G 2

Até a forma de chamar. Outro dia eu estava no CRAS e ouvi a educadora ligando, perguntando se eu não estava indo, dizendo que sentiram minha falta. Isso são detalhes para que a pessoa se sinta acolhida. Na festa de final de ano a pessoa chega ali e é tratada como se fosse de igual para igual com um abraço. O tratamento humano faz a diferença. [...] Justamente hoje eu posso estar andando de carro, mas amanhã minha situação pode ser outra, e aí quem é o outro para julgar? (Participante 3).

Eu percebo que é uma política que faz com que a gente mexe com o povo. [...] Eu aprendi a gostar porque o povo aqui é muito necessitado, é tudo diretamente aqui com a gente. [...] Para o plantão entramos num consenso para mudar o que permanecia inadequado das gestões anteriores. Porém, o povo se acomodou (Participante 4).

4.4.2 Temática: Reconhecimento de preconceitos

Citações

- Hoje percebo (percepção em relação ao processo de aprender música das crianças) que no começo tinha até preconceito, achando que ia perder tempo de ensinar quem não tinha dom nato. [...] No Aquarela, eu escondi um pouco. [...] O projeto dessa oficina para criança e para o adolescente proporcionou a descoberta de novos talentos. Não que a criança nasça com essa vontade.[...] O interesse dos adolescentes, não é aquilo que a gente espera, no conservatório no qual você vê realmente pessoas interessadas em música. Aqui você vê criança e adolescente que não são interessados, mas que têm vontade, e o que eu sei é que todo professor deixou bem claro, força de vontade e dom são coisas completamente diferentes (Participante 1).
- G 1** Eu sinto que minha oficina ajuda, estimulando-os, me ajuda a poder ajudá-los. Porém, já pensei diferente, pois achava que não ia ter jeito, visto que não acreditava neles, em relação à escola, na casa. O nosso trabalho, nosso papel de professor educador, consiste em [...] observar e ver as mudanças de alunos especiais que são encaminhados para cá para frequentarem os projetos socioassistenciais. É uma coisa nova essa inclusão, mas tem sido diferente e vejo hoje que faz diferença. [...] O coordenador tem feito reuniões conosco para passar essas coisas, falar das nossas atribuições, facilitando nosso entendimento sobre o que está acontecendo com a questão da política de atendimento nos projetos sociais (Participante 2).
- G 2** Porque você está construindo um tijolinho no céu. Então, para mim, como assistente social era muito difícil lidar com aquilo, porque eu já estava construindo outra visão, como profissional. [...] É porque eu achava assim... Naquela época, quando eu entrei, acho que foi em 2009, o serviço social ainda não era uma profissão bem vista. Quando me perguntavam sobre meu trabalho e dizia que era assistente social, diziam que ia mexer com pobre, demonstrando não terem uma visão clara e ampla do Serviço Social e qual era o impacto que a profissão causava na vida do outro. Quando fui para o campo de estágio, eu consegui ver o tamanho da complexidade da profissão [...] Quando eu iniciei o curso, eu tinha uma outra visão, eu procurava alguma área, ou seja, uma formação que fosse na área de humanas. [...] Só quando fui para o campo de estágio que eu comecei a pegar mais gosto (Participante 3).
- Foi muito louco, eu tenho participado de capacitações. Eunão tinha noção do que era. Eu via isso aqui, assistência social, muito diferente do que é. [...] A hora que eu entrei aqui, assumindo a gestão, me surpreendi totalmente. É totalmente diferente do que a gente pensava, mas é difícil (Participante 4).
-

Esta categoria foi construída a partir de dois parâmetros: o sentimento de pertencimento que observamos muito presente nas entrevistas do G1 e o reconhecimento dos preconceitos que faziam parte do contexto e da formação dos sujeitos sociais. Ferro (2014) retrata sobre o pensamento freiriano, ressaltando que só é possível uma ação transformadora quando se faz um mergulho reflexivo na realidade para conhecê-la.

Ferro (2014) afirma que a não dicotomia entre teoria e prática, ação e reflexão, é a ideia central do pensamento de Paulo Freire. Nesse sentido, Freire (1979) afirma que o ser humano é o ser da práxis e, dessa forma, é capaz de criar e recriar os domínios da história. Segundo Freire (1981), o educador que se identifica com os seus educandos, orienta-se no sentido de humanização de ambos.

Podemos relacionar esse princípio freiriano com a temática “sentimento de pertencimento”. Essa postura de valorização do usuário, enquanto sujeito de direito, exige, segundo Freire (1981), que o profissional pense em sua ação de forma autêntica e não como doação. Assim, as intervenções devem estar fundamentadas na crença no outro.

Ainda segundo Freire (1981), é necessário que exista uma relação construída de forma horizontal entre os sujeitos, com a existência de uma parceria e identificação. Quando isso acontece, há a superação da prática clientelista, da tentativa de domesticação. As ações estariam a serviço dos processos de humanização, na definição freiriana.

Rizzotti (2011) também ressalta que o trabalho no SUAS precisa da aliança entre profissionais e usuários e que esta deve ser efetivada, tendo como base compromissos éticos e políticos, pois só assim poderá ter êxito.

Assim, superação do usuário de ser somente destinatário da política para uma posição de protagonista de suas ações e mudança, acontecerá com envolvimento dos trabalhadores e usuários. Portanto, os trabalhadores devem ser sujeitos esculpidos na luta, que fazem valer o direito da superação da miséria e os usuários os que lutam cotidianamente contra a miséria, desproteção e a injustiça (RIZZOTTI, 2011).

O entendimento da assistência social como direito convive em seu cotidiano de forma conflituosa com procedimentos tradicionais de seleção, classificações oriundas das deficiências de estruturas nos serviços, da escassez de benefícios, do número insuficiente de profissionais, da dificuldade de aprimoramento técnico. Convive também com a dificuldade de reconhecer o usuário como sujeitos de direitos, cuja história evidencia trajetórias que envolvem discriminação de classe, de gênero, de raça e de etnia, que se vinculam a seus grupos, que estabelecem algumas relações de poder e que travam, diariamente, lutas pela sua sobrevivência (RIZZOTTI, 2011, p. 73).

O reconhecimento e a superação dos preconceitos trazidos nas ações postas para a população nos CRAS, são discutidos por Freitas e Guareschi (2014). O autor afirma que, por ser o SUAS um sistema em implantação, ele traz em seu

processo o compromisso de desconstruir os modelos assistencialistas e também de romper com a ideia de tutela e governo dos profissionais sobre a vida dos sujeitos. No entanto, Freitas e Guareschi (2014) reafirma que para se percorrer esse caminho são necessárias algumas mudanças nas intervenções efetivadas pelos profissionais no cotidiano do CRAS.

Freitas e Guareschi (2014) reitera que o acesso dos profissionais a documentos ampliam o conhecimento teórico da área. Sugere as capacitações continuadas como são propostas nos documentos oficiais (BRASIL 2012). A necessidade de escuta qualificada nos atendimentos, tanto em grupo quanto individual, que possa levar a processos reflexivos, tanto o usuário quanto o profissional, bem como intervenções diretas sobre os aspectos subjetivos do sujeito. Assim, apesar de a gênese dos problemas sociais não estar no sujeito, como diz Sawaia (2013), é a esse sujeito que cabe viver e superar suas consequências.

Freitas e Guareschi (2014) fazem uma reflexão sobre o conceito de cidadania diretamente ligada à construção de relações democráticas. Afirmam que cidadania não se faz apenas pela garantia de direitos, mas deve ser compreendida pela competência do ser humano de fazer sua história própria e coletivamente organizada. Dessa forma, construção democrática e cidadania não são dadas aos sujeitos, são construções e conquistas das batalhas constantes das classes subalternas em busca do bem estar comum.

No entanto, é comum encontrarmos nas colocações dos profissionais que levam os serviços ao usuário, falas carregadas de preconceito e julgamento. Segundo Freitas e Guareschi (2014), esse comportamento é reforçado pelo fato de o público da política de assistência social carregar o estigma da miséria. Isso porque, apesar dos documentos apontarem para universalidade das ações, estas são destinadas, majoritariamente, àqueles que vivem em situação de pobreza. Essa definição fica submetida a interpretações distintas, abrindo espaço para preconceitos e julgamento de quem tem ou não tem, quem é ou não merecedor de direitos.

Couto et al. (2014) reafirmam que o trabalho com o usuário deve partir do reconhecimento da competência destes como sujeitos de direito. Direitos que devem se garantidos de forma coletiva, com organização e movimentos coletivos. Para isso, o trabalho social deve acontecer no sentido de proporcionar espaços de reflexão, cujo usuário possa repensar suas condições políticas, sociais e o lugar que

ocupa na sociedade, tendo como desdobramento uma mudança do modelo hegemônico construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se esta dissertação com o propósito de analisar, a partir dos profissionais que atuam na política de assistência social, mais especificamente na proteção básica, as concepções sobre as diretrizes nacionais, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção que esses profissionais têm sobre a sua prática e as repercussões na vida dos usuários.

Quando se formatou os capítulos, tivemos a intenção de possibilitar aos leitores um melhor entendimento da história da política de assistência social e dos entraves que ainda as ações desta política carregam. O percurso investigativo possibilitou o entendimento de alguns dos impasses que ainda persistem nas ações na proteção básica. Contatamos, por exemplo, que ainda persistem concepções advindas da herança histórica que desarticulou a questão social da econômica, o que conseqüentemente, não coloca a pobreza como resultada da exploração humana e do modo de produção do sistema capitalista.

No entanto, também percebeu-se que a PNAS faz, de forma inovadora, um diálogo mais assertivo com as situações de vulnerabilidade social e possibilita que os profissionais da proteção básica possam ter leituras menos deterministas e mais complexas sobre a pobreza. Estes aspectos ampliam as possibilidades de intervenções, bem como possibilita a construção de críticas pautada nas situações de desproteção social.

Do ponto de vista das interlocuções teóricas, retomou-se, no início da pesquisa, as conquistas sociais advindas da promulgação da constituição de 88, destacando as mobilizações e lutas dos movimentos sociais, órgão de classe e sindicatos, para que reivindicações por direitos fossem incorporadas na constituição que, sequencialmente, foram concretizadas com os marcos legais: LOAS, PNAS, NOB_SUAS e outros. Quando levantou-se os desafios para implantação do SUAS, detectamos alguns descompassos entre o que propõe os documentos da política e o cotidiano das ações, como a visão que os profissionais têm do usuário, as ações que tutelam esse usuário, as condicionalidades (que funcionam como punição aqueles que não correspondem as exigências de participação), entre outros.

Finalizou-se o capítulo teórico fazendo uma aproximação entre o PAIF, principal programa do CRAS, com alguns princípios do pensamento de Paulo Freire. Destacou-se conceitos fundamentais que estão presentes tanto nas cartilhas do

programa como na literatura de Paulo Freire, em especial os conceitos de autonomia e empoderamento. As Cartilhas do PAIF não citam Paulo Freire, porém trazem a concepção do programa (PAIF) baseada nas seguranças afiançadas pelo SUAS e, entre elas, destacamos a segurança de autonomia.

Evidenciou-se que garantir autonomia, como propõe o programa, exige reconhecer que os seres humanos são constituídos historicamente, entrelaçando suas dimensões subjetivas e objetivas com capacidade de processos de mudanças e transformação individual e coletiva.

As cartilhas do PAIF destacam, no âmbito discursivo, ações que levem à autonomia, como as oficinas com famílias e as ações comunitárias. O foco da ação nessas oficinas são processos com ênfase na reflexão e objetiva ampliar o conhecimento de direitos, convivência com a diversidade, reduzir preconceitos, desenvolver e fortalecer redes de apoio social, estimular processos de participação social e identificar potencialidades dos diferentes grupos.

Essas ações são desenvolvidas por diferentes profissionais que compõe o quadro de profissionais do SUAS. Defendemos que essas ações são processos educativos não formais que acontecem nos espaços de interação da proteção básica e mobilizam indivíduos, grupos e famílias a fortalecerem seus vínculos, construir objetivos em comum e aumentarem sua capacidade de reivindicações em busca de interesses coletivos.

Freire destaca que para o profissional desenvolver uma ação que se comprometa com o desenvolvimento da autonomia e empoderamento do outro, ou seja, o desenvolvimento da consciência crítica, o próprio profissional também precisa consolidar uma consciência crítica em relação aos mecanismos sociais excludentes que levam o sujeito aos processos de alienação.

A proposta da PNAS é trabalhar autonomia e empoderamento da população. Sendo assim, esta pesquisa abre margem para a seguinte questão? Porque não trazer os pressupostos freirianos para o trabalho que é desenvolvido com as famílias no CRAS? Notou-se a escassez de material e produções acadêmicas que se tem na área sobre o tema. Ao contrário, nossa pesquisa evidenciou, inclusive, a crítica em relação à compreensão de que nos espaços do CRAS se desenvolve ações que poderiam ser classificadas como de educação não formal.

Os documentos oficiais da política de assistência social enfatizam as ações do CRAS como garantia de direitos. No entanto, a perspectiva da educação não formal não excluiria esta premissa. A proteção básica está definida como política para prevenir situações de risco através de ações que desenvolvam potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim sendo, não reconhecer que nestes espaços ações de educação não-formal podem contribuir com o objetivo central da proteção básica é negligenciar possibilidades interventivas que podem ser conduzidas pelas equipes técnicas do CRAS.

No percurso da pesquisa tivemos a oportunidade de estar com diferentes profissionais nos espaços da proteção básica e construir, através desse processo, o perfil do trabalhador do SUAS na região de alta-paulista e alta-sorocabana (Estudo 1). Constatamos que predominam trabalhadores brancos, casados e com salários médios em torno de mil e dois mil e quinhentos reais. Esta realidade obriga o trabalhador do SUAS a buscar alternativas de renda adicionais e, muitas vezes, trabalhar em mais de um município.

Fica claro, a partir destes dados, a precarização da remuneração dos profissionais, que em sua maioria, já constituíram famílias e, dessa forma, precisam ampliar seus rendimentos com outros vínculos profissionais. Evidenciamos que esse fator interfere na qualidade do trabalho dos CRAS e vai à contramão do que propõe a NOB-RH/ SUAS.

A maioria dos trabalhadores do SUAS são assistentes sociais, seguidos por um número considerável de pedagogos e psicólogos. Esses dados eram esperados, pois estamos tratando da política de assistência social, mas devemos destacar a diversidade de trabalhadores que fazem parte das ações no SUAS. Dessa forma, a composição e a diversidade das equipes que atuam na proteção básica ampliam e agregam saberes e habilidades aos serviços. As resoluções da NOB/SUAS-RH 2006, juntamente com a resolução nº17 do CNAS, contribuíram de forma significativa para a profissionalização da política de assistência social, indicando parâmetros para a seleção de profissionais de acordo com as especificidades locais, necessidades dos usuários e disponibilidade de profissionais na região.

O tempo de conclusão do ensino superior destes profissionais é de 5 anos e o tempo de atuação no SUAS, na média, ficou em torno de 3 anos. A média de tempo de formação dos profissionais e de atuação na política permite afirmamos

que são profissionais jovens e que ainda estão em processo de formação a partir de suas vivências. Um dado alarmante é a alta rotatividade de profissionais, que se sentem frustrados, sobretudo pelas condições de trabalho, e buscam outros espaços de atuação. O tempo de formação é uma variável que expressa a relevância do oferecimento de espaços de formação continuada a estes profissionais, que podem qualificar suas ações e revigorar a questão política de seus trabalhos.

Os documentos afirmam que os processos de formação devem ser contínuos e devem ocorrer desde o ingresso na política, que deve ocorrer, necessariamente, via concurso público. Entendemos que as ações de formação continuada podem impactar as ações dos profissionais no SUAS, influenciando o grau de envolvimento no trabalho, a disponibilidade de investimento na profissão e, conseqüentemente, na forma como se efetivam as ações.

De acordo com o que propõe os documentos oficiais, a maior parte dos profissionais é concursada, porém, muitas ações desenvolvidas diretamente com a população são efetivadas por profissionais terceirizados, que tendem a ter uma rotatividade ainda maior e, dessa forma, prejudicam o vínculo com a população. Segundo os documentos da política de assistência social, o vínculo construído entre os profissionais do CRAS e a população do território é fundamental para que se construam alianças para o enfrentamento das mazelas sociais. Somente a partir da criação de vínculos significativos entre os trabalhadores do CRAS e a população atendida, as entrarão em sintonia com as aspirações das famílias.

Destacou-se que as ações do CRAS, tal como indicado nos documentos oficiais, é que estes se configurem como espaços que proporcionem aos usuários o sentimento de segurança. Para garantir esse direito, o espaço precisa ter profissionais de referência, que conheçam o território e construam vínculos com a população usuária, assegurando ao cidadão que utiliza o serviço a certeza de que encontrará acolhida, convívio e meios para desenvolver autonomia.

Não se encontrou diferenças estatísticas significativas em relação ao nível de conhecimento sobre os documentos oficiais que fundamentam as ações do CRAS quando analisadas variáveis como tempo de formação, condição de trabalho (concursado ou contratado), tempo da atuação na política, etc. As respostas, de forma geral, demonstram um bom conhecimento sobre a política. Porém, a partir dos dados encontrados no Estudo 2, verificou-se que o conhecimento dos documentos

oficiais não garante uma ação que esteja em sintonia com as propostas dos documentos.

Em relação ao tempo de atuação na política, gostaria de chamar atenção ao fato de que não houve diferenças estatísticas significativas em relação ao tempo de atuação na política. Isso significa que o engajamento no trabalho não tem promovido mudanças nas concepções dos profissionais.

Mesmo com todas as conquistas advindas pós constituição de 88, e na sequência com os marcos legais que concretizaram as propostas constitucionais, ainda constatamos no cotidiano dos profissionais, posturas conservadoras, carregadas de preconceitos e de culpabilização dos usuários pelas situações de vulnerabilidade que vivem. Todavia, deve-se ressaltar que também nos deparamos com profissionais com grande envolvimento, que percebem a importância dos espaços da proteção básica e também a importância do trabalho que desenvolvem na vida do usuário dos serviços socioassistenciais.

Todavia, constatou-se que os participantes fazem leituras pouca crítica em relação ao contexto social mais amplo e sobre as estruturas alienantes que expõem as famílias e os trabalhadores da política de assistência social. Isso leva a ações focadas nos indivíduos e nas famílias sem questionamentos do sistema e das relações de exploração e injustiça que estão expostos.

Também destacaram-se as concepções equivocadas sobre os usuários que foram confirmados nas respostas dos questionários. As contrapartidas exigidas das famílias nos programas sociais que exige de um grupo já fragilizado aquilo que ele não consegue responder.

Ressaltou-se a importância de que se desenvolvam ações que não tutelem, mas que levem o sujeito envolvido na ação à condição de cidadão. Compreendemos que o exercício da cidadania não se faz apenas pela garantia de direitos, mas deve ser compreendida pela competência do ser humano, de fazer sua história própria e se organizar coletivamente.

Finalizou-se a pesquisa de campo com o estudo qualitativo, que foi dividido em quatro categorias de análise e confirmaram dados que ficaram evidentes no estudo quantitativo. Abordou-se a trajetória de formação e o envolvimento do profissional no trabalho. Um dos aspectos mais relevantes foi o fato de um grupo (formado por profissionais que demonstraram mais conhecimento sobre a política de assistência social e engajamento no trabalho) demonstrar, de forma bastante

explícita, a vinculação com as manifestações artísticas e o uso que fazem dessa linguagem na prática profissional.

Também chamou-nos atenção o fato de os participantes que tem uma formação ligada às artes demonstrarem diferenças em relação ao significado subjetivo do trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social em suas vidas. Por exemplo, mencionaram o quanto é estimulante vincular o que gosta de fazer com as atividades profissionais realizadas e falaram de um cotidiano profissional prazeroso, evidenciando o bom relacionamento no local de trabalho.

Evidenciou-se na categoria “Percepção sobre os usuários e as ações no SUAS”, que a imagem construída em relação a o usuário da política de assistência social reflete nas abordagens com os grupos de família e com o trabalho mais amplo com a rede socio-assistencial e intersetorial.

Também fica claro nas análises que o conhecimento sobre os documentos não garante uma ação que leve a população a processos de emancipação. É preciso que o profissional tenha desenvolvido uma consciência crítica em relação a suas ações e ao contexto de exclusão vivido pelas famílias usuária da política. Apenas dessa forma será possível construir ações que não tutelem a população e levem o usuário da política a não ser somente o destinatário dos programas, mas também protagonista de mudanças que só podem acontecer com alianças entre os profissionais e os usuários dos espaços do CRAS.

A finalização desta pesquisa nos levou a refletir sobre alguns limites que enfrentamos em nosso trabalho. O objeto é bastante complexo, pois se trata de entender a percepção dos profissionais que atuam no SUAS sobre a PNAS e de que forma esta percepção rebate nas ações implementadas nos CRAS. Devemos registrar que o número de participantes no estudo quantitativo é relativamente pequeno, portanto, as considerações elaboradas não devem ser replicadas de maneira descontextualizadas em outras realidades. Estudos de natureza quantitativa, conduzidos no contexto nacional, podem revelar temas importantes sobre como tem sido consolidado o campo de trabalho para os profissionais que atuam nos CRAS.

Em função do escasso tempo para a realização da pesquisa, algumas inquietações permaneceram obscurecidas no decorrer do processo de construção desta dissertação. Com o propósito de se refletir sobre as ações nos CRAS, realizou-se um ensaio teórico sobre a aproximação entre o principal programa da

proteção básica, o PAIF, e alguns princípios de Paulo Freire. A construção desta sessão ampliou nosso horizonte de pesquisa, mas não se coletou dados suficientes que corroborassem para a construção de novos modelos teóricos ou metodológicos que possam subsidiar as ações no CRAS

Desse modo, entende-se que esta pesquisa abre traz elementos provocativos para compreender as ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais que fazem parte do SUAS nos CRAS como processos educativos não formais. Partiu-se do conceito de que educação não formal são atividades organizadas fora do sistema escolar, que pretendem servir a usuários previamente identificados e que possui objetivos de aprendizagem de conteúdos científicos. Portanto, para estudos futuros, fazemos a indicação de dois temas que nos parecem bastante oportunos: 1) a educação não formal como princípios que fundamentam as ações do CRAS; 2) a utilização das referências teóricas do Paulo Freire como possibilidade de interlocução teórica para subsidiar as ações dos profissionais da política de assistência social, mais especificamente daqueles que atuam nos CRAS.

Espera-se que as análises possam fortalecer a importância que a PNAS trouxe para estruturação das ações na política de assistência social. Reconhece-se as críticas trazida por alguns autores sobre a proteção social brasileira que apontam tanto os limites da política como dos programas de transferência de renda. Mas não se pode negar os avanços nas lutas e nas conquistas da Seguridade Social, dos direitos e da própria proteção social.

Este é um processo em curso e a política social aparece como resposta do Estado às demandas de exclusão e vulnerabilidade advindas do sistema capitalista. Porém, defendemos que os espaços onde as políticas sociais são postas para população, apesar de serem cheios de contradições, devem ser também um espaço de fortalecimento e luta por direitos, bem como um espaço que construa processos de autonomia para busca e garantia de direitos. Parafraseando Freire (2014), o que importa realmente é fazer o homem agente de sua própria história e colocá-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. Esta dissertação nos ensinou que esse princípio deve sustentar tanto o trabalho desenvolvido por profissionais do CRAS, como fundamentar as ações destinadas às famílias atendidas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, A. P. **Terapia comunitária, passo a passo**. 3.ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, E.R. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do estado e da sociedade civil**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABESPSS, 2009.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8742.htm> Acesso em: 01 set. 2017

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** Atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 1917. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/ SUAS**: anotada e comentada. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/ SUAS**: anotada e comentada. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. Portaria MDS nº 148, de 27 de abril de 2006. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=196264> Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Texto da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 01 set. 2017

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema único de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF**, 1.ed. Ministério de Desenvolvimento Social: Brasília, 2012. v.1. Disponível em <
http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf> Acesso em 01 set. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema único de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF**, 1.ed. Ministério de Desenvolvimento Social: Brasília, 2012. v.2.

Disponível em <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

> Acesso em 01 set. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **CAPACITASUAS - Caderno 2 - Proteção De Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de qualidade**. Brasília: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012**: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, e Unidades de Acolhimento. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/CensoSUAS_2012.pdf> Acesso em 01 set. 2017

CARLOTO, C. M.; MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S. (Org.). **Familismo, direito e cidadania**: programa bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179 – 210.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relação com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações. **Revista Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CATALANO, C. V. **A Pedagogia do Oprimido**: Teorias e pressupostos na obra de Paulo Freire, 2013. Disponível em:

<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Cadernos/Volume_2_2013/13_CAIO_VINICIUS_CATALANO_UPM.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

CARVALHO, G. F. **A assistência social no Brasil da caridade ao direito**. PUC – Rio de Janeiro, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social**, 2007.

Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/Cartilhafinal CFESSCFP](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilhafinal_CFESSCFP)>. Acesso em: 28 maio.2016.

COSTA, R.; ALBERTO, M. F. Discursos sobre família e a formação para o trabalho social no Centro de Referência da Assistência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 12, n. 1, p. 193-208, jan./abr. 2017.

COSTA, A. F. S.; CARDOSO, C. L. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.3, n.2, p. 223-229, 2010.

COUTO, B. et.al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Universidade de São Paulo, Programa de História Social, n. 29, maio/junho/julho/agosto.2005 São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. n.29, p..164-176.maio/ago. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>.

FARRA, R. A.; LOPEZ, P. T. C. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente/SP, v.24, n. 3, p.67-80, set./dez. 2013.

FERRARI, M. Paulo Freire o mentor da educação para consciência. **Nova Escola**. 2008. Disponível em: <www.novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>. Acesso em: 01 set. 2017.

FERRO, E. G. **O papel dos projetos sociais na vida de adolescentes em contexto potenciais de risco e processos de resiliência**. 2014. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente 2014.

FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A Assistência Social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. **Diálogo**, Canoas, n. 25, p. 145-160, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unisalle.edu.br/index.php/Dialogo>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

FREITAS, R. S. Os Novos Objetivos da Assistência Social Instituídos. In: CARIAGA, M. H.; SCHEFFER, G.; BURGINSKI, V. M. (Org.). **Políticas sociais, Práticas & Sujeitos: Prismas da Atualidade**. Campinas, SP: Papel Social, 2013. p. 37-52.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 1. ed. São Paulo, Cortez, 1985.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Org. FREIRE. Ana Maria. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2000.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22 – n. 2, 2006.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade, trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Cortez: São Paulo, n. 120, out./dez., 2014. p. 609-639.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Calendário de Indicadores conjunturais**. 2014. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/anos_anteriores_2014.shtm> Acesso em 25 jan. 2018.

JACCOUD, L. B. **Política pública e oferta privada: um desafio para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social**. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. da (Org.). **Assistência Social e Filantropia**. Novo Marco Regulatório e o Cenário Contemporâneo de Tensões entre o Público e o Privado. São Paulo: Veras, 2012. p. 63-88.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

LARA, R. Notas Lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia, **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LESSA, S. E. C. Associação entre Políticas de Educação, Assistência Social e a “Questão Social”. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 65-83, dez. 2010.

MELO, M.P. Governo Lula e a Nova Face do neoliberalismo no Brasil. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 177-200, 2007.

MESTRINER, M. L. A intrincada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Org.). **Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 39-61.

MILANEZZI, J. N.; NISHIJIMA, M.; SARTI, F. M. Do assistencialismo à consolidação do Sistema Único de Assistência Social. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, São Paulo, n. 380, p. 7-18, maio 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, R. C. Orientações e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.p. 497-513.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 3 - n. 1, p. 1-15, dez. 2004.

_____. **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p.147-178.

MONTAÑO, C. Pobreza “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações sem psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes,2003. 404 p.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação do Profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXVII, n. 87, São Paulo: Cortez, set. 2006.

_____, A. E. Serviço Social e Seguridade Social:uma agenda recorrente e desafiante. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**,n. 20, Rio de Janeiro: Dossiê trabalho e projeto profissional,p. 127, 2007.

NASCIMENTO, S.Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **RevistaServiço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v.1, p. 667-700, 2009.

_____, J. P. (Org.) **Georg Lúkcs**: Sociologia.São Paulo: Ática, 1992.

PAUGAN, S. **A Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza.São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, K. Y. L.;TEIXEIRA,S. M. Redes de Intersetorialidade nas Políticas Sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social.**RevistaTextos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

PEREIRA, P. A. Utopias desenvolvimentistas e Política Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

_____.**Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Potyara A. P. Política Social: **temas &questões**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, L. D. **Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira: Avanços, limites e desafios**. 2006. Disponível em: <www.cpihts.com>. Acesso em: 22 jan. 2018.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. **Fractal: revista de psicologia**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 102-110, jan./abr. 2016.

PESSOA, A. S. G.; MEDEIROS, J. K.; FONSECA, D. B.; LIENBERG, L. **The use of visual methods and Reflexive interviews in the research with children living in foster care**. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Org.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil innovative Approaches from the psychology of Social Development*. 1 ed. NYC: Springer International Publishing, v. 1, p. 211-227, 2017.

PRISCO, T. A. Proteção Social Básica da Assistência Social. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 80-94, jul./dez. 2012.

QUINONERO, C. G. et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 30, p. 47-70, 2013.

RAICHELIS, R. O Trabalho e os Trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. p. 10-39, In: **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária**, Brasília, DF: MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

RIZZOTTI, M. L. A. A Aliança Estratégica Entre os Trabalhadores e os Usuários do SUAS. Brasil, MDS. 2011, p. 65-86. In: **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária – Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.**

ROMAGNOLI, R. C. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28 – n. 1, p. 151-161, jan./abr., 2016.

ROCHA, C. V. Os dilemas da democracia participativa no Brasil: reflexões a partir de duas experiências. In: **Congresso Latino-Americano de Ciência Política**, 3, p. 1-27, set. 2006.

SALLUM JR, B. O Brasil Sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SARTI, C. A. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, A. A. **Trabalho com famílias vulnerabilizadas**: dinâmicas orientadas na perspectiva do SUAS. Londrina: Bianconi, 2006.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social, 13.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influênciateórica-política. In: CFESS. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 87-106.

SOUZA, A. B. Z.; GUIMARÃES, H. H. R.; JEUNON, E. E. Comportamento de Consumo de Serviços Educacionais: fatores influenciadores na escolha de formação profissional. In: 4. Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, 2015, Universidade 9 de Julho -São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2015.

SOUZA, A. P. L. **A visão de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos**. 2008.214 f.Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, V. A. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania.**Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 27, nov. 2006.

SPOSATI, A. **O Direito dos (des) assistido**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____.**A assistência social no Brasil, 1983-1990**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____.**A menina LOAS**: um processo de construção da assistência Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STEFFENON, R. **Institucionalização de idosos e responsabilização da família**. In: 5. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, São Luis. **Anais...** São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SUBIRATS, J. **Políticas sociais para o desenvolvimento**: superar pobreza e promover inclusão. Quais políticas públicas para qual crise? Transformação social e intervenção do estado.UNESCO, 2010. p. 103-126.

TEIXEIRA, S. M. Política Social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. p. 211-239. In: CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M.; MIOTO, R. C. (Org.). **Familismo, direito e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2015.

TORRES, M. M.**Asmúltiplas dimensões presentes no exercício profissional do Assistente Social**: Intervenção e o trabalho socioeducativo. Londrina: Departamento Serviço Social da UEL, 2009.

TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. p. 211-239. In: CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M.;MIOTO,R. C. (Org.). **Familismo, direito e cidadania**:Livraria Cultura, São Paulo.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2002.

VERA, P. S.; DIAZ, M. B. Familylismo y cambio social. El caso de Españã. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11- n. 21, p. 121-149, jan./jun. 2009.

ZOLA, M. B. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cultura, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

As afirmações abaixo expressam algumas ideias referentes ao Trabalho Social nos CRAS, ou seja, na Proteção Básica. Gostaríamos de saber a sua opinião sobre essas afirmações. É importante você lembrar que não existem respostas certas ou erradas. Você levará de 10 a 15 minutos para preencher o questionário. Trata-se exclusivamente da maneira com que você percebe esse trabalho. Como já explicado, ninguém terá acesso às suas respostas.

Por favor, assinale as afirmações abaixo, conforme seu grau de concordância:

- 1. Discordo Plenamente;**
- 2. Discordo;**
- 3. Não discordo, mas também não concordo;**
- 4. Concordo;**
- 5. Concordo plenamente;**

Afirmações sobre a política (princípios)					
A política de assistência é direito de alguns grupos.	1	2	3	4	5
A constituição da rede de serviços é relevante nesse processo na implantação do CRAS.	1	2	3	4	5
Os governos deveriam interferir o mínimo possível nas questões sociais.	1	2	3	4	5
A política de assistência deve garantir a todos que dela necessitam recursos de proteção.	1	2	3	4	5
Os governos municipais, estaduais e federais são responsáveis por compartilhar a gestão do CRAS em todos seus aspectos.	1	2	3	4	5
É função da proteção básica obter dados para avaliar a eficácia das ações do SUAS.	1	2	3	4	5
A garantia do convívio ou da vivência familiar, promovido pelos CRAS, objetiva a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento.	1	2	3	4	5
A ênfase no trabalho com as famílias constitui-se como	1	2	3	4	5

um princípio fundamental do CRAS.					
O público da atendido no CRAS constitui-se de cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.	1	2	3	4	5
A proteção básica deve prevenir situações de risco.	1	2	3	4	5
A proteção básica deve focar no desenvolvimento da autonomia das pessoas e grupos que atendem.					
O CRAS não deve, necessariamente, atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário.	1	2	3	4	5
O PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) não é responsabilidade somente da proteção básica.	1	2	3	4	5
Direitos sociais são conquistas históricas.	1	2	3	4	5

Afirmações sobre a percepção do profissional em relação à efetividade do seu trabalho					
Os processos de trabalho em grupo que valorizam as diferenças.	1	2	3	4	5
As ações no CRAS constroem vínculos e fortalecem a comunidade.	1	2	3	4	5
As ações do CRAS se voltam para as necessidades individuais e coletivas.	1	2	3	4	5
Minhas ações na proteção básica contribuem para o enfrentamento dos processos de exclusão.	1	2	3	4	5
No dia a dia do CRAS, podemos perceber a pobreza como resultado de acomodação de uma população pouco esclarecida.	1	2	3	4	5
O trabalho no CRAS propicia às pessoas aprendizagens que contribuem para seu autoconhecimento.	1	2	3	4	5
As ações dos profissionais no CRAS possibilitam que os usuários se reconheçam enquanto agentes de mudança.	1	2	3	4	5
O maior problema que encontramos no trabalho realizado na proteção básica é fazer a população participar.	1	2	3	4	5
O mais importante das ações no CRAS é o que oferecemos de concreto (cesta básica, lanches, pagamento de contas diversas), porque trazem mudanças efetivas na família.	1	2	3	4	5

Os contratos temporários dos profissionais na proteção básica colaboram na criação de vínculos com a comunidade atendida.	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

ANEXO B

PESQUISA: Análise da Política de Assistência Social na perspectiva de profissionais que atuam na proteção básica

Mestranda: Neli Henriques Cacoza

Orientador: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

Prezados (as) Senhores (as),

O presente formulário refere-se a um estudo desenvolvido pela mestranda Neli Henriques Cacoza, atualmente vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), sob orientação do Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

A proposta central da pesquisa é analisar, a partir dos profissionais que atuam na política de assistência social, mais especificamente da proteção básica, as concepções sobre as diretrizes nacionais, postuladas nos documentos oficiais, bem como a percepção que esses profissionais têm sobre a sua prática e as repercussões na vida dos usuários. Nossa hipótese é que a formação do profissional, tanto acadêmica quanto proveniente das experiências, está embasada em representações cujo usuário da Assistência Social continua sendo o sujeito que não tem competência para vida. A hipótese central é que a apropriação pelos profissionais de uma ação que responda as propostas da PNAS ainda está longe de ser atendida. As questões a serem respondidas focarão nos aspectos que inviabilizam a implantação de uma política que promova autonomia e empoderamento da população atendida. Dessa forma, propusemos a elaboração de um questionário que possibilite que os profissionais expressem suas percepções em relação à política de assistência social e a efetividade dos serviços de atendimento em seus contextos, de modo que seja possível averiguar como os profissionais que atuam direto com a população usuária dos serviços têm concretizado os direitos sócios assistenciais afirmados na PNAS. Na primeira etapa, utilizaremos o instrumento supracitado que permitirá que os profissionais expressem suas percepções sobre a política de assistência social e sobre a efetividade de seu trabalho. Na sequência, trabalharemos com entrevistas reflexivas, que de acordo com Yunes e Szymanski (2004), tem o potencial de proporcionar um encontro horizontal entre pesquisadores e pesquisados, incluindo a subjetividade dos protagonistas.

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Conteúdo	Questões
Questões Gerais	1 - Nome? 2 - Formação? 3 - A quanto tempo atua na Proteção Básica? 4 - Fale um pouco de sua formação acadêmica e sua experiência junto a Proteção Básica.
Questões sobre o conhecimento em relação à Política de Assistência Social	1 - Como você avalia a Política de Assistência Social nos últimos? 2 - Como tem acontecido em seu território a articulação das ações da Proteção social e as demais políticas intersetoriais? 3 - Como você classifica a participação da população nas ações propostas pelo CRAS? 4 - Em sua opinião, como as famílias utilizam os serviços os espaços e serviços disponíveis na proteção básica? 5 - O que você avalia que tem dado certo no SUAS? 6 - O que você avalia que tem dado errado no SUAS? 7 - Quais mudanças você proporia para melhorar as ações na proteção básica?
Percepção sobre a efetividade das ações desenvolvidas pelo profissional	1 - Como você avalia o teu trabalho dentro da política de assistência? 2 - Você poderia descrever uma experiência ou ação que você desenvolveu e que você considera bem sucedida? 3 - O que te motiva a permanecer como um profissional da proteção básica? 4 - Como você se vê no futuro dentro da política de assistência?

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Declaração de Autorização para contato com os participantes da Pesquisa

Declaro, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "**Análise da Política de Assistência Social na perspectiva de profissionais que atuam na proteção básica**", sob a responsabilidade dos pesquisadores **Neli Henrique Caccoza e Alex Sandro Gomes Pessoa**, que os mesmos estão autorizados a manter contato com os participantes da pesquisa vinculados **Secretaria Municipal de Assistência Social** no período de **Agosto de 2016 a Junho de 2017**.

De acordo e ciente,

-----de -----de -----.

*Nome:

CPF:

Função/Cargo:

*Assinatura do responsável pela infra-estrutura onde será realizada a pesquisa.

Obs.: Cada local envolvido no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.